

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FEUFF

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

RENATO BARBOSA DE SOUZA

**A UNIVERSIDADE PÚBLICA E O AVANÇO DA PROPOSTA DE (CON)FORMAÇÃO PARA O EMPREENDEDORISMO DAS EMPRESAS JUNIORES**.

Orientadora: Prof.ª Dr.ª ZULEIDE SIMAS DA SILVEIRA

NITERÓI

2023

RENATO BARBOSA DE SOUZA

 **A UNIVERSIDADE PÚBLICA E O AVANÇO DA PROPOSTA DE (CON)FORMAÇÃO PARA O EMPREENDEDORISMO DAS EMPRESAS JUNIORES.**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial à obtenção do Grau de Mestre, na Linha de Pesquisa Trabalho- Educação.

Orientadora:

Prof.ª Dr.ª ZULEIDE SIMAS DA SILVEIRA

NITERÓI

2023

Ficha catalográfica

RENATO BARBOSA DE SOUZA

  **A UNIVERSIDADE PÚBLICA E O AVANÇO DA PROPOSTA DE (CON)FORMAÇÃO PARA O EMPREENDEDORISMO DAS EMPRESAS JUNIORES.**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense, submetido a exame em 26/01/2023, para obtenção do Grau de Mestre, na Linha de Pesquisa Trabalho- Educação.

BANCA EXAMINADORA

Prof.ª Dr.ª ZULEIDE SIMAS DA SILVEIRA (Presidente – UFF)

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Profª. Drª. MARCELA ALEJANDRA PRONKO (EPSJV)

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Prof. Dr. ANDRÉ DA SILVA MARTINS (UFJF)

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Prof. Dr. MARCOS MARQUES OLIVEIRA (UFF)

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_Prof. Dr. VICTOR LEANDRO CHAVES GOMES (UFF)

Niterói

2023

Dedico este trabalho aos meus queridos familiares, em especial, a Carla Vasconcelos Bronzeado e Bernardo Bronzeado de Souza que ao longo destes meses me apoiaram em todos os momentos. A eles e aos amigos e amigas levados pela pandemia e o negacionismo.

**AGRADECIMENTOS**

 Iniciamos esta jornada em plena pandemia provocada pelo vírus SARS-CoV2 e realizamos todas as aulas durante o auge das medidas de isolamento social. Foram momentos de muita solidão e adaptação ao formato possível de aulas, o on-line. Não foi tarefa fácil mobilizar toda a estrutura necessária para a permanência no curso. Felizmente, recebi o apoio de muitas pessoas para superar todos os obstáculos que se apresentaram ao longo desta jornada. Percebi que estou cercado de bons e queridos amigos e amigas e espero tê-los por perto durante toda a minha vida.

 Agradecendo à minha orientadora, Zuleide Silveira, a quem admiro muito! Zuleide foi orientadora, professora e amiga. Esteve presente nos momentos que mais precisei, seja compartilhando os seus conhecimentos ou oferecendo apoio para a superação dos momentos difíceis. Obrigado, você será sempre uma referência em minha vida.

 Aos queridos amigos do grupo de pesquisa Estado, Trabalho, Educação e Desenvolvimento: a contribuição do pensamento latino-americano (GPETED), pelos profundos debates e as possibilidades de trocas de conhecimentos.

 À Professora Raquel Goulart Barreto e aos Professores José dos Santos Rodrigues e Mario Luiz de Souza pela participação na minha banca de qualificação. Foram contribuições muito relevantes para o desenvolvimento desta pesquisa e o meu amadurecimento intelectual.

 Aos queridos professores que ao longo do mestrado compartilharam com muita generosidade os seus conhecimentos e experiências.

 À minha companheira Carla Vasconcelos Bronzeado e ao meu filho Bernardo Bronzeado de Souza pela parceria, paciência, apoio, compreensão e amor. Vocês são minha motivação diária para enfrentar os desafios da vida.

À minha mãe Vilma Barbosa de Souza, ao meu pai Jorge de Souza e aos meus irmãos Juliana Barbosa de Souza e João Pedro Barbosa de Souza, com vocês eu iniciei minha formação, aprendi a viver, amar, compartilhar e cooperar. Amo vocês.

[...]Quando a concepção de mundo não é crítica e coerente. Mas ocasional e desagregada, pertencemos simultaneamente a uma multiplicidade de homens massa, nossa própria personalidade é compósita, de uma maneira bizarra: nela se encontram elementos dos homens das cavernas e princípios da ciência mais moderna e progressista, preconceitos de todas as fases históricas passadas estreitamente localistas e intuições de uma futura filosofia que será própria do gênero humano mundialmente unificado.[...]

Antônio Gramsci

**RESUMO**

Esta dissertação tem como objetivo analisar a proposta de formação para o empreendedorismo oferecida na Universidades Federal Fluminense (UFF), tendo por mediação as empresas juniores. Com base no materialismo histórico dialético, buscamos alcançar a estrutura e o movimento do objeto estudado segundo o movimento contraditório do modo de produção capitalista, proceder à análise bibliográfica e documental relativa ao objeto e à observação compartilhada e silenciosa junto aos sujeitos envolvidos na criação e desenvolvimento das empresas juniores na UFF. A referida análise documental também incorpora os documentos legais produzidos pelo poder executivo do Estado brasileiro e pela Confederação Brasileira de Empresas Juniores (Brasil Junior). O texto está estruturado em três capítulos, no primeiro, buscamos compreender os desdobramentos no Brasil da reestruturação produtiva que se inicia após a crise do capital na década de 1970 e como a partir daí avança a ideologia neoliberal e, consequentemente, a ideologia do empreendedorismo; no segundo, nos dedicamos a entender, partindo da transição democrática, como a burguesia brasileira vem se organizando para o atendimento de seu interesses na sociedade, em geral, e na educação, em particular; no terceiro, analisamos a proposta de formação para o empreendedorismo idealizada pelas empresas juniores no seio das IES públicas. A pesquisa evidencia como a formação oferecida pelas empresas juniores está alinhada às orientações dos organismos supranacionais e com as recomendações dos aparelhos hegemônicos ligados as diferentes frações da burguesia brasileira. Além disso, a pesquisa revela que a Confederação Brasileira das Empresas Juniores, suas Federações e as próprias empresas juniores atuam como aparelhos hegemônicos disseminando o empreendedorismo nas universidades brasileiras. A pesquisa identificou que o modelo de formação realizado pelas empresas juniores está ancorado nas pedagogias do “aprender a aprender”.

**Palavras-chave:** Empreendedorismo; Educação Superior; Empresas Juniores; Brasil Júnior.

**ABSTRACT**

This dissertation aims to analyze the proposal for entrepreneurship training offered at the Fluminense Federal University (UFF), mediated by junior enterprises. Based on dialectical historical materialism, we seek to reach the structure and the movement of the object studied according to the contradictory movement of the capitalist mode of production, to proceed to the bibliographic and documental analysis related to the object and to the shared and silent observation with the subjects involved in the creation and development of the junior enterprises at UFF. The referred documentary analysis also incorporates the legal documents produced by the executive branch of the Brazilian State and by the Brazilian Confederation of Junior Enterprises (Brasil Junior). The text is structured in three chapters, in the first, we seek to understand the unfoldings in Brazil of the productive restructuring that begins after the crisis of capital in the 1970s and how from there advances the neoliberal ideology and, consequently, the ideology of entrepreneurship; In the second, we dedicate ourselves to understanding, starting from the democratic transition, how the Brazilian bourgeoisie has been organizing itself to attend to its interests in society, in general, and in education, in particular. The research shows how the formation offered by the junior enterprises is aligned with the orientations of supranational organizations and with the recommendations of the hegemonic apparatuses linked to different fractions of the Brazilian bourgeoisie. Moreover, the research reveals that the Brazilian Confederation of Junior Enterprises, its Federations, and the junior enterprises themselves act as hegemonic apparatuses disseminating entrepreneurship in Brazilian universities. The research identified that the training model carried out by the Junior Enterprises is anchored in the pedagogies of "learning how to learn".

**Keywords:** Entrepreneurship; University education; Junior Companies, Junior Brazil.

**LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

Figura 1 - Empresas juniores com maiores arrecadações 84

Figura 2 - Metas Leve Consultoria UFF 85

Figura 3- Modelo de formação das empresas juniores 87

**LISTA DE TABELAS**

TABELA 1 – Federação que compõem a Brasil Júnior 76

TABELA 2 - Empresas juniores da Universidade Federal Fluminense 83

**LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ANDES – Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

ANFOPE – Associação Nacional pela Formação dos profissionais de Educação

ANPEd – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

AGIR – Agência de Inovação da Universidade Federal Fluminense

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de pessoal de Nível Superior

CEDES – Centro de Estudos Estratégicos da Câmara dos Deputados

CEFET – Centros Federais de Educação Tecnológica

CICE-EX – Coordenação de Intercambio e Convênios de Extensão

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

CNE – Conselho Nacional de Educação

CNI – Confederação Nacional da Indústria

EaD – Educação à Distância

FAPERJ – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

FIES – Fundo de Financiamento Estudantil

FGV – Fundação Getúlio Vargas

GEM – Global Entrepreneurship Monitor

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBQP – Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade

IEL – Instituto Euvaldo Lodi

IES – Instituições de Educação Superior

IF – Instituto Federal

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MBA – Master in Business Administration

MCTIC – Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

MEC – Ministério da Educação

MEJ – Movimento Empresa Júnior

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONU – Organização das Nações Unidas

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua

PNE – Plano Nacional de Educação

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PL – Partido Liberal

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PROEX – Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal Fluminense

PROPPI – Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

PROUNI – Programa Universidade para todos

REUNI – Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SEGIB – Secretaria Geral Ibero-Americana

SESU – Secretária de Educação Superior

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

USP – Universidade de São Paulo

**SUMÁRIO**

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE TABELAS

LISTA DE SIGLAS E ABREVIAÇÕES

INTRODUÇÃO 1

FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS 11

CAPÍTULO I - A CRISE ESTRUTURAL E O ESTADO COMO INCENTIVADOR DO EMPREENDEDORISMO 13

* 1. A categoria trabalho em tempos de expansão do empreendedorismo 13
	2. A crise estrutural e a acumulação flexível 17
	3. O capitalismo brasileiro e suas particularidades 21

1.3.1 O neoliberalismo e as contrarreformas no Estado brasileiro 25

1.4 A ascensão do empreendedorismo 29

1.5 Breves apontamentos a respeito da ideologia 30

CAPÍTULO II – A EDUCAÇÃO PÚBLICA DE INTERESSE PRIVADO 35

2.1 A reorganização da burguesia brasileira na Constituinte e na arena do Estado 35

2.1.1 Da tendência a uma transição conservadora para a conquista de uma transição democrática possível 36

2.1.2 As disputas entre público e privado na Constituinte de 1987 42

2.2 Breves apontamentos sobre o avanço neoliberal na educação superior brasileira 45

2.3 Concepções de empreendedorismo no bojo da ideologia neoliberal 53

2.3.1 A perspectiva dos organismos supranacionais 53

2.3.2 O ponto de vista de intelectuais orgânicos do capital no plano do Estado Integral 58

CAPÍTULO III – A UNIVERSIDADE EMPREENDEDORA, para quê e a quem serve ? 64

3.1 Concepções de formação para o empreendedorismo na ótica empresarial e governamental 64

3.1.1 A promoção da formação para o empreendedorismo na América Latina e no Brasil 67

3.1.2 A formação para o empreendedorismo na perspectiva empresarial e governamental 70

3.2 O Papel da Confederação Brasileira de Empresas Juniores 76

3.3 As empresas juniores da Universidade Federal Fluminense 78

3.3.1 A institucionalização do empreendedorismo na Universidade Federal Fluminense 79

3.3.2 O funcionamento das empresas juniores nas IES 81

3.3.3 Os discentes trabalhadores e as empresas juniores 86

3.3.4 As empreses juniores e o seu modelo de formação 87

CONSIDERAÇÕES FINAIS 89

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 92

**INTRODUÇÃO**

O tempo histórico em que realizamos esta pesquisa caracterizou-se por uma grave crise sanitária provocada pelo vírus SARS-CoV2, comumente chamado de coronavírus. As sequelas da crise permanecem presentes na vida de milhares de trabalhadores e trabalhadoras em todas as regiões do planeta. A pandemia transformou as vidas de todos nós e, não poderia ser diferente, deixou suas marcas e influenciou o nosso olhar durante todo o período dedicado ao desenvolvimento dessa pesquisa.

Aprendemos com Antonio Gramsci, em suas reflexões a respeito da filosofia e da história da cultura, que, “pela própria concepção de mundo, pertencemos sempre a um determinado grupo, precisamente o de todos os elementos sociais que compartilham um mesmo modo de pensar e agir” (GRAMSCI, 2013, p. 94). Sendo assim, com base na concepção de mundo que compartilhamos, entendemos que a gênese da pandemia e suas consequências estão organicamente relacionadas a uma crise estrutural do sistema[[1]](#footnote-1), fruto das contradições inerentes ao modo de produção capitalista que, em sua forma neoliberal, avança de forma desenfreada sobre o meio ambiente, destrói conquistas sociais e aprofunda a precarização no mundo do trabalho. Ademais, não podemos deixar de destacar que as respostas para o enfrentamento da pandemia e suas sequelas sob a tutela capitalista culminaram, com raras exceções, entre outras coisas, na ampliação do abismo entre os mais ricos e mais pobres em todo o mundo. Como já sinalizavam Marx e Engels no século XIX, “a sociedade burguesa assemelha-se ao feiticeiro que não pode mais controlar os poderes infernais que invocou” (2005, p. 45).

 Entre as razões que nos impulsionam a realizar esta pesquisa, encontra-se o interesse em entender a relação entre trabalho-educação, desemprego, informalidade e ascensão da ideologia do empreendedorismo, como a panaceia de todos os males socioeconômicos do momento. Observamos que a expressão que, inicialmente, era de uso habitual nos cursos de Administração e ambientes de negócios, tornou-se comum e relevante entre os trabalhadores e trabalhadoras. Ela está nas políticas públicas para geração de empregos e renda, nos meios de comunicação[[2]](#footnote-2), nas conversas informais, nas escolas e até mesmo na universidade.

 Ao iniciarmos nosso primeiro semestre letivo no programa de pós-graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense, nos deparamos com o acirramento das disputas em torno da educação, em geral, e da educação superior, em particular. Neste mesmo semestre, o Governo Federal enviaria à Câmara dos Deputados uma proposta de contrarreforma da educação superior brasileira, denominada Programa Universidades e Institutos Empreendedores e Inovadores (Future-se). Resumidamente, a proposta atrelava o financiamento das universidades aos interesses de empresários e organizações sociais. Após forte resistência dos sindicatos, docentes, técnicos e discentes, a proposta parou de tramitar na Câmara dos Deputados.

No momento em que a educação despontava como uma importante linha de frente no combate à pandemia, a universidade pública era assombrada por severos cortes de recursos, pelo avanço da proposta de emenda constitucional nº 32/20 (Reforma Administrativa), parcerias público-privadas e a ampliação da modalidade de ensino à distância. Neste contexto, sindicatos, servidoras e servidores, docentes e discentes se organizaram para lutar contra o projeto de educação do governo Bolsonaro.

Diante dessa realidade, iniciamos as aulas das disciplinas obrigatórias e eletivas, as reuniões de estudo do Grupo de Pesquisa Estado, Trabalho, Educação e Desenvolvimento: pensamento crítico latino-americano e tradutibilidade de Antônio Gramsci (GPETED) e os encontros de orientação com a professora Drª. Zuleide S. da Silveira. Participar destas atividades foi de vital importância para (re)pensarmos a relação entre trabalho e educação, a formação dos trabalhadores na sociedade burguesa, a especificidade do desenvolvimento capitalista nos países latino-americanos, o avanço do empresariamento na educação e a questão da formação para o empreendedorismo. Ademais, emerge deste contexto o objeto de pesquisa ao qual nos dedicamos ao longo do curso: a formação para o empreendedorismo realizada pelas empresas juniores nas universidades públicas brasileiras.

Sob o ponto de vista formal, a empresa júnior é uma associação civil sem fins lucrativos formada e gerida por discentes matriculados em um curso superior. Apesar de vinculados a uma Instituição de Educação Superior (IES), as empresas juniores não dependem formalmente da reitoria ou das coordenações de curso para realizar suas atividades. São independentes e a sua existência depende prioritariamente do financiamento privado. Embora estejam vinculadas a uma IES, as empresas juniores, em particular, são espaços de atendimento das necessidades do setor empresarial ou de pessoas físicas.

A ênfase do nosso trabalho se concentrou nas estratégias pedagógicas das empresas juniores na formação acadêmica e profissional dos discentes para o empreendedorismo. Estas associações são muito procuradas por permitirem aos discentes colocarem em prática os conhecimentos teóricos adquiridos na sala de aula trabalhando, em suas respectivas áreas de formação, para pessoas físicas e jurídicas. As empresas juniores, apesar de possuírem uma estrutura que remete à organização empresarial, são identificadas como um espaço de formação profissional organizado e gerido pelos discentes e para muitos destes, representando um diferencial para a inserção futura no mundo do trabalho.

Continuando, faz-se necessário destacar, de maneira mais sistemática, como nasce o nosso interesse pelo tema, que pode ser resumido nos seguintes itens: a) sou filho de trabalhadores que, muitas vezes diante do desemprego, tiveram que se render ao trabalho não-formal para garantir a reprodução de sua existência e prole; b) como professor vinculado à Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro, atuando na função de professor há 14 anos, e defensor do ensino público de qualidade, venho acompanhando atentamente e com preocupação o avanço da ideologia do empreendedorismo e sua materialização nas escolas e universidades; c) o estudo realizado na produção da monografia, intitulada **Os intelectuais orgânicos, o Sebrae e o empreendedorismo: (con)formando a classe trabalhadora para o (des)emprego**, produzida no curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação, Trabalho e Cultura Profissional:Multidimensionalidade da Práxis Docente[[3]](#footnote-3), e aprovada no ano de 2019, aponta para (1) um leque de concepções de empreendedorismo segundo o setor da economia e o ramo de atuação dos intelectuais orgânicos do capital; (2) a defesa de uma concepção de ensino ancorada nas competências, na valorização de conhecimentos práticos em detrimento dos teóricos e no deslocamento do papel central do professor no processo pedagógico para a função de estimulador e de facilitador da aprendizagem; (3) a defesa do empreendedorismo, por parte dos intelectuais orgânicos do capital, como uma das respostas à reorganização do mundo do trabalho, alinhado aos interesses da hegemonia burguesa, que na contemporaneidade não se faz sem o desemprego estrutural e sem o trabalho plataformizado e urberizado, conforme apontam Antunes (2020) e Fontes (2017b); d) dar continuidade ao estudo em torno da temática do avanço do empreendedorismo na educação brasileira; e) contribuir com as pesquisas, concluídas ou em andamento, sobre a temática do empreendedorismo.

Destarte, identificamos que o avanço do empreendedorismo na educação tem sido tema de pesquisas recentes, principalmente entre aquelas que adotam como metodologia o materialismo histórico dialético (DIAS, 2019; DUQUE, 2021). Na educação, em geral, e na educação superior, em particular, o desenvolvimento de uma suposta capacidade de empreender tem sido colocado como tarefa, independente, da classe social dos sujeitos. O empreendedorismo, inicialmente considerado como uma habilidade inata, assume o *status* de conhecimento indispensável na atualidade que deve/pode ser aprendido e ensinado.

Atualmente, encontramos uma grande variedade de programas voltados à inclusão do empreendedorismo como componente curricular em diversas instituições de ensino públicas e privadas, da educação básica à educação superior. Para além das questões econômicas, o avanço dessas propostas de formação tem forte relação com um modelo de educação, impregnado da ideologia neoliberal, voltado para o desenvolvimento de competências e fundamentado nas agendas dos organismos supranacionais.

A respeito do crescimento da formação para o empreendedorismo nas universidades, Fontes (2017b, p. 49), ao analisar o fenômeno da uberização como novo tipo de gestão e controle da força de trabalho, fornece algumas pistas para o prosseguimento de nossa pesquisa.

Os Estados capitalistas realizaram um duplo movimento: reduziram sua intervenção na reprodução da força de trabalho empregada, ampliando a contenção da massa crescente de trabalhadores desempregados, preparando-os para a subordinação direta ao capital. Isso envolve assumir, de maneira mais incisiva, processos educativos elaborados pelo patronato, como o empreendedorismo e, sobretudo, apoiar resolutamente o empresariado no disciplinamento de uma força de trabalho para a qual o desemprego tornou-se condição normal (e não apenas mais ameaça disciplinadora).

Pensando especificamente no Brasil, sabemos que os acontecimentos do final do século XX são importantes para entendermos este modelo de formação que se materializa na educação, em geral, e na educação superior, em particular, qual seja, o voltado para o atendimento dos interesses empresariais, como nos chama a atenção Rodrigues (2007, p. 11):

A mudança no conteúdo das demandas educacionais da burguesia ao sistema escolar, na década de 1990, calcou-se na efetiva transformação que se iniciara nos fins da década anterior. A década de 1980 foi palco de importantes processos econômico-sociais que marcaram o ingresso do capitalismo em uma nova fase - o padrão de acumulação flexível -, alavancada politicamente pela eleição direta de Fernando Collor de Mello, que prometera transformar o Brasil em um país de ‘primeiro mundo’.

Interessante notar que é deste período indicado por Rodrigues (2007) que datam as primeiras propostas de formação para o empreendedorismo no Brasil. Estas surgem primeiramente na educação superior e têm na Fundação Getúlio Vargas (FGV) o seu principal intelectual orgânico coletivo. No sentido que Gramsci atribui ao intelectual orgânico, vamos percebê-lo como:

[...] Os intelectuais são os ‘prepostos’ do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) o consenso ‘espontâneo’ dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce ‘historicamente’ do prestígio (e, portanto, confiança) obtido pelo grupo dominante por causa da sua posição e de sua função no mundo da produção [...]. (GRAMSCI, 2014, p. 21)

 Inicialmente relacionado aos cursos de Administração, o empreendedorismo era o conteúdo principal da formação direcionada para novos negócios, criação de empresas, criação de negócios, entre outros. No ano de 1989 a FGV cria o Centro Integrado de Gestão Empreendedora, com cursos de *Master in Business Administration* (MBA) e pós-graduação. Ainda na década de 1980, aparecem os primeiros sinais de inserção do empreendedorismo nas universidades públicas. São criadas disciplinas relacionadas ao tema na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e na Universidade de São Paulo (USP).

Na década de 1990, surge na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), no departamento de informática, uma das primeiras iniciativas de associação entre empreendedorismo e inovação, a incubadora de projeto de importação de software. Ainda nesta década, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) passa ser o responsável no país pela formação em empreendedorismo da Organização das Nações Unidas (ONU), assumindo a função, que se mantém até hoje, de importante intelectual orgânico coletivo do empreendedorismo (DIAS, 2019).

No ano de 1999, o empreendedorismo já era ensinado em várias instituições brasileiras, “atingindo um público aproximado de 8 mil estudantes” (ARRUDA; BUCHART; DUTRA, 2016, p. 58). Contudo, é na década seguinte que o empreendedorismo passa a ser oferecido como disciplina optativa aberta para vários cursos.

É também neste período que observamos uma maior permeabilidade das agendas dos organismos supranacionais nas políticas públicas, e o aprofundamento das políticas neoliberais na gestão de Fernando Henrique Cardoso.

Com a ascensão de Fernando Henrique Cardoso à Presidência da República, em 1995, as ‘posições consensuais’ dos organismos supranacionais são assumidas e aprofundadas. Na realidade, o governo FHC, com base no tripé da plataforma de política neoliberal, iniciada no governo Collor de Mello — constituído pelo aprofundamento da abertura comercial, pela privatização de empresas e de serviços públicos, e, ainda, pela desregulamentação das relações de trabalho —, apropriando-se dos novos paradigmas tecnológicos, efetiva alterações significativas na educação, envolvendo as políticas públicas de avaliação institucional e educacional, o funcionamento dos sistemas de ensino, suas concepções, o currículo dos cursos, etc.; de seu turno, o trabalho respondia, predominantemente, às pressões das transformações econômicas e tecnológicas com elevação e persistência das taxas de desemprego, proliferação de oportunidades ocupacionais com condições de trabalho de pior qualidade, cristalização dos baixos rendimentos das massas. (SILVEIRA, 2011, p. 185-186)

Atualmente, nos deparamos com diversas as ações com vistas a formar estudantes para o empreendedorismo nas universidades e institutos federais, envolvendo não apenas os discentes, mas também os docentes. Além de componente curricular, a formação para o empreendedorismo é estimulada por meio de incubadoras, de empresas juniores, projetos de extensão, palestras, editais de financiamento, bem como das estratégias da política de inovação como elemento propulsor do crescimento econômico, como bem evidencia o documento intitulado Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (2016-2022), publicado no ano de 2016, pelo Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC):

Como estratégia de aperfeiçoamento da política de inovação, além da expansão e fortalecimento dos programas e instrumentos existentes, **deve-se estimular o empreendedorismo como elemento indutor do crescimento econômico intensivo em conhecimento** (BRASIL, 2016a, p. 81. grifo nosso).

Segundo o referido Documento, o Brasil tem se destacado internacionalmente no setor, particularmente no empreendedorismo de base tecnológica, voltado para a formação do empreendedor e criação de empresas (*startups*). Entre 2004 e 2014, de acordo com pesquisa da *Global Entrepreneurship Monitor*, realizada no Brasil conjuntamente pelo Sebrae e pelo Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade (IBQP), a taxa total de empreendedorismo no Brasil aumentou de 23% para 34,5% (idem, idem).

Estamos vivenciando, no Brasil, um estímulo cada vez maior à formação e ao desenvolvimento de espaços, dentro da universidade, voltados ao empreendedorismo, com vistas à construção de atitudes, comportamentos e habilidades nos sujeitos e, principalmente, na modificação do funcionamento das universidades. Como aponta o documento Produtivismo Excludente: empreendedorismo de vanguarda, publicado pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República:

Cinco iniciativas concretas poderiam servir como ponta de lança para aproximar a universidade dos desafios do empreendedorismo avançado: (i) estimular uma cultura empreendedora nos campi universitários; (ii) mudar a orientação da pesquisa acadêmica; (iii) alterar modelo de financiamento das universidades; (iv) reformar o regime docente de dedicação exclusiva; e (v) privilegiar a concessão de patentes no Brasil provenientes de universidades. (BRASIL, 2015, p. 27)

Neste sentido, percebe-se uma continuidade e aprofundamento das propostas de formação humana para o empreendedorismo no Brasil, independente do partido político à frente no bloco do poder. O mesmo pode ser confirmado em relação à política macroeconômica, como nos chama atenção Silveira (2020, p.327),

[...] no Brasil, desde o governo Collor de Mello, a política macroeconômica não foi modicada, mas sim houve continuidade entre um mandato e outro, independentemente do partido político que esteve à frente do bloco no poder, fosse ele PRN, PSDB, PFL, PT, PMDB ou o atual PSL.

A respeito dessa continuidade nas políticas macroeconômicas no Brasil, Silveira nos alerta da influência do ideário imposto pelos organismos supranacionais.

Se não há alternativa, a política macroeconômica a ser adotada por todo e qualquer governo tido como responsável, independentemente de sua filiação partidária, deve guardar coerência com os imperativos do Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial, Organização Mundial do Comércio (OMC), Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico ou Económico (OCDE), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e os blocos político-econômicos regionais, como o Mercosul e a União Europeia, entre outros organismos supranacionais. (SILVEIRA, 2020, p. 326)

Retornando para a formação humana para o empreendedorismo, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Santander Universidades[[4]](#footnote-4) vem realizando uma pesquisa, com objetivo de analisar a relação entre as universidades latino-americanas[[5]](#footnote-5), o seu entorno e a contribuição que trazem para a sua própria inserção e a do país a que pertencem no processo de internacionalização da economia, sob a perspectiva do empreendedorismo, da inovação e da transferência de tecnologia (conhecimento). Busca-se, assim, estabelecer uma política ampla e permanente de (re)construção do consenso sob o mote de “propiciar o intercâmbio das formas bem-sucedidas de difusão e vivência do empreendedorismo nas universidades latino-americanas” (CRUZ, 2021).

No que diz respeito às funções desempenhadas pela parceria entre Santander Universidades com os organismos supranacionais, partilhamos do mesmo entendimento de Silveira (2011, p.179) quando afirma:

Funcionando como mecanismo de interpenetração e desdobramento dos conteúdos políticos, econômicos e culturais do imperialismo, os organismos supranacionais, tidos como partido político, mediados pelos Estados-Nações, burguesias dependentes associadas ao capital internacional, intelectuais tradicionais e intelectuais orgânicos, assumem papel decisivo nas orientações de ordem política, assistência técnica, metodológica e financeira no que diz respeito à ‘reestruturação’, à ‘modernização’, ao ‘desenvolvimento econômico’, à ‘democratização’ dos Estados-Nações, ‘democratização da educação’; ‘internacionalização da educação superior’, com vistas à reforma cultural, intelectual e moral da sociedade.

É neste quadro que se insere o ideário da Confederação Brasileira de Empresas Juniores (Brasil Júnior)[[6]](#footnote-6),

[...] as universidades precisam buscar formatos inovadores, novos e originais, que contribuam com algo de valor positivo intrínseco. **Isso envolverá empreendedorismo, imaginação, curiosidade, persistência e colaboração, tudo o que uma Empresa Júnior representa** [...] Como resultado, a prioridade das universidades em induzir pequenas pesquisas deu lugar a fornecer a metade de nossas populações conhecimentos e habilidades avançadas e um senso empreendedor que irá os empoderar a mudar o mundo. Isso é o que vemos na rápida expansão do ensino superior e no estabelecimento de tipos mais diversos de instituições em todo o mundo. (BRASIL JÚNIOR, 2019, p. 10. grifo nosso)

De acordo com o artigo 2º da Lei nº 13.267, de 6 de abril de 2016, que disciplina a criação e a organização das associações denominadas empresas juniores, com funcionamento perante instituições de educação superior,

considera-se empresa júnior a entidade organizada nos termos desta Lei, sob a forma de associação civil gerida por estudantes matriculados em cursos de graduação de instituições de ensino superior, com o propósito de realizar projetos e serviços que contribuam para o desenvolvimento acadêmico e profissional dos associados, capacitando-os para o mercado de trabalho. (BRASIL, 2016b)

Em seu art. 4º, parágrafo 1º, a referida Lei estabelece que as atividades desenvolvidas pela empresa júnior deverão ser orientadas e supervisionadas por professores e profissionais especializados, e a empresa, desde que devidamente reconhecida por Instituição de Educação Superior (IES), terá gestão autônoma em relação à direção da faculdade, ao centro acadêmico e a qualquer outra entidade acadêmica. Continuando, o parágrafo 2º, abre a possibilidade de a empresa júnior cobrar pela elaboração de produtos e pela prestação de serviços independentemente de autorização do conselho profissional regulamentador de sua área de atuação profissional, ainda que esse seja regido por legislação específica, desde que essas atividades sejam acompanhadas por professores orientadores da instituição de educação superior ou supervisionadas por profissionais habilitados.

As empresas juniores foram regulamentadas no governo Dilma Rousseff, pela Lei nº 13.267, de 6 de abril de 2016 (Lei das Empresas Juniores), poucos meses antes do golpe parlamentar que a afastaria do cargo de presidente da República. Segundo matéria publicada no Jornal O Globo, a referida Lei é considerada pioneira no mundo, ao mesmo tempo em que abre caminho para o crescimento do empreendedorismo no Brasil. A matéria segue afirmando que,

há EJs [empresas juniores] em todos os estados, sendo que 93% delas estão em instituições de ensino público federais ou estaduais. O Rio é um dos celeiros. A UFRJ foi pioneira no estado, ao criar uma empresa em 1990. Hoje, a instituição tem um núcleo com 19 EJs. O número de integrantes varia de dez a 80 alunos, e o faturamento anual pode chegar a R$ 400 mil. As universidades costumam ceder uma sala com computador e custear a emissão do CNPJ e capacitações. (XAVIER; COSTA, 2016)

Na perspectiva das empresas juniores, o empreendedorismo seria um importante fator de desenvolvimento econômico, com potencial para reverter os altos índices de desemprego. Não por acaso, observamos que o crescimento das empresas juniores nas IES coincide com as altíssimas taxas de desemprego entre os recém-formados, como mostra reportagem recente do G1.Globo, apenas 14,8% dos recém-formados nos anos de 2019 e 2020, conseguiram vagas em sua área de formação no primeiro trimestre após a formatura.

Com uma proposta voltada para a inserção no mundo do trabalho, a empresa júnior se mostra atrativa para os discentes por proporcionar o saber fazer que muitos desses não teriam oportunidade de vivenciar durante a graduação. Nas palavras da Brasil Junior (2020), o discente teria condições de adquirir as habilidades que o mercado demanda. Ou seja, ela forma para o trabalho na sociedade capitalista. Acontece que este discurso também esconde o outro lado dessa realidade, a naturalização do ideário que conforma para a adoção de comportamentos e propagação de ideias vinculadas a uma concepção que atende aos interesses empresariais.

Para fins desse estudo, além de identificar a Confederação Brasileira de Empresas Juniores como aparelho hegemônico, ela constitui-se em uma mediação principal para a criação de empresas juniores no espaço da universidade. Eis que organiza e promove o Encontro Nacional de Empresas Juniores[[7]](#footnote-7); a comunidade Pós-Juniores[[8]](#footnote-8); o Movimento Empresas Juniores carreiras[[9]](#footnote-9); o encontro de líderes do Movimento Empresas Juniores[[10]](#footnote-10); o selo Empresa Júnior[[11]](#footnote-11) e a Universidade Empreendedora[[12]](#footnote-12) , como espaços privilegiados de coerção e consenso.

Este estudo se justifica na medida em que: a) são poucas as análises, fora da área de administração, a respeito da formação para o empreendedorismo na educação superior, visto que a maioria dos estudos relacionados ao avanço do empreendedorismo na educação brasileira têm privilegiado as propostas de formação desenvolvida na educação básica. Esta afirmação tem como base um levantamento inicial realizado no catálogo de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de pessoal de Nível Superior (CAPES); b) o crescimento no número de empresas Juniores nas IES, principalmente nas públicas; c) a crescente influência das empresas juniores no desenvolvimento de políticas públicas para a educação superior; d) o meu interesse em entender o avanço da formação para o empreendedorismo na educação.

É deste contexto que emerge o nosso objeto de estudo – a formação desenvolvida pelas empresas juniores – e algumas questões, quais sejam: a) Como ocorre a formação para o empreendedorismo nos cursos de graduação da universidade pública por mediação das empresas juniores? b) Quais são as estratégias de obtenção do consenso usadas para direcionar e manter os docentes e discentes para a/na empresa Júnior? c) Qual a participação da Confederação e suas federações nas formações oferecidas pelas empresas juniores? d) Qual seria a contribuição da formação para o empreendedorismo na inclusão destes jovens no mundo do trabalho?

O objetivo geral deste trabalho é analisar a proposta de formação para o empreendedorismo oferecida na Universidade Federal Fluminense, tendo por mediação as empresas juniores, LEVE Consultoria e Gestão de projetos e IN Júnior – Empresa Júnior de Computação da UFF.

Deste objetivo geral resultam os seguintes objetivos específicos: a) revelar as bases teórico-metodológicas da proposta de formação das empresas juniores; b) apreender as estratégias de obtenção do consenso usadas para direcionar e manter os estudantes para a/na empresa júnior no seio da universidade; c) compreender o real alcance e o interesse da formação para o empreendedorismo oferecida pelas empresas juniores no âmbito da Universidade Federal Fluminense;

Na busca para alcançarmos os objetivos propostos, adotamos os seguintes procedimentos de pesquisa:

1. Pesquisa dos documentos oficiais que regularizam e instrumentalizam a formação oferecida pelas empresas juniores. Entre estes: Ranking das universidades empreendedoras, relatório de atividades e guia de implementação e funcionamento das empresas juniores;
2. Levantamento bibliográfico de pesquisas realizadas sobre as empresas juniores no catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Foram utilizadas nas buscas as palavras: empresas juniores; Brasil Junior; educação empreendedora e universidade empreendedora. Optamos pelos trabalhos vinculados à área de conhecimento: Ciências Humanas e Sociais.
3. Identificação e análise dos procedimentos de formação realizados por duas empresas juniores em funcionamento na Universidade Federal Fluminense. As Empresas juniores escolhidas foram: LEVE Consultoria e Gestão de projetos[[13]](#footnote-13) e IN Júnior[[14]](#footnote-14) – Empresa Júnior de Computação da UFF. A opção por estas empresas juniores se justifica pela disponibilidade dos discentes envolvidos em colaborar com a pesquisa.
4. Levantamento de dados junto veículos de comunicação e informação referentes aos seguintes temas: empresa júnior; Brasil Junior; empresários juniores.
5. Observação compartilhada e silenciosa e coleta de relatos de integrantes e ex-integrantes, descrevendo suas experiências, disponíveis nas diferentes redes sociais e sites das empresas juniores contempladas nesta pesquisa.

**FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS**

Esta pesquisa está vinculada à linha de pesquisa trabalho-educação, e, para analisarmos a formação para o empreendedorismo mediada pelas empresas juniores nas universidades públicas, adotaremos como estratégia teórico-metodológica o materialismo histórico. Coerente com esta perspectiva de análise da realidade, buscamos romper com o imediato aparente, trazendo à tona as determinações, mediações e contradições que compõem o nosso objeto empírico. Neste movimento, o que pretendemos é superar os véus da aparência e nos aproximarmos, cada vez mais, de sua essência (KOSIK, 1969). Para isso, torna-se indispensável uma postura ativa do pesquisador frente à produção do conhecimento, como nos chama atenção Netto (2011, p. 25), ao analisar a concepção marxiana de teoria:

[...] a teoria é a reprodução, no plano do pensamento, do movimento real do objeto. Esta reprodução, porém, não é uma espécie de reflexo mecânico, com o pensamento espelhando a realidade tal como um espelho que reflete a imagem que tem diante de si. Se assim fosse, o papel do sujeito que pesquisa, no processo de conhecimento seria meramente passivo. Para Marx, ao contrário, o papel do sujeito é essencialmente ativo: precisamente para apreender não a aparência ou a forma dada ao objeto, mas a sua essência, a sua estrutura e a sua dinâmica (mais exatamente: para apreendê-lo como processo), o sujeito deve ser capaz de mobilizar um máximo de conhecimentos, criticá-los, revisá-los e deve ser dotado de criatividade e imaginação. O papel do sujeito é fundamental no processo de pesquisa.

No materialismo histórico dialético, o processo de conhecimento é, ‘ao mesmo tempo, indutivo-dedutivo, analítico-sintético, abstrato-concreto, lógico-histórico.’ (SAVIANI, 2015, p.33). Suas categorias totalidade, mediação, contradição, essência e aparência, classe social, trabalho, educação, tornam possível ao investigador superar o senso comum e alcançar uma concepção cada vez mais próxima do real, ou seja, partir de uma perspectiva caótica da realidade e terminar com esta mesma realidade, contudo, agora uma rica totalidade de complexas determinações.

O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade. Por essa razão, o concreto aparece no pensamento como processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, não obstante seja o ponto de partida efetivo e, em consequência, também o ponto de partida da intuição e da representação. (MARX, 2011, p. 77-78)

 Isto posto, para entendermos a formação para o empreendedorismo oferecida nas universidades públicas pelas empresas juniores não podemos considerá-la como um fato isolado nela mesma, como fenômeno que existe desligado do mundo das relações sociais, ao contrário, faz-se necessário captar as determinações, mediações e contradições inerentes ao movimento real do objeto. Sem isso, a nossa compreensão do objeto empírico se daria apenas de modo superficial, e não conseguiríamos alcançar além de sua aparência fenomênica.

 Aprendemos com Netto (2011, p. 56) que a sociedade burguesa é uma totalidade concreta, articulada e de máxima complexidade, composta por totalidades de menor complexidade. Neste contexto, a educação, a educação superior e a formação para o empreendedorismo se apresentam como pertencentes à totalidade da sociedade burguesa.

A educação se opera, na sua unidade dialética com a totalidade, como um processo que conjuga as aspirações e necessidades do homem no contexto objetivo de sua situação histórico-social. A educação é então, uma atividade humana participe da totalidade da organização social. Essa relação exige que se a considere como historicamente determinada por um modo de produção dominante, em nosso caso, o capitalista. E, no modo de produção capitalista, ela tem uma especificidade que só é inteligível no contexto das relações sociais resultantes dos conflitos das duas classes fundamentais. (CURY, 2000, p. 13)

 Neste cenário, a formação para o empreendedorismo só poderá ser entendida no contexto da realidade material em que está inserida. Contudo, fica evidente que sem a articulação da categoria contradição, as totalidades seriam inertes, mortas (NETTO, 2011, p. 57). No caso de nosso objeto empírico, correríamos o risco de não capturarmos as disputas entre os contrários, o conflito que se materializa na proposta de formação das empresas juniores entre os interesses da classe dominante e da classe trabalhadora. A contradição sempre expressa uma relação de conflito no devir do real (CURY, 2000, p.30). Sem isso, consequentemente, nos afastaríamos do seu movimento real do objeto estudado.

**CAPÍTULO I – A CRISE ESTRUTURAL E O ESTADO COMO INCENTIVADOR DO EMPREENDEDORISMO**

Neste capítulo optamos por um viés teórico, para analisarmos o modo de produção dominante e a sua contribuição na formação, desenvolvimento e complexificação de um estado capitalista que toma o empreendedorismo como importante estratégia de conservação da subsunção dos trabalhadores ao capital.

Estruturamos este capítulo em quatro seções. A primeira seção intitulada: A categoria trabalho em tempos de expansão do empreendedorismo, realiza-se uma análise teórica sintética, em defesa da pertinência da categoria trabalho para pensarmos o avanço do empreendedorismo na sociedade e, mediatamente, a proposta de formação para o empreendedorismo das empresas juniores sediadas nas universidades públicas do Rio de Janeiro. Na segunda, intitulada: Crise estrutural e o modelo de acumulação flexível, analisamos a relação entre a crise estrutural que, o capitalismo está imerso desde a década de 1970, com o processo de reestruturação produtiva, a acumulação flexível. A terceira, nomeada: O capitalismo brasileiro e suas particularidades, buscamos evidenciar a posição do Brasil no processo de internacionalização e suas particularidades para a partir daí pensarmos na amplitude que o fenômeno do empreendedorismo adquire no país. A quarta e última seção, nomeada: A ascensão do empreendedorismo procuramos apresentar o conteúdo e a forma que o empreendedorismo assume na contemporaneidade brasileira.

* 1. **A categoria trabalho em tempos de expansão do empreendedorismo**

Na atualidade, observa-se uma tentativa de depreciação da importância social do trabalho. Este movimento não é atual e sofre influência das mudanças sociais, políticas e econômicas que emergem no final do século XX, principalmente, no que diz respeito ao avanço da tecnologia que culminou no surgimento de novas formas de trabalho. Pensando particularmente no Brasil, país em que o mundo do trabalho é marcado pela retirada de direitos, baixa remuneração do trabalho assalariado, altas taxas de desemprego e informalidade, além do trabalho escravo, afloram do cotidiano e povoam os dicionários uma seria de palavras (re)elaboradas com o objetivo de marcar um diferencial e até converter o uso do vocábulo trabalho. Remetendo especificamente a este estudo, podemos citar como exemplo a palavra empreendedor, que em seu uso comum, pode aparecer como sinônimo de trabalhador ou até mesmo como atividade distinta e superior, como constataremos ao longo deste estudo na concepção dos organismos supranacionais, em geral, e na formação das empresas juniores, em particular. Com certeza, não se trata de um problema linguístico que poderia ser resolvido com a combinação de morfemas e fonemas e a formação de uma nova palavra.

Do trabalho intelectual de Marx e Engels e sua postura frente a produção de um conhecimento que realmente pudesse intervir radicalmente na realidade, o trabalho emerge como categoria central, a atividade principal na história do homem. Compreendendo a história não como conjunto de acontecimentos relativos ao passado, e sim como Marx incorporou do pensamento de Hegel,

A história não é sucessão de fatos no tempo, não é progresso das ideias, mas o modo como homens determinados em condições determinadas criam os meios e as formas de sua existência social, reproduzem ou transformam essa existência social que é econômica, política e cultural. (CHAUÌ, 2017, p. 17)

Em Marx e Engels, o trabalho é concebido para além de suas questões fisiológicas, dispêndio de energia, ele é a mediação fundamental do homem com a natureza. No trabalho o homem se humaniza, faz-se homem, produz sua própria essência, como nos mostrar Engels ao apontar a importância do trabalho, unidade corpo e mente, na transição do macaco para o homem.

O domínio sobre a natureza que começou com o aprimoramento da mão, com o trabalho, ampliou o campo visual do ser humano a cada novo progresso. Nos objetos da natureza ele descobria continuamente novas propriedades até ali desconhecidas. Em contrapartida, o aprimoramento do trabalho necessariamente contribuiu para estreitar os laços entre os membros da sociedade, na medida em que multiplicou os casos de apoio mútuo, de cooperação, e proporcionou uma clara consciência da utilidade dessa cooperação para cada indivíduo. Em suma, os humanos em formação chegaram ao ponto de terem algo a dizer uns aos outros. A necessidade criou um órgão para isso: a laringe pouco evoluída do macaco foi mudando de forma de maneira lenta, mas segura, passando da modulação para uma modulação cada vez mais desenvolvida, desenvolvida, e os órgãos da boca aprenderam aos poucos a articular uma letra após a outra. (ENGELS, 2020, p. 460)

Com isso, pode-se afirmar com base em Marx e Engels, que o homem se forma, educa e transforma intervindo, coletivamente, na natureza mediado pelo trabalho. Sendo assim, o trabalho é determinante de nossa humanidade e essencialmente educativo, só os homens trabalham e educam, sendo o trabalho e a educação inerentes a natureza do homem, como bem destaca Saviani (2007, p. 154)

Se a existência humana não é garantida pela natureza, não é uma dádiva natural, mas tem de ser produzida pelos próprios homens, sendo, pois, um produto do trabalho, isso significa que o homem não nasce homem. Ele forma-se homem. Ele não nasce sabendo produzir-se como homem. Ele necessita aprender a ser homem, precisa aprender a produzir sua própria existência. Portanto, a produção do homem é, ao mesmo tempo, a formação do homem, isto é, um processo educativo. A origem da educação coincide, então, com a origem do homem mesmo.

Neste sentido, a educação, da mesma maneira que o homem, emergem do mesmo processo, qual seja, o trabalho. O homem necessita do trabalho para garantir e reproduzir a sua existência. E a forma de sua existência será determinada pela forma como ele a produz, partindo da premissa que o homem só existe em sociedade, também a forma que a sociedade adquire será determinada como a existência humana é produzida em seu conjunto (SAVIANI, 1997)

Por isso, nas comunidades primitivas os homens ao se apropriarem coletivamente dos meios de produção educavam-se e educavam as novas gerações. Contudo, quando subordinado pelo modo de produção capitalista, onde a troca, com base na produção de mercadorias, determina o consumo, o trabalho, apresenta-se, também, subsumido ao capital. O trabalho assim como todas as esferas da vida, inclusive a educação, tornam-se mercadorias de um processo ininterrupto de valorização do capital. Ao alienar a sua força de trabalho, o homem torna-se prisioneiro do modo de produção. Ao capturarem a natureza da riqueza na sociedade capitalista e como essa riqueza se produz e reproduz pela mediação do trabalho explorado e alienado, Marx e Engels, desvelam como a força de trabalho é, ao mesmo tempo, fonte de valor, cria valor e cria mais-valor.

O valor da força de trabalho e sua valorização no processo de trabalho são, portanto, duas grandezas distintas. É essa diferença de valor que o capitalista tem em vista quando compra a força de trabalho. Sua qualidade útil, sua capacidade de produzir fio ou botas, é apenas uma conditio *sine qua non* [condição indispensável], já que o trabalho, para criar valor, tem necessariamente de ser despendido de modo útil. Mas o que é decisivo é o valor de uso específico dessa mercadoria, o fato de ela ser fonte de valor, e de mais valor do que aquele que ela mesma possui. Esse é o serviço específico que o capitalista espera receber dessa mercadoria e, desse modo, ele age de acordo com as leis eternas da troca de mercadorias. (MARX, 2013, p. 302)

Logo, enquanto mercadoria, o trabalho adquire uma dupla dimensão, é trabalho concreto e produz valor de uso, ao mesmo tempo que é trabalho abstrato e produz valor de troca na medida em que, “o corpo da mercadoria que serve de equivalente vale sempre como incorporação de trabalho humano abstrato e é sempre o produto de um determinado trabalho útil, concreto. Esse trabalho concreto se torna, assim, expressão do trabalho humano abstrato” (MARX, 2013, p. 162-163).

 É a classe trabalhadora que produz toda a riqueza que na sociedade burguesa aparece como propriedade privada da burguesia. À sombra domínio burguês, a forma de produção e reprodução da vida é fragmentada e hierarquizada, o trabalho simples passa a subordinar-se ao trabalho complexo. O trabalhador já não se reconhece no trabalho, o produto do seu trabalho já não lhe pertence.

Mediante a compra da força de trabalho, o capitalista incorpora o próprio trabalho, como fermento vivo, aos elementos mortos que constituem o produto e lhe pertencem igualmente. De seu ponto de vista, o processo de trabalho não é mais do que o consumo da mercadoria por ele comprada, a força de trabalho, que, no entanto, ele só pode consumir desde que lhe acrescente os meios de produção. O processo de trabalho se realiza entre coisas que o capitalista comprou, entre coisas que lhe pertencem. Assim, o produto desse processo lhe pertence tanto quanto o produto do processo de fermentação em sua adega. (MARX, 2013, p.293)

Se voltamos a nossa análise para a contemporaneidade, podemos realizar duas afirmações, a primeira é que na sociedade capitalista o conhecimento, em geral, e a educação, em particular, adquirem a forma de mercadoria por possibilitar, entre outras coisas, uma maior acumulação capital mediada pela especialização da força de trabalho.

A segunda é que o empreendedor embora não perceba que vende imediatamente a sua força de trabalho ao capitalista, ele está subsumido, de forma real e concreta, às relações capitalistas de produção. Ele não deixa de ser um trabalhador expropriado, explorado e precarizado.

Desse modo, concordamos com Antunes (2018, p. 87) quando afirma que o empreendedorismo se configura, cada vez mais, como uma forma oculta de trabalho assalariado, ao mesmo tempo em que, prolifera distintas formas de se fazer ou de se compor o salário e a jornada de trabalho sob a denominada flexibilização das leis trabalhistas, funcional ao capital.

Não por acaso, observa-se que as empresas juniores tendem a evitar a utilização da palavra trabalho, apresentando em seu lugar outros termos como serviços, projetos, atividades de gestão, de prospecção, de negociação, entre outras (BRASIL JÚNIOR, 2004).

 Ainda sobre o ocultamento da subsunção real do trabalho ao capital, Fontes (2017a, p. 50) destaca o apagamento jurídico promovido pelo fenômeno do empreendedorismo na relação Estado, capital e trabalho, apresentando, assim, uma igualdade fictícia entre capitalistas, tendo por base um conceito abstrato de propriedade e, por conseguinte, de proprietário. Com este apagamento jurídico, as empresas juniores tornam-se mediação para a valorização do valor, por terem como estratégia a oferta de preços abaixo dos praticados no mercado

Neste contexto, é possível apreender que, as mais recentes formas de organização do trabalho, sob a “acumulação flexível” (HARVEY, 2008), e a educação superior como espaço-tempo de formação de empreendedores vêm obscurecendo, cada vez mais, o entendimento da classe trabalhadora sobre as práticas político-econômicas da atual fase neoliberal do capital.

* 1. **A crise estrutural e a acumulação flexível**

Nesta seção nos dedicaremos, de maneira sucinta, a tarefa de apresentar as relações entre a crise estrutural que, o capitalismo está imerso desde a década de 1970, e que culminou no aparecimento de um regime de acumulação inteiramente novo, marcado pelo imbricamento dos modelos de produção, a acumulação flexível.

As últimas décadas do século XX são de suma importância para o entendimento do objeto empírico de nossa pesquisa, qual seja, a formação para o empreendedorismo realizada pelas empresas juniores no interior das IES públicas brasileiras. Especificamente no ano de 1967, deu-se a criação da primeira empresa júnior na cidade de Paris e, a partir daí, iniciou-se a difusão de sua proposta. Primeiramente, pela França e Europa e em seguida por outros continentes. Por volta de 1988, o conceito de empresas juniores já havia penetrado em território brasileiro, resultando no surgimento das primeiras empresas juniores brasileiras, sediadas na Fundação Getúlio Vargas e na Fundação Armando Álvares Penteado.

Para além da relevância que a constituição e expansão das empresas juniores têm para esta pesquisa, nos interessa nesta seção, as mudanças no sistema de reprodução da força de trabalho e na esfera do Estado que se dão a partir da década de 1970 e que, apesar de se darem no mesmo período, não têm relação imediata com o surgimento e expansão das primeiras empresas juniores. Todavia, os seus desdobramentos cometem diretamente a maneira como os homens produziam e reproduziam a sua existência. Tem-se assim, as condições materiais para o desenvolvimento de um conjunto de ideias que, atualmente, são o alicerce da proposta de formação das empresas juniores.

Antes de nos dedicarmos a expor tais mudanças, faz-se necessário um breve relato de como a produção da vida material era organizada até aquele momento. os aspectos sociais, políticos e econômicos dos países do capitalismo central refletiam o momento de expansão do pós-guerra. Os padrões de vida se elevaram, as tendências de crises foram contidas, a democracia de massas preservada e a ameaça de guerra intercapitalista tornada remota (HARVEY, 2008, p. 125). Em síntese, nos países centrais do capitalismo, o modo de produção capitalista caracterizava-se pela predominância do modelo fordista-taylorista amparado pelo compromisso social-democrata, que:

se assenta numa ampla coesão social e política interna, forjando mecanismos de negociação coletivos. Sindicatos, entidades empresariais, organizações de seguridade social e, em especial, o Estado são os agentes principais dessa dinâmica política e econômica. Além disso, o fordismo se implanta como uma nova estruturação da própria vida social. Formas costumeiras de vida são rapidamente transformadas, nichos sociais e econômicos pré-capitalistas ou na borda do sistema são alterados e inseridos no mercado de trabalho assalariado e de consumo. Mesmo o núcleo familiar passa a ser, a partir daí, uma unidade de trabalho e consumo. No plano ideológico, o fordismo estabelece uma crença no progresso dentro do próprio capitalismo, na expectativa de que, por meio da intervenção estatal, as crises e contradições do capital se apaziguassem e as classes trabalhadoras pudessem, crescentemente, galgar melhorias em sua condição econômica. (MASCARO, 2013, p.157-158)

 Como bem destaca Mascaro (2013) o protagonismo do Estado foi fundamental para o crescimento econômico e garantia de padrões materiais de vida adequados aos trabalhadores pertencentes aos países do centro do capitalismo. Uma apresentação mais detalhada de como se deu esta atuação do Estado no período que corresponde ao pós-guerra é elaborada por Harvey (2008, p. 129)

O Estado, por sua vez, assumia uma variedade de obrigações. Na medida que a produção de massa, que envolvia pesados investimentos em capital fixo, requeria condições de demanda relativamente estáveis para ser lucrativa, o Estado se esforçava por controlar ciclos econômicos com uma combinação apropriada de políticas fiscais e monetárias no período pós-guerra. Essas políticas eram dirigidas para as áreas de investimento público – em setores como transporte, os equipamentos públicos etc. – vitais para o crescimento da produção e do consumo de massa e que também garantiam um emprego relativamente pleno. Os governos também buscavam fornecer um forte complemento ao salário social com gastos de seguridade social, assistência médica, educação, habitação etc. Além disso, o poder estatal era exercido direta ou indiretamente sobre os acordos salariais e os direitos dos trabalhadores na produção.

 Com ênfase em políticas fiscais e monetárias de inspiração keynesianas os Estados do centro do capitalismo, a despeito de suas diferentes formas e configurações, conseguiram combinar emprego razoavelmente pleno, crescimento econômico e bem-estar para os trabalhadores. De acordo com Harvey (2011, p. 20), “Os Estados intervieram ativamente na política industrial e passaram a estabelecer padrões para o salário social, construindo uma variedade de sistemas de bem-estar (cuidados de saúde, instrução etc.)”.

No entanto, este período de bem-estar social limitou-se nos países centrais do capitalismo, sobretudo na Europa. Na periferia do capitalismo, em especial na América do Sul, conhecia uma das épocas mais tortuosas de sua história, determinada pelo avanço de forças reacionárias e a implantação de ditaduras militares em diversos países. Para tentarmos quantificar tamanha discrepância, segundo Hobsbawm (2005, p. 261), na década de 1970, um país tipicamente desenvolvido tinha mais de mil cientistas e engenheiros por cada milhão de habitantes, enquanto o Brasil tinha cerca de 250, a Índia 130, o Paquistão 60 e o Quênia e Nigéria, juntos, somavam cerca de 30 intelectuais formados na área científico-tecnológica.

Estes dados confirmam que o modelo de produção em massa para o consumo em massa, da Era de Ouro, não se generalizou, mas também apontam para o fosso tecnológico entre países, então, classificados na linguagem dominante de desenvolvidos e subdesenvolvidos.

 No final de 1960, o modelo de produção taylorista-fordista já demostrava indícios de sua debilidade, era o fim da ‘Era de Ouro’ do capitalismo.

As agitações sociais de 1968 podem ser compreendidas como o primeiro indício contundente de que os fundamentos específicos sobre os quais havia se sustentado a sociedade capitalista em sua “era dourada” não podiam operar indefinidamente. [...] Em pouquíssimos anos (menos de meia década), todos os pilares de sustentação da ordem capitalista do pós-guerra expuseram a sua efetiva fragilidade – ou seja, a sua incapacidade de subsistir no longo prazo sem minar as condições de existência do próprio sistema. (MEDEIROS, 2013, p. 283)

Lembremos que as crises são um fenômeno regular e indispensável na dinâmica capitalista e a sua causalidade é dada pelas próprias leis (dialéticas, de tendência) de funcionamento da economia capitalista (CARCANHOLO; MEDEIROS, 2014, p. 289). Por isso, as crises, sociais, econômicas, políticas, ambientais, humanas, são a marca genética do capitalismo (FONTES, 2017a). Outro ponto importante que não podemos deixar de destacar é que no modo de produção capitalista, apesar das crises se apresentarem para os trabalhadores na forma de escassez, em sua essência as crises são provocadas por excessos de produção.

Crises de superprodução renovam a produção da miséria, pelo desemprego, pela destruição de bens de uso que não se converteram em mercadorias. A concorrência desenfreada entre capitais exacerba a tendência à redução dos lucros; a introdução de tecnologias tenta freá-la, através de massas ainda maiores de mercadorias produzidas com menor número proporcional de trabalhadores. O desemprego é crescentemente constitutivo dessa dinâmica social e vem sendo convertido em forma de exploração do trabalho sem a mediação contratual, sem direitos, sem limites de jornada de trabalho. (FONTES, 2017a, p. 411)

 Naquilo que mais nos interessa, a substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto e a expansão cada vez maior do trabalho improdutivo, que vieram engendrar, dos anos de 1980 em diante, a formação de empreendedores, o historiador britânico afirma que,

as novas tecnologias eram, esmagadoramente, de capital intensivo e (a não por cientistas e técnicos altamente qualificados) exigiam pouca mão-de-obra, ou até mesmo a substituíam. A grande característica da Era de Ouro era precisar cada vez mais de maciços investimentos e cada vez menos gente, a não ser como consumidores (HOBSBAWM, 2005, p. 262).

Neste contexto, já se manifestava a crise estrutural do capital, trazendo em bojo a crise de hegemonia[[15]](#footnote-15) dos EUA.

A hegemonia dos EUA declinou com a queda do padrão dólar-ouro, gerando diminuição da produtividade e, como consequência, a queda na taxa de emprego e instabilidade de preços. Nesse cenário, os conflitos sociais liquidaram o consenso ideológico/político-econômico do liberalismo, levando os Estados Unidos a enfrentarem uma crise de hegemonia no período de 1968 a 1973. (SILVEIRA, 2011, p. 102)

 Também neste período, observa-se a ascensão ao poder de forças políticas ultraconservadoras que, em resposta a crise, adotam políticas econômicas neoliberais, pautada, entre outras coisas, nas reformas do Estado em resposta ao esgotamento do modelo de acumulação fordista.

A política econômica, em sua concepção neoliberal, inaugura uma nova institucionalidade econômico-financeira de ajuste estrutural, sustentada nos pilares de reforma do Estado, privatização, abertura comercial, produtividade, competitividade, reestruturação produtiva e, ainda, desmantelamento das políticas de proteção social conquistadas na era keynesiana. (SILVEIRA, 2011, p.133)

Com a avanço da acumulação flexível, em que se via grandes complexos industriais com um quantitativo imenso de trabalhadores, agora se vê produção fragmentada entre várias pequenas fábricas com um número mínimo de trabalhadores, muitas vezes terceirizados. As produções em massa são superadas por uma forma de produção que, assentada no desenvolvimento tecnológico e nas mudanças radicais no mundo do trabalho, mantem-se hegemônica e se conforma a lógica dos mercados.

Diferentemente do modelo taylorista-fordista, a acumulação flexível e o modelo japonês se apoiam na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Além de propiciar o surgimento de novos setores de produção, a exemplo da terceirização, e novos modos de oferecer serviços, acompanhados de inovação comercial, tecnológica e organizacional. (SILVEIRA, 2010, p. 75)

A reestruturação produtiva apoiada na microeletrônica e nos meios de informação automática veio aprofundar o desemprego, tornando-o, tanto quanto a crise, estrutural. Entretanto, não podemos esquecer que o desemprego é uma tendencia inerente à complexificação das relações de produção e reprodução da vida na sociedade capitalista.

Quanto maiores forem a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e o vigor de seu crescimento e, portanto, também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva de seu trabalho, tanto maior será o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível se desenvolve pelas mesmas causas que a força expansiva do capital. A grandeza proporcional do exército industrial de reserva acompanha, pois, o aumento das potências da riqueza. Mas quanto maior for esse exército de reserva em relação ao exército ativo de trabalhadores, tanto maior será a massa da superpopulação consolidada, cuja miséria está na razão inversa do martírio de seu trabalho. (MARX, 2013, p. 845)

Essa massa de excluídos vê materializada em sua vida cotidiana os efeitos nocivos desse sistema. O que tende a pressionar os trabalhadores a aceitar e se adaptar constantemente e sem questionamentos as mudanças no mundo do trabalho se quiserem garantir a reprodução de sua vida material.

A produção social, que deveria atender às necessidades humano-sociais, subordinou-se integralmente aos imperativos da autorreprodução do capital. Entre outras consequências devastadoras para a humanidade, podemos citar o desemprego monumental, a destruição ambiental, a “mercadorização” da vida e o incentivo diário a novas guerras e conflitos armados. (ANTUNES, 2020, p. 12)

Destarte, com a crise estrutural, a reestruturação produtiva e o avanço neoliberal, o imperialismo entra em uma nova fase. Marcado por blocos de Estado, o imperialismo se organiza em torno do G-7, uma espécie de diretório, encarregado da administração associada dos assuntos mundiais, e do G-3, um subgrupo do primeiro, coordena suas políticas cambiais frente às flutuações e às crises financeiras (FIORI, 1997, p.120 apud SILVEIRA, 2010, p. 41)[[16]](#footnote-16). Desta maneira, a competição entre os grandes monopólios e governos ocorre por toda parte do mundo, envolvendo mercados de nações do capitalismo central, como as de capitalismo periférico, e, até mesmo, de nações não-industrializadas (ibidem).

A relação entre os países de capitalismo central e capitalismo periférico ou dependente não se limita a uma dominação imposta. Ela vem mediada por acordos, tratados, pactos, conferências etc. É o que veremos na seção a seguir na qual analisamos a especificidade do capitalismo dependente no Brasil.

* 1. **O capitalismo brasileiro e suas particularidades**

Nesta seção, ciente de que a crise estrutural do capitalismo a que estamos expostos, não se manifesta da mesma forma em todos os países e continentes. Propomo-nos a apresentar, algumas características do capitalismo brasileiro. Nossa intenção é apresentar uma breve análise teórica que servirá como base para nos ajudar a entender a atual posição do Brasil na organização do capitalismo mundial e os limites de seu desenvolvimento, lembrando que:

O quadro da dominação imperialista que constrange o capitalismo dependente a uma posição subalterna no contexto de trocas internacionais do mercado mundial, no entanto, não limita a burguesia aqui instalada, apesar de sua subalternidade no plano internacional, a uma posição meramente passiva. As frações burguesas em operação no país foram organizadoras ativas do padrão de acumulação do capital do capitalismo dependente, pautado em grande medida por taxas de exploração excessivas. (MATTOS, 2020, p. 142)

Para captarmos a posição de dependência brasileira, optamos por um caminho que começa pelo resgate histórico da formação do Brasil como nação. Isso porque, aprendemos com Fernandes (1975) que ainda nos tempos do Brasil colônia se desenvolve algumas particularidades que nos ajudam a melhor entender a particularidade da classe burguesia do Brasil, o capitalismo brasileiro e consequentemente as bases do seu subdesenvolvimento.

Importante destacar que Florestan Fernandes empreendeu um intenso esforço na busca por entender as singularidades do desenvolvimento capitalista em um país periférico e dependente do sistema. Como bem destaca Mattos (2020, p. 103), Florestan discutiu de forma original a questão da dependência, partindo das reflexões acerca da acumulação capitalista desenvolvidas por Marx, associada às teorias imperialistas e à ideia de desenvolvimento desigual e combinado.

No que diz respeito a questão da dependência, entendemos ser pertinente desenvolvermos alguns aspectos, para mais adiante no capítulo II, apresentarmos quais seriam os desdobramentos desta dependência nas disputas em trono da transição democrática, em geral, e da Constituição de 1988, em particular. Compreendemos com Florestan Fernandes que os países da América Latina em geral e o Brasil em particular apresentavam um tipo político, ideológico e cultural de dominação colonial que se materializou como um severo processo de exploração ilimitada, onde coexistiram pequenos grupos privilegiados e grandes massas de despossuídos. Convém frisar que o tipo de dominação encontrado nos países da América Latina, era semelhante, contudo, de modo algum idêntico.

Comumente, o crescimento econômico dos países da periferia do sistema capitalista, de economia predominantemente agrária, tem como marca a miséria e a marginalização despóticas, além da ausência de direitos fora dos setores sociais dominantes.

O sistema básico de colonização e de dominação externas experimentado por quase todas as nações latino-americanas durante pelo menos três séculos, foi construído de acordo com os requisitos econômicos, culturais e políticos do assim chamado “antigo sistema colonial”. Em termos jurídicos, a legitimidade de dominação tinha um duplo fundamento, legal e político. Os colonizadores eram submetidos à vontade e ao poder das coroas da espalha e Portugal, às quais deviam, como vassalos, obediência e lealdade. (FERNANDES, 1975, p.13)

A dominação externa[[17]](#footnote-17) que se inicia no Brasil no século XVI, no decorrer dos anos para responder a suas contradições vem se modificando, adaptando e transformando. Destes desdobramentos, Florestan observa que após o período colonial emerge uma burguesia, com uma característica peculiar, qual seja, ela opta por uma posição política que visa a conciliação de seus interesses com o atendimento das demandas externas, mesmo que isso signifique uma condição de econômica cada vez mais dependente dos países centrais.

A dupla articulação impõe a conciliação e a harmonização de interesses díspares (tanto em termos de acomodação de setores econômicos internos quanto em termos de acomodação da economia capitalista dependente às economias centrais); e, pior que isso, acarreta um estado de conciliação permanente de tais interesses entre si. Forma-se, assim, um bloqueio que não pode ser superado e que, do ponto de vista da transformação capitalista, torna o agente econômico da economia dependente demasiado impotente para enfrentar as exigências da situação de dependência. Ele pode, sem dúvida, realizar as revoluções econômicas, que são intrínsecas às várias transformações capitalistas. O que ele não pode é levar qualquer revolução econômica ao ponto de ruptura com o próprio padrão de desenvolvimento capitalista dependente. (FERNANDES, 2020, p.260)

 Esta burguesia também se caracteriza por promover um desenvolvimento capitalista no Brasil pautado em formas políticas arcaicas. É uma classe dominante que tende a se antecipar aos anseios revolucionários da classe trabalhadora, uma burguesia essencialmente contrarrevolucionária. Tem-se com isso uma burguesia que vincula “o Estado nacional não à clássica democracia burguesa, mas a uma versão tecnocrática da democracia restrita, a qual se poderia qualificar, com precisão terminológica, como uma autocracia burguesa” (ibidem, p. 278).

Avançando no entendimento da dependência, recorremos agora a Ruy Mauro Marini para captarmos como a América Latina em geral e o Brasil em particular são incluídos na divisão internacional do trabalho, ao longo do século XIX, visando a atendimento das necessidades oriundas da revolução industrial.

A revolução industrial, que dará início a ela, corresponde na América Latina à independência política que, conquistada nas primeiras décadas do século 19, fará surgir, com base na estrutura demográfica e administrativa construída durante a Colônia, um conjunto de países que passam a girar em torno da Inglaterra. Os fluxos de mercadorias e, posteriormente, de capitais têm neste seu ponto de entroncamento: ignorando uns aos outros, os novos países se articularão diretamente com a metrópole inglesa e, em função dos requerimentos desta, começarão a produzir e a exportar bens primários, em troca de manufaturas de consumo e —quando a exportação supera as importações —de dívidas. (MARINI, 2017, p.327)

 Neste contexto, caberia a América Latina, garantir os recursos necessários, produtos agrícolas e matérias-primas, para atender as novas demandas mundiais relacionadas aos desdobramentos do processo de industrialização. Com isso, com vistas a atender os interesses do capital em expansão observou-se a combinação entre as relações escravistas e servis da América Latina, via capital comercial, com as necessidades do capital industrial moderno dos países do centro do sistema (DOS SANTOS, 2020).

De acordo com Marini (2017), não seria possível aprofundar a divisão social do trabalho e a especialização dos países industriais como produtores mundiais de manufatura sem a contribuição dos países da América Latina. Dessa relação, de nações que produzem bens manufaturados e outras que não produzem ou não produzem com a mesma habilidade, surge um processo de “troca desigual”. Neste processo, existe uma relação dialética entre desenvolvimento e subdesenvolvimento, são os dois lados de uma mesma moeda (desenvolvimento capitalista como sistema mundial). Por estar completamente subalterna a dinâmica de acumulação dos países industrializados, a economia dependente incapacitada de frustrar, a troca desigual a níveis das relações de mercado, compensa no mercado interno com a “superexploração do trabalho”.

 Aprendemos com Marx (2013) que a força de trabalho durante o processo de produção, não só incorpora valor as mercadorias produzidas, como também cria um novo valor que vai repor o valor investido na produção da mercadoria e fornecerá um excedente, o “mais-valor”. Pela força de trabalho, mercadoria no processo de produção, o capitalista paga um valor ao trabalhador. Ainda de acordo com Marx, este valor pode ser explicitado da seguinte forma,

O limite último ou mínimo do valor da força de trabalho é constituído pelo valor de uma quantidade de mercadorias cujo fornecimento diário é imprescindível para que o portador da força de trabalho, o homem, possa renovar seu processo de vida; tal limite é constituído, portanto, pelo valor dos meios de subsistência fisicamente indispensáveis. (ibid, p. 278)

 Dito isso, o problema que se coloca nos países dependentes e que nos interessa é o seguinte, a força de trabalho nos países dependentes é remunerada abaixo de seu valor, ou seja, ao trabalhador não é garantida nem a sua subsistência. São trabalhadores expostos a jornadas de trabalho ampliadas, aumento da intensidade do trabalho e baixas remunerações.

 Voltando, então, para ao tema principal desta seção, recorremos agora as reflexões de Virginia Fontes, especificamente ao período que corresponde da ditadura empresarial-militar até os dias atuais. Isso porque, este momento da história brasileira se configura pelo predomínio de uma forma mais concentrada do capital determinada pelo domínio do “capital-monetário”. A partir daí o Brasil transforma-se em um país “capital-imperialista”.

Essa concentração impulsiona relações sociais de tipo capitalista, exasperando suas contradições fundamentais a patamares dramáticos, através de uma enorme variedade de formas de expropriação, tornando a própria humanidade, em seu sentido mais literal e biológico, refém da propriedade do capital e de sua imperiosa necessidade de tudo converter em mercadoria, de maneira a assegurar sua própria existência. Massas incontroláveis de capital fictício, estreitamente coligadas com as demais formas do capital, promovem intensa destruição social, ambiental e humana ao perseguirem e inventarem maneiras de converter a atividade humana em trabalho, ou seja, em forma de extração de mais-valor. Corroem a vida social de inúmeras formas, inclusive através da banalização das atividades mais corrompidas e violentas, desde as máfias e os tráficos diversos, até a corrupção, intrafirmas ou entre firmas, instituições e governos. (FONTES, 2010, p. 304)

 Uma característica marcante dessa forma do capitalismo, o “imperialismo”, é a acirrada competição e disputa entre capitalista que culmina na criação de grandes monopólios[[18]](#footnote-18), inclusive na educação. Esses, com a anuência do Estado, aprofundam e expandem as expropriações aos trabalhadores. Principalmente, em países de economia dependente como o Brasil, onde o capitalismo adquire características diferentes dos países localizados no centro do sistema.

A unificação realizada pela expansão capital-imperialista atua em diferentes níveis, a começar pelo da existência imediata e concreta, para uma população expropriada de maneira múltipla e brutal e colocada mais ou menos violentamente em situação de disponibilidade para o mercado, pelo desemprego ou sua ameaça, e por uma cascata de formas de venda da força de trabalho, desigualmente precarizada. Expropriada também de direitos, se depara com o mercado como *única instância comum* a todos, dramaticamente homogeneizadora das necessidades sociais. (ibid, p. 290)

Perante tamanha expropriação, torna-se tarefa do Estado, educar os trabalhadores para que estejam dispostos, frente a necessidade de entrar ou permanecer inseridos no mundo do trabalho, a se adaptar as mudanças constantes geradas pelos avanços tecnológicos e a vender a sua força de trabalho de diferentes formas.

1.3.1 O neoliberalismo e as contrarreformas no Estado brasileiro

Em todo o mundo, a reestruturação produtiva e as políticas neoliberais foram pensadas como respostas do capital à sua crise iniciada nos anos 1970 e tiveram, de fato, como efeito uma reversão momentânea no declínio da taxa de lucros. (MATTOS, 2020, p. 123)

De forma sintética, pode-se afirmar que com a ascensão do neoliberalismo diminui-se a participação do Estado em áreas essenciais para a massa trabalhadora como, por exemplo, saúde e educação. De acordo com Harvey (2011, p. 13),

[...]neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas[...]

Em sua forma neoliberal, o capitalismo mundial contemporâneo, apresenta os seguintes elementos: a) internacionalização da economia, com base na geopolítica, a partir da integração dos Estados-Nações aos mercados comum, regional e global, bem como dos avocados acordos comerciais que se originam dessa relação; b) ampliação da internacionalização produtiva, iniciada no século XIX e aprofundada após a Segunda Guerra Mundial, com base na crescente capacidade das transnacionais em conectar mercados e transportar capital e tecnologia entre fronteiras nacionais; c) reconfiguração da divisão internacional do trabalho a partir da participação de países do antigo bloco socialista e da incorporação daqueles do Leste Asiático; d) interpenetração das atividades do setor de serviços com as dos setores primário e secundário da economia; e) desemprego estrutural, acompanhado da superexploração, expropriação e espoliação do trabalho; f) modificação do papel do Estado na sua relação com o trabalho e a educação; g) manutenção da brecha científico-tecnológica-educacional-cultural entre países de capitalismo central e dependentes; h) estratégias, por parte do empresariado, de produção do consenso em torno do empreendedorismo, voluntariado e responsabilidade social (SILVEIRA, 2011, p. 135-136).

Especificamente na América Latina, seus governos, na busca por estabilidade política e a consolidação econômica, aderem a ideologia do neoliberalismo.

Nesse cenário, estavam em curso as orientações do Consenso de Washington, por meio do Banco Mundial, para que as políticas de estabilização fossem acompanhadas de reformas estruturais visando a desregulamentação e privatização do mercado, bem como a privatização do setor público e redução do Estado. (SILVEIRA, 2010, p. 61)

 O Brasil foi um dos últimos países da América Latina a ceder ao ideário neoliberal. Isso só acontece com a ascensão do governo Collor de Melo. Contudo, o neoliberalismo se aprofunda após a eleição de Fernando Henrique Cardoso para a Presidência. Do ponto de vista político-social, a questão central a ser enfrentada pela burguesia, não apenas pelos industriais, era a recomposição da estabilidade da dominação das classes (MATTOS, 2020, p.124). Não podemos esquecer que a década de 1980 foi marcada pela intensa movimentação política da classe trabalhadora. Posto isto, a implantação do neoliberalismo e seu bojo de contrarreformas aparecem como elementos contrarrevolucionários preventivos.

Adiantando-se um pouco no tempo, especificamente no ano de 2015, inicia-se ainda no Governo Dilma Rousseff um programa de austeridade, de inspiração neoliberal, que é agravado no governo Michel Temer, após o golpe parlamentar de 2016. Respaldada pelo argumento, entre outras coisas, de superação da crise e modernização da gestão pública foram realizados inúmeros ataques as conquistas dos trabalhadores e trabalhadoras. Tomamos como exemplo, a Emenda Constitucional nº 95 que instituiu um novo regime fiscal. A proposta ficou conhecido como “PEC do fim do mundo”, pelos severos cortes no orçamento público associados ao início de sua vigência.

Entre as consequências da Emenda Constitucional, está a diminuição dos recursos disponíveis para o Estado para investimento e cobertura de gastos sociais e, consequentemente, a limitação de sua capacidade de gerar empregos e de assegurar políticas públicas de assistência social. Basicamente, a função da mudança constitucional foi viabilizar que os recursos do fundo público fossem assegurados para o pagamento de juros e de serviços da dívida pública. Assim, defendeu-se que com o conjunto de contrarreformas a iniciativa privada passaria a se incumbir dessa função, gerando empregos e promovendo o crescimento prometido, cabendo ao governo implementar políticas de austeridade.

Entretanto, somente parte da valorização do capital especulativo foi viabilizada. A chamada “mão invisível do mercado” não demostrou interesse e capacidade em reverter a crise. Assim, o que se viu, foi o fechamento de fábricas[[19]](#footnote-19) e o encerramento de pequenos comércios.

Diante de um cenário de alto desemprego e oferta de vagas de emprego precárias e com baixo rendimento, no período pré-pandêmico, cresceu o número de trabalhadores e trabalhadoras que foram empurrados para a informalidade. Os dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD), referente ao período de abril a junho de 2019, mostraram que o desemprego esteve presente nos lares de 12% da população brasileira, atingindo aproximadamente 12,8 milhões de pessoas. A pesquisa mostrou que no mesmo período, a taxa de informalidade alcançou a 38,15% dos trabalhadores e o número de empregados no setor privado sem carteira assinada se tornou realidade para 11,5 milhões de pessoas. Indo mais além, no que diz respeito as taxas de desemprego, ao compararmos os dados, com o mesmo período de 2018, a variação foi de apenas 0,9%.

[...] antes da pandemia, mais de 40% da classe trabalhadora brasileira encontrava-se na informalidade ao final de 2019. No mesmo período, uma massa em constante expansão de mais de cinco milhões de trabalhadores/as experimentava as condições de uberização do trabalho, propiciadas por aplicativos e plataformas digitais, o que até recentemente era saudado como parte do “maravilhoso” mundo do trabalho digital, com suas “novas modalidades” de trabalho on-line que felicitava os novos “empreendedores”. Sem falar da enormidade do desemprego e da crescente massa subutilizada, terceirizada, intermitente e precarizada em praticamente todos os espaços de trabalho. (ANTUNES, 2020, p.8)

Emerge desse processo um cenário de barbárie. Mais de 600 mil mortos, pessoas correndo atrás de caminhões de lixo buscando restos de comida, pessoas durante horas na fila para comprar osso, desemprego e inflação batendo recordes. Enquanto isso, o Presidente da República, à época, Jair Messias Bolsonaro continuou reproduzindo e legitimando o discurso negacionista, associando a crise econômica as tentativas de controle da pandemia, por meio de *fake News*.

Segundo colocado no ranking mundial de mortes, o Brasil registra mais de 146 mil óbitos e aproximadamente 5 milhões de casos de Covid-19. No entanto, Jair Bolsonaro, desde o mês de março, vem banalizando a pandemia e desqualificando as orientações das autoridades no assunto (brasileiras e internacionais) quanto ao isolamento social e ao uso de máscara, engendrando um dilema de cunho político, econômico e ideológico entre vidas e economia de mercado. (SILVEIRA, 2020, p. 161-162)

 Cabe recordar que em 2018, Jair Messias Bolsonaro foi eleito presidente do Brasil com uma agenda[[20]](#footnote-20), entre outras coisas, de aprofundamento das contrarreformas neoliberal geridas por seu fiador econômico Paulo Guedes. De acordo com os seus posicionamentos, impregnados do ideário neoliberal, a crise sanitária não deve impactar na atividade econômica, mesmo que o preço seja a morte de milhares de brasileiros e brasileiras. A prioridade é o atendimento das necessidades do mercado, em detrimento da vida.

 É importante ressaltar que o plano de governo da candidatura de Jair Bolsonaro da disputa eleitoral de 2018 constava o seguinte a respeito da educação superior:

As universidades precisam gerar avanços técnicos para o Brasil, buscando formas de elevar a produtividade, a riqueza e o bem-estar da população. Devem desenvolver novos produtos, através de parcerias e pesquisas com a iniciativa privada. Fomentar o empreendedorismo para que o jovem saia da faculdade pensando em abrir uma empresa. Enfim, trazer mais ideias que mudaram países como Japão e Coréia do Sul (BOLSONARO, 2018, p. 46).

 A perspectiva de educação superior defendida pelo governo Jair Bolsonaro, desde a campanha, alinha-se, como veremos ao longo desta pesquisa, a proposta defendida pelas empresas juniores a educação superior brasileira.

* 1. **A ascensão do empreendedorismo**

De acordo com o dicionário *Houaiss*, on-line, o empreendedorismo pode ser definido como capacidade de idealizar, coordenar ou realizar projetos, negócios e serviços; iniciativa de implementar novos negócios ou mudanças em empresas já existentes, geralmente com alterações que envolvem inovação e riscos. A palavra empreendedor tem origem no termo *entrepreneur* que surgiu na França no século XII. Nesta época, “era utilizado para definir aqueles que incitavam brigas” (SEBRAE, 2020a, p. 23). No século XVII, o vocábulo passa a ser utilizado para se referir ao indivíduo que conduzia uma operação militar. Somente no início do século XVIII a palavra empreendedor passou a ser associada aquele que cria e dirige empreendimentos e projetos, definição que permanece até os dias atuais.

As pesquisas a respeito do empreendedorismo também datam do XVIII, desde essa época, alguns autores já apresentavam uma abordagem vinculada a naturalização do modo de produção capitalista (DUQUE, 2021, p.73). O franco-irlandês Richard Cantillon (1680-1734), foi o primeiro a utilizar o termo *entrepreneur* na economia. Para ele, os empreendedores eram agentes do desenvolvimento econômico, visto que exerciam papel importante no mercado, interferindo na oferta e na demanda, buscando a obtenção do lucro (SEBRAE, 2020a, p. 28). Já o francês Jean-Baptiste Say (1767- 1832), defendeu que o empreendedor era aquele que favorecia o desenvolvimento econômico via criação empreendimento. Contudo, Joseph Alois Schumpeter[[21]](#footnote-21) (1883-1950), foi o autor que mais formulou sobre a figura do empreendedor associado a inovação (DIAS, 2019, p. 139). Para ele o empreendedor fomentaria as mudanças econômicas da seguinte forma: a) desenvolvendo novos produtos e serviços; b) aprimorando e produzindo, via conhecimento científico, novos métodos de produção; c) descobrindo novas áreas de atuação, mercado; d) incorporando novas matérias primas ao processo de produção; e) provocar um novo modo de organização na indústria (SEBRAE, 2020a, p. 32).

Além da área econômica, outras duas áreas forneceram a fundamentação teórica para a sustentação ao empreendedorismo, quais sejam, sociologia e psicologia.

A década de 1970 é concebida como um marco para o empreendedorismo, pois neste momento, frente a mudanças políticas, econômicas e sociais, o conceito tornou-se alvo de interesse do campo de estudos da gestão e se disseminou por meio de discursos que o elegem como uma solução para a crise do desemprego. (CARMO et al., 2021, p. 19)

 Como abordamos anteriormente, em outra seção, a década de 1970 corresponde ao período de reestruturação produtiva e avanço das políticas neoliberais, em resposta a grave crise estrutural do capital.

[...] ao explorar a discussão do empreendedorismo como uma proposição salutar para a manutenção do sistema, os autores traziam consigo o embrião das discussões que norteariam o modelo neoliberal a partir dos intelectuais do já citado Mont Pèlerin, afinal, renovavam as discussões inerentes às políticas macro de reprodução do sistema capitalista com o deslocamento para o indivíduo, discussão acentuada entre os neoliberais, ou seja, era a base psicologizante que fundamentava a adoção desse modelo[...]E toda essa movimentação tem interlocuções explícitas com as metamorfoses do mundo do trabalho e as novas dinâmicas do modelo neoliberal. Para projetar o quanto essa discussão tem relações com tais perspectivas dadas, fundamentarei o mesmo em três prerrogativas: a) Desenvolvimento da perspectiva meritocrática; b) Novas formulações para a classe média; e c) Empreendedorismo como solução para o mundo do trabalho metamorfoseado. (DUQUE, 2021, p. 82-83)

Atualmente, atribui-se ao sujeito empreendedor a capacidade de mobilizar competências com o objetivo de a agregar valor em qualquer contexto em que esteja: como colaborador em uma empresa, como membro de uma associação ou cooperativa, como membro de um clube ou comunidade, como dono de seu negócio – qualquer que seja seu porte (SEBRAE, 2020a).

O empreendedorismo, entre outras coisas, e a personificação de um novo tipo de trabalhador necessário a fase atual do capitalismo mundial. Sua ocorrência combina em um mesmo ambiente, pode ser uma fábrica ou até um pequeno negócio, diferentes formas de contrato de trabalhos, quais sejam, contratos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), autônomos, temporários, terceirizados, entre outros.

No Brasil, o Sebrae realiza parcerias com instituições públicas e privadas para a oferta de cursos, seminários, consultoria e assistência técnica. Em geral, essas parcerias têm como finalidade principal a propagação de uma suposta cultura empreendedora e a defesa de modelos de formação para o empreendedorismo. Por sua atuação o Sebrae é o principal aparelho hegemônico responsável pela disseminação do empreendedorismo no Brasil.

* 1. **Breves apontamentos a respeito da ideologia**

Com veremos no decorrer desta dissertação, a palavra ideologia será constantemente citada. Com isso, torna-se necessário explicitarmos o que entendemos por ideologia. Para esse fim, faremos uma breve incursão na concepção de ideologia encontrada nos escritos de Antonio Gramsci e apoiada na produção teórica de Marx e Engels.

A palavra ideologia foi utilizada pela primeira vez no inglês (*ideology*) em 1796, como tradução da nova palavra francesa *idéologie,* proposta pelo filósofo racionalista Destutt Tracy como um contraponto à concepção metafísica que, por sua vez, entendia a ideologia como ciência das ideias ou como um conjunto sistematizado de ideias (CHAUÍ, 2017, p. 23; WILLIANS, 2007, p. 212).

A ideologia não é uma categoria fácil de ser definida, como nos chama a atenção Eagleton (2019, p.17):

A palavra “ideologia” é, por assim dizer, um texto, tecido com uma trama inteira de diferentes fios conceituais; é traçado por divergentes histórias, e provavelmente mais importante do que forçar essas linhagens a reunir-se em alguma Grande Teoria Global é determinar o que há de valioso em cada uma delas e o que pode ser descartado.

Nos marxismos, em geral, encontramos definições para a categoria ideologia dissonantes das proposições de Marx e Engels, em especial, as que relacionam a ideologia, entre outras coisas, com um conjunto de ideias relacionado a interesses materiais segundo as classes sociais e suas frações.

Marx e Engels, assumindo a máxima que é a matéria que preceda as ideias, travam um acerto de contas com os neo-hegelianos n’A Ideologia Alemã. Para os fundadores da filosofia da práxis, os filósofos alemães são ideólogos porque, além da pretender demolir o idealismo, admitiam que se poderia deduzir o todo real a partir da abstração de um dado particular deste real (CHAUI, 2017, p.27).

Para Marx e Engels importa demostrar como as atividades cognitivas e as formas de pensarmos são atividades materiais concretas e, ao mesmo tempo, partes de uma totalidade social, na qual os homens produzem e reproduzem a vida ampliada. N’ A Ideologia Alemã os fundadores da filosofia da práxis apresentam o problema da seguinte forma:

A produção de ideias, de representações, da consciência, está, em princípio, imediatamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio câmbio material dos homens, com a linguagem da vida real. O representar, o pensar, o intercâmbio espiritual dos homens ainda aparecem, aqui, como direta exsudação do seu comportamento material. (MARX; ENGELS, 2009, p.31)

Posto isto, ao longo do texto Marx e Engels sinalizam para a necessidade e pertinência de uma nova postura dos intelectuais frente a realidade. Para eles não bastava só analisar as contradições das relações de produção, eles também deveriam estar próximos aos movimentos da classe trabalhadora.

Na realidade, e para o materialista prático, isto é, para o comunista, trata-se de revolucionar o mundo existente, de atacar e transformar na prática as coisas que ele encontra no mundo. Se em Feuerbach, por vezes, se encontram tais ideias a verdade é que estas nunca vão além de conjeturas isoladas e têm uma influência demasiado reduzida no seu modo geral de ver para que aqui possam ser consideradas algo mais do que embriões capazes de se desenvolverem. A ‘concepção’ de Feuerbach do mundo sensível limita-se, por um lado, à mera concepção deste e, por outro, à mera sensação; ele diz ‘o homem’ em vez de o (s) homens históricos reais (MARX; ENGELS, 2009, p.36)

No modo de produção capitalista, a divisão social do trabalho (simples e complexo) cria uma hierarquização na qual o trabalho complexo se sobrepõe ao trabalho simples. Neste cenário, o trabalho complexo adquire certo prestígio e é associado a funções de grande importância na sociedade, enquanto o trabalho simples assume um valor secundário e é correlacionado às funções subalternas. Com base nesta e outras premissas, desenvolvem-se e reproduzem-se ideias de interesse das classes dominantes impondo uma concepção de mundo, que não atende aos interesses das classes subalternas, porquanto encobrem a dominação e a exploração fazendo com que se apresentem como naturais, parte de um processo inevitável. A ideologia, assim como o Estado e até mesmo as armas, compõe o rol de mecanismos utilizados pelas classes dominantes para exercer sua dominação. A ideologia encobre a realidade e busca naturalizar, legitimar e justificar a dominação, pelo consenso, de uma classe sobre as outras.

É que cada nova classe que se coloca no lugar de outra que dominou antes dela é obrigada, precisamente para realizar o seu propósito, a apresentar o seu interesse como universal de todos os membros da sociedade, ou seja, na expressão ideal [*ideell*]: a dar às suas ideias a forma da universalidade, apresentá-las como as únicas racionais e universalmente válidas. (MARX; ENGELS, 2009, p. 69)

Em consonância com o pensamento de Marx e Engels, Antonio Gramsci desenvolve em seus escritos o conceito de ideologia, embora não fosse sua intenção formular uma definição para o termo. Com uma leitura inovadora, mas nunca em contraposição explicita com a leitura de Marx e Engels (FROSINI, 2017, p. 785), o marxista sardo tece suas reflexões a respeito da ideologia partindo das obras de Marx e Engels a que teve acesso, entre elas Prefácio de 1859 e as Teses sobre Feuerbach. A noção de ideologia em Gramsci rompe com a usualmente encontrada no senso comum e no marxismo, em geral. O marxista sardo se contrapõe aos intelectuais marxistas de seu tempo, especialmente, os que interpretavam a noção de ideologia como falsa consciência.

[...] nos escritos de Gramsci, o conceito de ideologia não aparece retratado como ‘falsa consciência’, como ‘visão invertida’ e ilusão deformadora da realidade, como sistema irresistível de ideias armado pelos governadores para manipular indivíduos que nos deixariam enredar passivamente nas ‘ideias dominantes da classe dominante’. Gramsci não consegue imaginar uma população inteira mergulhada em uma névoa ideológica homogênea e paralisante. (SEMERARO, 2006, p. 30)

Ao desenvolver suas reflexões a respeito da ideologia, Gramsci também está empenhado no resgate e recuperação do marxismo. Seguindo os passos de Marx e Engels, Gramsci toma o materialismo histórico dialético como método de análise concreta do real e de suas diferentes determinações. Além disso, Gramsci, assim como Marx e Engels, também percebe a filosofia da práxis como importante instrumento de luta e enfrentamento das classes subalternas.

Para a filosofia da práxis as superestruturas são uma realidade ( ou se tornam tal, quando não são meras elucubrações individuais) objetivas e operante; ela afirma explicitamente que os homens tomam consciência da sua posição social (e, consequentemente, de suas tarefas) no terreno das ideologias, o que não é pouco como afirmação de realidade; a própria filosofia da práxis é uma superestrutura, é o terreno no qual determinados grupos sociais tomam consciência do próprio ser social, da própria força, das próprias tarefas, do próprio devir. (GRAMSCI, 2013, p. 387-388),

 Ao longo de seus escritos carcerários, Gramsci desenvolve a categoria ideologia organicamente relacionada a outras categorias de seu pensamento. A difusão da ideologia, a partir de um centro homogêneo, de um modo de pensar e atuar homogêneo é a principal condição, mas não deve e não pode ser a única (FROSINI, 2017, p. 788). A ideologia é a manifestação concreta de como os sujeitos entendem o mundo, desse modo, encontramos nos cadernos um conjunto de vocábulos (cultura, folclore, senso comum, religião, filosofia) e expressões (visão de mundo, concepção de mundo) que são equivalentes ao conceito de ideologia.

Pela própria concepção de mundo, pertencemos sempre a um determinado grupo, precisamente o de todos os elementos sociais que compartilham um mesmo modo de pensar e de agir. Somos conformistas de algum conformismo, somos sempre homens-massa ou homens-coletivos. (GRAMSCI, 2013, p. 94)

O marxista sardo percebe que na consciência das classes subalternas reside uma combinação contraditória de valores, uma parte pertencente à visão de mundo da classe dominante e outra parte resultado do senso comum.

Quando a concepção do mundo não é crítica e coerente, mas ocasional e desagregada, pertencemos simultaneamente a uma multiplicidade de homens massas, nossa própria personalidade é compósita, de uma maneira bizarra: nela se encontram elementos dos homens das cavernas e princípios da ciência mais moderna e progressiva, preconceitos de todas as fases históricas passadas estreitamente localistas e intuições de uma futura filosofia que será própria o gênero humano mundialmente unificado. (ibdem)

A importância das ideologias deriva do fato que elas organizam as massas (FROSINI, 2017, p. 787). No caderno 22, o marxista italiano se ocupou com a organização do trabalho e a produção do consenso na indústria da época. Nas notas deste caderno, Gramsci nos chama a atenção para as modificações introduzidas com a difusão da ideologia estadunidense, em especial, a construção/organização de um novo estilo de vida e a formação de um novo tipo de trabalhador.

Na América a racionalização do trabalho e o proibicionismo estão indubitavelmente conectados: as investigações dos industriais sobre a vida íntima dos operários, os serviços de inspeção criados em algumas empresas para controlar a moralidade dos operários são necessidades do novo método de trabalho. Quem menosprezasse essas iniciativas (mesmo que tenham fracassado), e visse nelas só uma manifestação de puritanismo, negaria qualquer possibilidade de entender a importância, o significado e a meta objetiva do fenômeno americano, que é também o maior esforço coletivo conferido até agora para criar, com extraordinária rapidez e com a consciência da finalidade nunca vista na história, um novo tipo de trabalhador e de homem. (GRAMSCI, 2008, p. 66)

Para que a ideologia possa se tornar instrumento de dominação, faz-se necessário que a classe dominante tenha a organização material para reprodução e a difusão da sua concepção de mundo, um conjunto de aparelhos designados vulgarmente como ‘privados’ (GRAMSCI, 2014, p. 21). Sendo assim, o espaço da sociedade civil e os seus aparelhos de hegemonia (escola, associações privadas, igrejas, partidos, imprensa) são campos de luta de classes, porque organizam toda a vontade coletiva, seja ela das classes dominantes ou das classes subalternas.

A este ‘complexo formidável de trincheiras e fortalezas da classe dominante’ a ‘classe inovadora’ contrapõe o ‘espírito de cisão’ que, mediante ‘um complexo trabalho ideológico’, tenta dar consciência histórica à classe antagonista e a seus aliados. É graças à ideologia que um sujeito coletivo torna-se consciente de si e portanto pode contrapor-se à hegemonia adversária: a ideologia como lugar de constituição da subjetividade coletiva. Se não se entende que este sujeito – que se tornou consciente de si – deve munir-se de um próprio ‘aparelho hegemônico’ (‘ideológico’) para travar sua luta nas concretas ‘fortalezas e casamatas’ do Estado ‘integral’, permanecer-se-á preso a uma concepção idealista e ao mesmo tempo racionalista-iluminista. (FROSINI, 2017, p. 787-788)

No que se refere a esta dissertação, a questão da ideologia torna-se importante para entendermos a importância que o ideário relacionado ao empreendedorismo vem adquirindo nos últimos anos na sociedade, em geral, e na educação, em particular. O empreendedorismo é uma ideologia por garantir e ampliar a hegemonia da classe dominante no conjunto da sociedade. Quando os discentes e docentes envolvidos nas empresas juniores defendem a formação para o empreendedorismo, tornam-se organizadores e difusores, intelectuais orgânicos, deste modelo de sociabilidade que interessa apenas a classe dominante.

**CAPÍTULO II – A EDUCAÇÃO PÚBLICA DE INTERESSE PRIVADO**

O presente capítulo tem como objetivo examinar de que maneira a burguesia brasileira, em geral, e as frações burguesas ligadas a educação, em particular, tiveram seus interesses contemplados, mediados pelo Estado, nas políticas públicas brasileiras a partir da década de 1980. Para tanto, ele está estruturado em quatro seções.

Na primeira, A reorganização da burguesia brasileira na Constituinte de 1987 e na arena do Estado, buscamos evidenciar, com Florestan Fernandes e Ruy Mauro Marini, a atuação da burguesia brasileira, em geral, e das frações ligadas a educação, em particular, durante toda a transição democrática e, particularmente, na Assembleia Nacional Constituinte, de modo a garantir, no Pós-Constituição de 1988, que seus interesses particulares fossem incorporados às políticas públicas. Na segunda seção, intitulada Disputas em torno de projetos da educação superior, dedicamo-nos a  apreender como a adesão ao ideário neoliberal, por mediação dos organismos supranacionais, culminou , de um lado, em um avanço sobre a retirada dos direitos sociais conquistados na Constituição Brasileira de 1988 e no enfraquecimento dos movimentos populares, e, de outro, no fortalecimento de diferentes frações burguesas interessadas nos rumos da educação superior no Brasil. Na terceira seção, nomeada Concepções de empreendedorismo no bojo da ideologia neoliberal, analisamos as ideias de empreendedorismo e suas respectivas propostas de formação na ótica dos organismos supranacionais o empreendedorismo se manifesta como estratégia de ascensão social e desenvolvimento econômico. Finalizando, na seção intitulada: A formação para o empreendedorismo na educação brasileira, anunciamos duas propostas de difusão da formação para o empreendedorismo na educação brasileira, quais sejam, o programa Jovem empreendedor: primeiros passos do Sebrae e a proposta contida na obra Oficina do Empreendedor de Fernando Dolabela.

**2.1 A reorganização da burguesia brasileira na Constituinte e na arena do Estado**

No ano de 2022 a promulgação da Constituição Brasileira completou 34 anos. A oitava Carta Magna brasileira contou com uma grande mobilização social e ficou caracterizada como a “Constituição Cidadã”, porquanto, a partir de sua publicação criou-se a percepção de que o país, a partir da transição democrática, caminhava para se constituir enquanto uma democracia. Por mais que tenhamos avançado inegáveis, atualmente ainda nos deparamos com uma sociedade organicamente desigual, em que a fome e a pobreza extrema avançam cada vez mais entre os mais pobres. Vivemos em um país onde as discriminações de gênero, raça, entre outras, são cada vez mais frequentes. Um Estado que ao invés de zelar, ataca direitos sociais conquistados desde a promulgação da “Constituição cidadã” e oferece serviços públicos de baixa qualidade a sua população. Uma Nação que em pleno século XXI, negou-se acesso a vacina e que ainda não conseguiu democratizar o acesso às diferentes etapas da educação. Perante o exposto, a pergunta que surge é, à sombra de que tipo de democracia ocorreu a promulgação da Constituição brasileira?

2.1.1 Da tendência a uma transição conservadora para a conquista de uma transição democrática possível

Inicialmente, no que se refere a esta subseção, tomaremos como referência a respeito do processo Constituinte, mas não a única, alguns inscritos de Florestan Fernandes. Nossa escolha se justifica por identificarmos na obra do autor uma importante fonte de informação para captarmos o momento em que se discute e de que maneira se deram as disputas em torno da construção e promulgação da versão final da Constituição Brasileira de 1988. Os desdobramentos do processo que culmina na versão final de nossa Carta Magna, acabam por refletir de modo particular as lutas de classes no Brasil e no geral a posição ocupada pelo país dependente na organização do capitalismo mundial. Florestan Fernandes pode participar “de perto e por dentro” de todo o processo constituinte brasileiro, foi eleito deputado constituinte, participou na qualidade de membro da comissão que tratou dos temas referentes a educação e produziu análises para o Jornal do Brasil e a Folha de São Paulo. Nas palavras do próprio,

Essa dupla condição de parlamentar e observador não é frequente; tampouco é bem vista por todos. os conflitos de lealdade foram por mim solucionados privilegiando a última condição. Penso que o parlamentar não pode isentar-se de uma responsabilidade política maior, e é saudável corrigir a ótica dos interesses ou do viés direto pela perspectiva que nasce de vínculos com entidades externas e pela participação dos movimentos políticos que nascem, vivem e morrem na sociedade. Não se trata de um equivalente técnico da espionagem ou da detração pura e simples. Cada um é responsável pelo que escreve, se faltar à verdade, fica sujeito à condenação de seus próprios pares. desenvolvi uma clara consciência desse fato e dos limites dentro dos quais deveria exercer um papel crítico construtivo, sem beneficiar-me da ‘dualidade ética’, dos dois códigos de moral, que funcionam automaticamente em tais circunstâncias. (FERNANDES, 2014, p. 309)

Isto posto, para pensarmos a instauração do regime democrático, em geral, e promulgação da Constituição Brasileira de 1988, em particular, partiremos da premissa que estes acontecimentos simbolizam a escolha por um projeto de nação o qual retrata determinada concepção de mundo. O desenrolar destes acontecimentos são fruto do movimento das classes em disputa, quais sejam, trabalhadores e burgueses brasileiros. Da mesma forma, entendemos que tanto a implantação do regime democrático quanto a promulgação da Constituição de 1988, não são acontecimentos isolados, ao contrário, estão relacionados a muitos outros acontecimentos. Logo, interessa-nos destacar da conjuntura em que se desenrola a transição democrática e a elaboração da Carta Magna brasileira, no que se refere ao contexto internacional, entre outras coisas: a) as mudanças no modelo de produção e reprodução da vida que se dão a partir de 1970; b) a imersão do capitalismo mundial em uma crise estrutural; c) o declínio da “Era de Ouro” (HOBSBAWM, 2005, p. 262) e o avanço de políticas neoliberais nos países do centro do sistema capitalista; d) a nova etapa de difusão da teoria do “capital humano”; e) o movimento de derrubada das ditaduras militares na América Latina.

Voltando-se agora para o que diz respeito ao contexto nacional, importa-nos destacar que a transição democrática e o processo constituinte brasileiro se dá frente aos seguintes eventos: a) os altos índices de inflação; b) a reorganização das forças políticas do país após longos anos de uma ditadura empresarial militar; c) o crescimento da organização dos trabalhadores na sociedade civil; d) o início do regime democrático no Estado brasileiro, ainda muito embrionário, contudo, comandado exclusivamente pelos civis; e) forte expansão da burguesia de serviços de ensino.

No que diz respeito a atuação de civis no Estado brasileiro, cabe ressaltar que ao contrário das interpretações que permeiam o senso comum, no período da ditadura empresarial militar importantes cargos no Estado brasileiro eram ocupados por civis. Este loteamento do Estado brasileiro contemplava diferentes frações do empresariado organizados em instituições da sociedade civil, em especial industriais e banqueiros que, entre outras coisas, inspiraram e equiparam com o seu pessoal a administração do pós-1964, sobretudo no que diz respeito a educação (DREIFUSS, 1981).

Regressando a questão da transição para o regime democrático brasileiro, convém lembrar que foi só no ano de 1986, dois anos antes da publicação da Constituição Brasileira de 1988, que os brasileiros puderam votar para escolher o Presidente da República, direito até então cerceado pela ditadura empresarial militar vigente no país. E que se materializou de uma forma oposta a reivindicada pelas lutas populares.

A conjuntura particular em que se realizaram as eleições de 1986, signadas pelo Plano Cruzado, contribuiu, por sua vez, para deformar a configuração da representação política na Constituinte, ao conferir esmagadora maioria ao partido da burguesia opositora – o PMDB – no governo, desde o ano anterior, mediante eleições indiretas que consagraram a recomposição do bloco burguês-militar. (MARINI, 2016, p. 408)

No que se refere aos trabalhos para a elaboração da Carta Magna brasileira, merece destaque a forma assumida pela Assembleia Nacional Constituinte. Foram criadas oito comissões constitucionais, cada uma destas divididas em três subcomissões nas quais foram distribuídos os deputados e senadores constituintes de acordo com os temas. Para Florestan Fernandes esta arquitetura de pulverizar para depois unificar foi pensada para limitar anseios dos constituintes mais progressistas e revolucionários.

Divididas e subdivididas, as vontades radicais, divergentes e revolucionárias, podem pender para o mudancismo, porém, estarão sempre nas garras da ‘modernização conservadora’ e do ‘conservadorismo ilustrado’ a la Oliveira Viana. Os de cima não precisam perder o sono. Os constituintes estarão sempre diante de tarefas discretas, dispersas e diluídas, da parte anterior e superior ao todo. Por maior que seja o seu potencial político divergente, eles ficarão segregados em um recanto isolado e condenados a afogar-se em um copo de água. (FERNANDES, 1987a, n. p.)

Apesar dos significativos e inegáveis avanços relacionados a forma de governo alcançada na transição para o regime democrático, o processo não significou necessariamente uma derrota das classes dominantes e muito menos a oposição ao atendimento de seus interesses na sociedade brasileira. Esta contraposição entre a transição propagada e a transição real é bem exemplifica por Florestan Fernandes ao analisar o papel político das classes dominantes na “transição democrática”.

Depois das belas palavras, que fundamentaram o acordo que levaria à traição das Diretas-já (e, portanto, do sufrágio universal, alicerce do ‘pluralismo democrático’), permitiram a unificação conservadora em torno do nome e da liderança de Tancredo Neves, conduziram ao ‘programa’ da ‘Aliança Democrática’ e à campanha ‘popular’ que iria ‘legitimar’ o governo escolhido por uma ínfima minoria para servir como o elo da ‘Nova República’ com o antigo ‘sistema’, só restaram as palavras... As várias lições que tornaram necessários, da perspectiva conservadora e liberal, o Estado Novo e a ditadura militar, perderam-se na memória curta dos poderosos, e vemos de novo que a politicalha se restabeleceu por completo, como se fosse um cancro político – ou, melhor, o politicismo oco das grandes e pequenas figuras das classes dominantes e de seus movimentos políticos. (FERNANDES, 2014, p. 17)

Esta reorganização da classe dominante apontada por Ruy Mauro Marini e Florestan Fernandes na transição democrática acaba por macular a Assembleia Nacional Constituinte e consequentemente a Constituição Brasileira de 1988.

De fato, em sua origem, ela não nasce de uma assembleia constituinte soberana, eleita especificamente para esse fim, mas da outorga ao Congresso Nacional de poder constituinte amplo por um governo de legalidade duvidosa – o que explica, por exemplo, que alguns constituintes não tenham sido eleitos enquanto tais, sendo apenas senadores com mandato vigente que a constituinte congressual cooptou. O próprio processo eleitoral de que resultou a constituinte cerceou a possibilidade de uma autêntica representação popular, ao não contemplar a eleição de candidatos avulsos, propostos pelas organizações sociais e de classe e pela cidadania em geral, em benefício do sistema partidário artificialmente imposto pela ditadura[...] (MARINI, 2016, p. 408)

 Florestan Fernandes, assim como Ruy Mauro Marini, logo percebe que a Assembleia Nacional Constituinte, que poderia significar uma oportunidade para a realização de uma revolução política, é desde o seu início capturada e degradada para atender aos interesses e anseios das classes dominantes brasileiras. Este caráter contrarrevolucionário e preventivo da burguesia brasileira é algo que no seio da Assembleia Constituinte se dá mediado pelos partidos da ordem, entre os mais atuantes o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), e a compromissada atuação dos seus respectivos parlamentares.

O pacto social que se quer engendrar, na hora mesma em que está prestes a reunir-se um Congresso Constituinte (!), é um embuste gigantesco, infelizmente com muitos precedentes em nossa história de ‘conciliações e reformas’ desse jaez. Uma rasteira mofina e mesquinha. Não satisfeita com sua maioria conservadora ‘de centro” (sic!), de fiéis e campeões da iniciativa privada, a nação dos poderosos ricos e armados sequer tem paciência de deixar a água correr e a justiça passar. Arvora-se em árbitro e busca, de novo, castrar a história, infligindo-lhe os seus desígnios. O pacto social significa, neste momento, o mesmo que a instauração do golpe dentro do golpe, em 1964, e a imposição, posteriormente, da junta militar e, em seguida, da saída conciliadora através do colégio eleitoral. Presume-se que o povo é burro e que a condição preliminar do conclave nacional, visualizado no Congresso Constituinte, seja a ‘pacificação dos espíritos’. Zerar os conflitos, afastar os riscos da luta de classes, para, enfim, chegar-se a uma constituição liberal, estéril e pasteurizada. (FERNANDES, 2014, p. 49)

Lembremos que, o Estado é capitalista porque sua forma estrutura as relações de reprodução do capital” (MASCARO, 2013, p. 79). Neste sentido a existência do Estado se apresenta diretamente atrelada a manutenção e perpetuação da sociedade capitalista. Por mediação do Estado que se deu o avanço dos interesses e anseios da classe dominante na sociedade, em geral, e na Assembleia Nacional Constituinte em particular. Apesar de expor uma aparência democrática a partir do regime de transição, a essência do Estado impediria, sem a mobilização da classe trabalhadora, qualquer compromisso de ampliação das garantias e direitos a todos os grupos sociais.

Com Marx e Engels, partindo de sua crítica radical ao Estado burguês, compreendemos a característica classista do Estado. Esta função essencial do Estado no seio da sociedade capitalista é registrada por Marx e Engels no Manifesto Comunista com a famosa frase, “O executivo no Estado moderno não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa”. (MARX; ENGELS, 2017, p. 24)

O próprio Florestan Fernandes ao analisar o andamento e entraves da realização da Assembleia Nacional Constituinte, ressalta de que maneira em um país dependente o Estado não mede esforços, talvez em maior intensidade que países do centro do sistema, para atender os anseios da classe dominante. Característica esta que, de acordo com o autor, representa a culminância de uma trama que tem sua origem ainda nos tempos do Brasil colônia.

O Estado é a lâmpada de Aladim ou o abre-te-sésamo, que põem ao alcance de suas mãos toda sorte de riqueza que a imaginação mais maliciosa poderia desejar. Por hipótese, essa representação (e função) do Estado é parte de uma herança colonial. O colonizador flibusteiro foi sucedido por uma burguesia compradora e ambos se aninham na mentalidade mercantil- -especulativa dos manipuladores dos grandes e médios capitais, nacionais e estrangeiros. O Estado não possui como um de seus princípios a função acumulativa. Ele é o principal agente direto de acumulação primitiva, quer transferindo renda da coletividade para o setor privado, quer gerando e distribuindo privilégios em si e por si capitalistas, com a maior generosidade, sem distinguir entre o ‘nacional’ e os ‘gringos’ ou os “de fora”. (FERNANDES, 2014, p. 47)

Torna-se necessário, neste ponto, destacarmos que o Estado ao qual nos referimos abarca muito mais que somente a sociedade política, da maneira que vulgarmente prospera no senso comum e nas análises interessadas dos intelectuais organicamente comprometidos com as diferentes frações do empresariado brasileiro. O Estado é todo o complexo de atividades práticas e teóricas com as quais a classe dirigente não só justifica e mantém o seu domínio, mas consegue obter o consenso ativo dos governados (GRAMSCI, 2017, CC, v.3, §10, p. 335). Aprendemos com Antonio Gramsci, instrumentalizado com as descobertas essenciais de Marx, que para compreendermos a questão do Estado precisamos considerar a relação de equilíbrio entre a sociedade política e sociedade civil. Ou seja, sociedade política e sociedade civil são expressões de um todo, que Gramsci chamou de Estado integral, hegemonia couraçada de coerção (GRAMSCI, 2017, CC, v.3, §88, p. 248). Com Marx, Gramsci avança em relação à concepção unilateral de Estado que se manifestava na II Internacional. Na Carta do Cárcere nº 78, do dia 07 de setembro de 1931, endereçada a sua cunhada Tânia, o marxista sardo fornece um resumo do seu conceito de Estado integral.

Este estudo [o dos intelectuais] leva também a certas determinações do conceito de Estado, que é entendido habitualmente como Sociedade política (ou até como aparato coercitivo para enquadrar a massa popular, segundo o tipo de produção e a economia de um momento dado) e não como um equilíbrio da Sociedade política com a Sociedade civil (ou hegemonia de um grupo social sobre a inteira sociedade nacional, exercida através das organizações chamadas privadas como, a igreja, os sindicatos, as escolas etc.) e precisamente na sociedade civil, nomeadamente, operam os intelectuais (Benedetto Croce, por exemplo, é uma espécie de papa laico e é um instrumento muito eficaz de hegemonia, mesmo se, de vez em quando, pode não concordar com este ou aquele governo etc.) (idem, 2021, p. 157).

Apesar de serem parte de um todo, o Estado integral, e atuarem com coerção e consenso para garantir o controle da sociedade pela classe social dirigente, os aparelhos hegemônicos pertencentes à sociedade política e a sociedade civil exercem funções e se materializam de forma bem determinada. O aparelho hegemônico pertencente à sociedade política, além do monopólio coercitivo (policial-militar), também atuaria na construção e manutenção do consenso. Por meio da estrutura composta por câmara dos deputados, senado, ministérios, entre outros. Enquanto os aparelhos hegemônicos da sociedade civil empreenderiam na construção do consenso. Nestes aparelhos hegemônicos, vulgarmente chamados de privados, atuam grande parte dos intelectuais. Estes aparelhos hegemônicos podem ser: igrejas, sindicatos, partidos políticos, entre outros. Estes são organismos privados deixados a iniciativa privada da classe dirigente (GRAMSCI, 2017, CC, v.3, §47, p. 121).

Retornando a questão da Constituinte, agora ciente da maneira que o Estado atua para garantir a hegemonia da classe dominante, optou-se por influência dos militares e aparelhos hegemônicos da sociedade civil, limitar a atuação da Assembleia Nacional Constituinte a uma lógica política que garantisse uma “transição lenta, gradual e segura” para as classes dominantes, como projetou o governo ditatorial de Ernesto Geisel. O que significaria garantir uma conciliação entre uma modernização conservadora e os interesses das classes dirigentes, transformando a transição democrática em uma “transição conservadora” (FERNANDES, 2014, p. 47).

Regressando a Gramsci, entendemos que a Constituição Brasileira em particular seria um dos instrumentos utilizados pelo Estado com o objetivo de “educar” a sociedade brasileira para um novo momento, de conciliação e reforma do Estado, representado pelo período de transição democrática (GRAMSCI, 2017, CC, v.3, §11, p. 28).

Resumindo, não era de se esperar algo diferente de uma Assembleia Nacional Constituinte e, consequentemente, de uma Constituição elaborada no seio de uma periferia capitalista dependente, marcada pela superexploração do trabalho, em que a burguesia apresenta enquanto marca de sua dominação um caráter permanentemente contrarrevolucionário. Contudo, isso não elimina o fato de que o Estado também é permeado pelas lutas de classes e movido pelos interesses das classes sociais em disputa.

O Estado, portanto, é ao mesmo tempo um constituinte e um constituído dos movimentos contraditórios das lutas de classe, porque é atravessado por elas. Sendo o resultado de variáveis relações sociais concorrentes e em conflito, o Estado não pode ser tomado como um elemento fixo do domínio de uma classe. (MASCARO, 2013, p. 32)

Lembremos que a Assembleia Nacional Constituinte e posteriormente a promulgação da Constituição Brasileira de 1988 foram realizadas no calor das intensas lutas sociais realizadas no final da década de 1970. Lutas estas que culminaram em fortes mobilizações da classe trabalhadora, mas não somente dela, na busca pela ampliação de seus direitos sociais, da maneira que bem destaca Marini (2016, p. 414):

As lutas sociais, nos últimos dez anos, não têm paralelo na história moderna do Brasil e superam certamente todos os auges de massas anteriores, em matéria de amplitude e grau de organização dos setores nelas envolvidos. Aí se incluem desde grandes greves metalúrgicas de fins dos anos 70 à campanha pelas diretas-já e às mobilizações provocadas pelo Plano Cruzado passando pela arregimentação para a luta do proletariado rural e dos pequenos e médios produtores do campo, a combatividades das classes médias assalariadas, a ação da igreja católica e das entidades profissionais e de classe, as batalhas travadas pelas organizações de moradores, de mulheres, negros, índios e ecologistas, até chegar ao imponente e complexo movimento de pressão sobre a Assembleia Nacional Constituinte, ao longo de seus trabalhos.

Contudo, estas lutas que fortaleceram a atuação das massas via sociedade civil também culminaram no aparecimento fortalecimento de entidades denominadas Organizações não-governamentais (ONG), que a luz do pensamento de gramsciano, afirmam-se como aparelhos de hegemonia. Estas integraram um processo complexo de conversão mercantil-filantrópica da militância, atuando muito próximas aos movimentos populares. (FONTES, 2010, p. 255)

Enfim, o texto final da Constituição Brasileira de 1988 apresenta uma forma contraditória, isto é, ao mesmo tempo apresenta disposições avançadas e modernas de um lado e outras disposições que consagram os privilégios preexistentes e a ordem estabelecida. (FERNANDES, 2014, p. 248). Mediado pelas intervenções de Florestan Fernandes em todo o processo Constituinte, constatamos que os trabalhadores arrancaram conquistas, primeiramente na Assembleia Nacional Constituinte e posteriormente na Constituição Brasileira de 1988, que abriram contradições para que a classe trabalhadora, frente a uma democracia possível, pudesse aprofundar a sua luta democrática em prol de um modelo de sociedade mais favorável aos seus interesses.

2.1.2 As disputas entre público e privado na Constituinte de 1987

A concepção de educação contemplada pela Constituição Brasileira de 1988 reflete as lutas de classes travadas em torno do modelo de sociedade que se esperava construir a partir da transição democrática. As disputas se deram, entre outras coisas, em torno da gestão e do destino dos recursos públicos para a educação. Conforme destaca Florestan Fernandes ao citar o repúdio e resistência das frações burguesas ligadas a educação a respeito da questão do Planejamento Democrático.

eu próprio tive a desdita de defender um órgão que serviria para implementar e dinamizar o Plano Nacional de educação, um Conselho Nacional de desenvolvimento da educação, e vi voltarem-se contra mim as iras do Ministério da educação e dos donos das escolas privadas mercantis e confessionais. Planejamento democrático na área da educação implicaria em controles racionais institucionalizados de aplicação e avaliação dos recursos públicos, o que não interessa aos que comandam o sistema educacional brasileiro a partir de posições estratégicas ‘oficiais’ ou ‘privadas’... (FERNANDES, 2014, p. 116)

Convém lembrar que no período de realização da Assembleia Nacional Constituinte, observava-se no Brasil, em geral, e na educação, em particular, uma crescente mobilização social frente a forte organização dos interesses privados na educação. A organização dos educadores, constituem-se associações de diferentes tipos e que crescem a partir das mobilizações contrárias ao conjunto de contrarreformas da educação, em geral, e do ensino superior, em particular, implantadas e implementadas pela ditadura empresarial-militar. As mobilizações dos educadores se iniciam na década de 1960 e se intensificam ao longo dos anos de 1980. Para citar um exemplo, antes do início dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, os trabalhadores da educação já estavam organizados em torno do assunto na IV Conferência Brasileira de Educação, realizada em Goiânia no ano de 1986 e que teve como tema: “A educação e a Constituinte”.

Em geral, a crescente mobilização dos educadores no período estava atrelada a duas questões principais, quais sejam: a) a defesa de uma escola pública de qualidade para toda a população, ou seja, voltada ao atendimento dos interesses da maioria, diga-se com isso, das classes não-dirigentes; b) o aspecto econômico-corporativo que se materializa no fenômeno das greves que avançam até a década de 1990 (SAVIANI, 1997, p. 33).

Toda essa efervescência do movimento dos trabalhadores da educação culminou na participação no processo constituinte via atuação do “Fórum de Educação na Constituinte em Defesa do Ensino Público e Gratuito”. O Fórum foi constituído por um total de 15 entidades e associações pertencentes a sociedade civil, entre elas estão a Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior (ANDES), a União Nacional dos Estudantes (UNE), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), para mencionar apenas algumas. Nas palavras de Fernandes (1987b, n. p.):

Estas e outras entidades levaram a Assembleia Nacional Constituinte a sólida contribuição pedagógica que nasceu e amadureceu contra e sob o regime ditatorial – e que representam um patrimônio, no momento em que se coloca a questão das relações de um Estado democrático com o ensino público da perspectiva da elaboração de uma Constituição que rompa com o passado.

Esta junção de entidades e associações atuou na forma de uma frente em defesa da escola pública em contraposição aos interesses da igreja Católica e dos empresários do ensino. Estas também organizadas em diferentes entidades da sociedade civil, entre elas: a Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (FENEN), a Associação Brasileira de Escolas Superiores Católicas (ABESC), entre outras. (SAVIANI, 2013, p. 209).

Devemos lembrar que no período da ditadura empresarial-militar no Brasil, instituíram-se uma série de contrarreformas, em consonância com as recomendações dos Estados Unidos, que privilegiaram a acumulação de capital mediada pela educação comercializada e impulsionaram a indústria da educação no território brasileiro em detrimento da expansão do ensino público, obrigatório e de qualidade (FERNANDES, 2014, p. 101). Esta indústria educacional tinha na figura da Igreja Católica e da rede de ensino particular os seus principais interlocutores. Desde a Constituinte os principais embates, no que diz respeito a educação, deram-se em torno do conflito de interesse entre os defensores do ensino público e os compromissados com os interesses do ensino privado (SAVIANI, 2013, p. 215).

As entidades ligadas ao ensino privado conseguiram resguardar, em um primeiro momento, suas posições e interesses no projeto e substitutivo apresentado pelo então deputado constituinte Artur da Távora, principalmente, ao cooptar a maioria dos constituintes participantes da Comissão e subcomissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Família (FERNANDES, 1987b).

Já a Igreja Católica contou com o deputado constituinte João Calmon escolhido relator da Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Família. O constituinte era conhecido por seu histórico de defesa de verbas para o ensino, contudo, não necessariamente voltadas para o ensino público. A igreja Católica ainda contou com a adesão de outros deputados e senadores constituintes para garantir o atendimento de seus interesses (FERNANDES, 1987b).

Portanto, os embates em torno da educação na Assembleia Nacional Constituinte culminaram na inclusão de pontos na Constituição Brasileira de 1988, vistos como importantes vitorias para os defensores da escola pública, contudo, os defensores das escolas privadas tiveram vitórias ainda maiores (SAVIANI, 2013, p. 215), particularmente no que concerne ao conceito de público não-estatal, que redefinirá, de certo modo, o conceito de autonomia e de gestão escolar e universitária, a partir dos anos 1990.

Tratava-se de fundir no cadinho da sociedade democrática e de participação cidadã as noções de público e de privado. Neste contexto, a propriedade pública estatal subordina-se ao aparato estatal e a propriedade pública não-estatal volta-se, tanto quanto a propriedade pública estatal, para o interesse público e, ainda que regida pelo direito privado, não tem fins lucrativos. Nos limites deste ideário, defendia-se, e ainda hoje defende-se, que a esfera pública não-estatal produz, não apenas, bens e, ou, serviços de interesse geral, mas também sustenta valores coletivos que levariam a sociedade civil, em sua acepção neoliberal, a exercer o controle social.

Com efeito, a reforma do Estado, empreendida na década de 1990, busca torná-lo mais eficiente (controle gerencial de resultados), mais forte o suficiente para gerenciar o fundo público, ao mesmo tempo em que introduz a competição e a flexibilização na oferta de serviços públicos, como a educação e a saúde.

Retomando a promulgação da Constituição de 1988, entre as vitórias dos defensores da escola pública podemos elencar: a) a gestão democrática do ensino público; b) a autonomia universitária; c) a gratuidade do ensino público em todos os níveis, entre outras. Enquanto os defensores das escolas privadas conseguiram avançar sobre os seguintes pontos: a) asseguraram o ensino religioso no ensino fundamental; b) o apoio financeiro do poder público para à pesquisa e extensão nas universidades privadas; c) o repasse de verbas públicas para as organizações privadas de caráter filantrópico, comunitário e confessional; entre outros pontos.

 Especificamente sobre a educação superior, um dos avanços conquistados está presente no artigo 207 do texto final da Constituição Brasileira, que trata da autonomia financeira, didático-cientifica e administrativa da universidade. O artigo contempla uma das emendas parlamentares apresentadas por Florestan Fernandes na Constituinte.

Pode-se considerar que a Constituição Brasileira de 1988, apesar de confirmar a força da classe dominante, em geral, e dos defensores das escolas privadas laicas e confessionais, em particular, trouxe em seu texto final importantes vitórias para as classes subalternas. Principalmente, ao instituir a educação como direito subjetivo e por contemplar, mesmo que de forma muito superficial, a participação da sociedade civil e a questão da gestão democrática da educação pública. Contudo, a partir da década seguinte as frações burguesas na figura dos empresários do ensino privado vão se organizar para avançar sobre as conquistas sociais alcançadas no campo da educação.

**2.2 Breves apontamentos sobre o avanço neoliberal na educação superior brasileira**

Como vimos, nos anos de 1980 muitos avanços foram alcançados na sociedade, em geral, e na educação, em particular, graças as grandes mobilizações sociais realizadas durante este período. Isso reforça que tanto a educação, em geral, quanto a educação superior, em particular, encontram-se inseridas em um projeto de sociedade mais amplo que, de acordo com as disputas e o equilíbrio de forças entre as classes antagônicas, vai se desenhando e impondo a estas mudanças ora sutis e ora mais evidentes. O que nos permite afirmar, Com Gramsci (2017, p. 41), que o resultado dessa correlação de forças dependerá das lutas de classe, sobretudo, em nível nacional. Ou avançamos em reformas na direção “da revolução dentro da ordem” (FERNANDES, 2020 p.364) ou regredimos com as contrarreformas.

Também vimos que, a partir da promulgação da Constituição Brasileira de 1988, conquistou-se uma oportunidade, inédita em nossa história, para a construção de uma ordem política mais favorável aos interesses das classes subalternas, sobretudo, pelos mecanismos de democracia direta, de vigilância cidadã e de participação popular presentes no texto final de nossa Carta Magna (MARINI, 2016, p. 419). Acontece que a democracia brasileira, em geral e a Constituição de 1988, em particular, não são fenômenos isolados. Por isso, tendem a ser influenciados por outros fenômenos. Sendo assim, as profundas mudanças ocorridas no capitalismo mundial levaram a burguesia brasileira a aprofundar o processo de expropriação e exploração da classe trabalhadora (e da natureza) em todos os setores da vida social, sobretudo, com a ascensão do neoliberalismo no país.

A conjuntura particular em que se realizaram as investidas contra os direitos sociais conquistados a partir da promulgação da Constituição Brasileira de 1988, tem na eleição de Fernando Collor de Mello para a Presidência da República um dos seus marcos mais importantes. A partir deste momento, inicia-se um processo que culminará em privatizações das empresas estatais, crescimento das terceirizações e desregulamentação do trabalho.

Neste período da história brasileira, ocorre a cooptação de diferentes organizações populares, pela ação conjunta governamental e empresarial. O aparelho estatal passa a fomentar uma expansão seletiva da sociedade civil, via “aparelhos hegemônicos” (GRAMSCI, 2017, CC, v.3, p. 97), com vistas a minar as organizações da classe trabalhadora de dentro para fora. Um exemplo desde empresariamento das entidades sindicais é a criação da Força Sindical em 1991. Com isso, intensifica-se a subalternização direta da força de trabalho, mediada, agora, por entidades associativas empresariais, tem-se desta forma o “empresariamento de novo tipo” (FONTES, 2010, p. 296).

Com a chegada de Fernando Henrique Cardoso a Presidência da República intensifica-se a onda de ataques aos direitos sociais remanescentes das lutas da década de 1980 e se consolida e expande o empresariamento na sociedade civil, via aparelhos hegemônicos. (idem, p. 265). Além disso, é a partir do primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, seguindo e aprofundando a cartilha econômica e política do neoliberalismo iniciada com Fernando Collor de Mello, que o país intensifica o desenvolvimento de políticas públicas associadas as agendas dos organismos supranacionais para os países da América Latina, em geral, e para o Brasil em particular.

Na década de 1990, inicia-se um movimento de reforma do Estado, em geral, e da educação, em particular, que evidenciam um movimento de investida contra as conquistas sociais arrancadas pelas mobilizações que atravessaram, especialmente, os anos de 1980. Este movimento é fruto da adesão do país aos cânones econômicos e políticos que ficaram conhecidos pelo nome de neoliberalismo (SAVIANI, 2013, p. 217).

A ascensão do neoliberalismo na América Latina, em geral, e no Brasil, em particular, corresponde a um movimento realizado pelos governos da região com o objetivo enunciado de se alcançar uma suposta estabilidade política e econômica. Todavia, o objetivo real da adesão ao neoliberalismo é o aprofundamento da acumulação/expropriação na região.

Na América Latina, em geral, e nos países membros do MERCOSUL, em particular, convergem elementos conjunturais e estruturais que perpetuam a desigualdade econômica, social, política, cultural: privatizações, planos de ajuste, entrega dos recursos naturais às multinacionais, abertura comercial indiscriminada, endividamento externo, concentração da propriedade da terra, desindustrialização, desnacionalização de empresas estatais e privadas, desmantelamento das leis de proteção social e de serviços públicos, flexibilização do trabalho, desemprego, miséria, pobreza, fome, etc. Assim, difunde-se o ideário de globalização, Estado mínimo e agências reguladoras, liberdade de mercado e direito do consumidor, empregabilidade e flexibilização, habilidades, competências e multifuncionalidade do trabalho, sociedade pós-industrial ou pós-fordista, sociedade da informação, sociedade do conhecimento, reestruturação produtiva, qualidade total, bioengenharia, etc., cuja finalidade é justificar reformas no aparelho de Estado e na relação capital—trabalho. (SILVEIRA, 2011, p. 347)

Neste sentido, os discursos das burguesias locais, cujos intelectuais atuam tanto na sociedade política quanto na sociedade civil funcionam como nevoas para camuflar os objetivos reais de interesse do capital.

No campo da educação, a década de 1990 representou um período de grandes retrocessos. Em comparação com a década anterior, marcada pela ebulição política que engendrou a criação de entidades representativas de classe como, o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES), a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), Associação Nacional pela Formação dos profissionais de Educação (ANFOPE), entre outras, que debateram criticamente os rumos da educação e educação brasileira, os anos de 1990 se caracterizaram por grandes perdas para a educação, conforme destaca Saviani (2013, p. 216):

A partir de 1989, começou um período de grandes dificuldades, o que já foi sinalizado pela Conferência Brasileira de Educação, que não conseguiu manter a periodicidade bienal. A VI CBE deveria ocorrer em 1990, mas só foi possível realizá-la em setembro de 1991, convertendo-se na última, com o que se apontava para o ocaso da mobilização dos profissionais da educação. E a década de 1990, embora não seja chamada de “perdida”, em contraste com os ganhos dos anos 1980, ela se caracterizou, no campo da educação, por grandes perdas, configurando um movimento na contramão daquilo que se apontava com a Constituição promulgada em 5 de outubro de 1988.

Saviani (1997), ao analisar os embates em torno da tramitação do projeto de LDB, que culminou na publicação do documento mais importante para a educação brasileira na década de 1990, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 9394/96, opção, materializada no projeto substitutivo de Darcy Ribeiro, foi a de uma LDBEN minimalista em consonância com a concepção de “Estado mínimo” fruto do ideário político dominante. No que diz respeito à educação superior, Saviani (1997) empreende a seguinte advertência:

Quanto à Educação Superior, observa-se de início, que apesar de denominação, o objeto desse Capítulo IV, senão exclusivamente, é dominantemente o Ensino Superior. A própria pesquisa, embora configure entre as finalidades (e, mesmo aí, apenas a título de incentivo), não recebe um tratamento que a incorpore como uma atividade regular, sistemática e continuada, dotada de mecanismo específicos e institucionalizados. Entende-se assim, a ausência das dimensões relativas à cultura superior como distinta do ensino superior na conceituação de educação superior[...] (idem, p. 216)

Ao sistematizar o projeto de LDBEN, no final da década de 1980, Dermeval Saviani defendeu a distinção entre o ensino superior e a cultura superior. Enquanto o primeiro estaria relacionado a formação de profissionais de nível superior e na medida em que a democratização do acesso a este nível de ensino não se tornara, ainda, realidade[[22]](#footnote-22), a segunda possibilitaria a toda a população a difusão e discussão aprofundada dos grandes problemas que afetam o homem contemporâneo. Portanto, a LDBEN minimalista, segundo Saviani (1977, p. 66), nega o direito a população de acesso à cultura superior.

A análise de Silveira (2011), a respeito das concepções de educação tecnológica na educação superior, revela, entre outras coisas, uma profunda e detalhada investigação das transformações ocorridas nas universidades brasileiras no que diz respeito as questões relacionadas a gestão, financiamento e produção de conhecimento. No contexto de ascensão do neoliberalismo em toda a América Latina, a autora capta, entre outras coisas, a nova função atribuída a universidade brasileira e o seu desenrolar durante quase duas décadas (1995-2010). Além disso, sublinha a atuação dos organismos supranacionais e dos intelectuais orgânicos e cosmopolitas na construção do consenso em torno de um novo modelo de universidade que formasse recursos humanos qualificados para a nova divisão internacional do trabalho.

Silveira (2011) aponta como a rápida passagem de Fernando Color de Mello na Presidência da República[[23]](#footnote-23), culminou na adesão do país neoliberalismo e a adoção das agendas dos organismos supranacionais no desenvolvimento das políticas públicas. Com isso, instauram-se as bases que sustentariam a contrarreforma da educação superior. Estas bases permaneceriam e se aprofundariam nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), aos quais acrescentamos os mandatos de Dilma Roussef (2011-2016). Vale ressaltar, no entanto, que tal contrarreforma reveste-se de caráter mais regressivo quando Michel Temer (2016-2017) e Messias Bolsonaro (2018-2022) estiveram à frente do Poder Executivo.

Ainda segunda a autora, o Consenso de Washington, ao sistematizar os interesses do capital presentes nas das agendas dos organismos supranacionais (Banco Mundial, FMI, OMC, UNESCO, OCDE), introduz na América Latina, em geral, e no Brasil, em particular, o ideário que relaciona o funcionamento das universidades e demais Instituições de Educação Superior (IES) ao atendimento das demandas do setor privado. Neste contexto, confere-se as IES um papel de destaque nas estratégias para o desenvolvimento econômico nacional atrelado aos interesses do capital.

Neste contexto, a produção do consenso em torno da cooperação universidade-empresa se intensifica por mediação dos organismos supranacionais, órgãos do poder público e setor empresarial. Difunde-se o ideário do arranjo institucional que envolve três elementos fundamentais da ‘Hélice-trípla’, quais sejam, Estado, universidade, empresas públicas e privadas, como um contributo indispensável à produção de conhecimento inovador e, por conseguinte, à modernização do aparelho científico-tecnológico e, ainda, ao desenvolvimento econômico nacional e regional e à inserção competitiva do Estado e respectivo bloco regional na economia mundializada. (SILVEIRA, 2011, p. 379)

Ainda segundo Silveira (2011), outra marca do governo Fernando Henrique Cardoso, aprofundada nas gestões de Luís Inácio Lula da Silva, é o crescimento, a explosão dos aparelhos hegemônicos no âmbito da sociedade civil, materializada na figura das ONGs. Estas realizariam, em resumo, uma tripla função: a) mediação entre os trabalhadores e os blocos de poder; b) desqualificação dos serviços públicos; c) enfraquecimento dos sindicatos combativos (ibid). Já no governo de Luís Inacio Lula da Silva, a relação entre aparelhos hegemônicos, da sociedade política e da sociedade civil, se fortalece por meio do incentivo às parcerias público-privadas na execução de serviços públicos e de infraestrutura.

É do período referente as gestões Luís Inácio Lula da Silva que se constata, na educação superior, a transferência de parte do fundo público para a propriedade privada via Programa Universidade para Todos (PROUni).

Nossa análise na seção 2.1.2 deste segundo capítulo, constatou a ativa participação de entidades e intelectuais orgânicos ligados aos interesses dos empresários da rede privada de ensino.

A participação dos empresários da educação se aprofundara e complexificara principalmente com ascensão do neoliberalismo na América Latina, em geral, e no Brasil, em particular. Rodrigues (2007) desenvolveu duas categorias de análise que sintetizam as maneiras pelas quais o capital se relaciona com a educação escolar, são elas: a “educação-mercadoria” e a “mercadoria-educação”. Estas categorias, complementares no que diz respeito à valorização do capital, permitem apreender como as diferentes frações da burguesia brasileira, quais sejam, a fração burguesa da indústria e a fração burguesa dos serviços, têm seus interesses atendidos mediados pela educação.

No que se refere à fração burguesa da indústria, interessa-lhes a mercadoria-educação. Nesta perspectiva a educação, em geral, e a educação superior, em particular, são as responsáveis pela produção dos conhecimentos indispensáveis à produção de mercadorias necessárias para o processo produtivo. Entenda-se como mercadorias, também, os recursos humanos devidamente qualificados e necessários ao processo de produção, ou seja, para os empresários industriais estes profissionais também são “insumos necessários a expansão de seu próprio negócio” (RODRIGUES, 2007, p. 14). Como veremos no próximo capítulo, as empresas juniores são, atualmente, uma das manifestações na educação superior da mercadoria-educação.

Quanto à fração burguesa dos serviços que volta seus interesses para a exploração do mercado educacional, interessa-lhes a educação-mercadoria. Contudo, com vistas ao atendimento de sua necessidade de expansão e reprodução do capital no comando das IES privadas, também, comercializariam a mercadoria-educação (RODRIGUES, 2007, p. 14). Do ponto de vista desta fração da burguesia brasileira ligada a prestação de serviços educacionais, e educação deve ser comercializada, seja na educação básica, escolas, ou na educação superior, universidades. Esta fração burguesa ligada aos serviços educacionais tende a advogar pela liberdade de ensino e se opor a qualquer forma de controle estatal (RODRIGUES, 2007, p. 10).

No bojo deste avanço neoliberal na educação emergem no seio das IES brasileiras as empresas juniores. Que apesar de sua introdução no Brasil na década de 1980, elas ganham folego a partir da década de 1990 e avançam com o aprofundamento das políticas neoliberais na educação.

Diante do exposto, frente ao evidente avanço do atendimento dos interesses do capital, em geral, e de uma fração da burguesia brasileira, em particular, mediado pela educação superior na próxima subseção, apresentaremos um breve cenário da educação superior brasileira na atualidade.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988, em seu art. 205, define a educação como um direito de todos e dever do Estado e da família. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), a educação superior é parte da Educação Escolar. Outrossim, conforme a LDBEN em seu art.43, estão entre as finalidades atribuídas à educação superior: estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo; suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração; estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade.

Ademais, segundo a LDBEN em seu art.45, “a educação superior será ministrada em instituições públicas e privadas, com diferentes graus de abrangência ou especialização.” Sendo composta pelos seguintes cursos e programas: cursos sequenciais por campo de saber; cursos de graduação, cursos de pós-graduação (programas de mestrado, doutorado, aperfeiçoamento e cursos de especialização) e cursos extensão.

No Ministério da Educação (MEC), a Secretária de Educação Superior (SESu) é a responsabilidade por planejar, orientar, coordenar e supervisionar o processo de formulação e implementação da política nacional de educação superior. No repertório das ações empreendidas pelo governo Jair Bolsonaro desenvolvidas pela SESu merece destaque a apresentação e defesa do programa Future-se. De acordo com o MEC ([2019], on-line), cabe a esta secretária:

[...] propor e executar programas voltados para a ampliação do acesso e da permanência de estudantes na etapa da formação superior. Em conjunto com o Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE), é responsável pela política da oferta e financiamento e de apoio ao estudante do ensino superior. Atua também para estabelecer políticas e executar programas voltados às residências em saúde, bem como incentiva e apoia a capacitação das instituições de educação superior para desenvolverem programas de cooperação internacional, a fim de proporcionar o aumento do intercâmbio de pessoas e de conhecimento e de dar maior visibilidade internacional à educação superior do Brasil. Outras duas importantes atribuições são o desenvolvimento de ações e políticas de formação para profissionais de educação básica junto às instituições da Rede Federal de Ensino Superior e a construção de um quadro de referência de qualidade para a modalidade de educação a distância.

No que se refere as Instituições de Educação Superior (IES), dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), no censo da educação superior de 2021, o Brasil possui 2.574 IES organizadas da seguinte forma: a) 204 Universidades, sendo 113 públicas e 91 privadas; b) 350 Centros Universitários, destes 12 públicos e 338 privados; c) 1979 Faculdades, sendo 147 públicas e 1832 privadas; d) 41 Institutos federais (IF) e 2 Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), todos públicos. Do total de IES localizadas em território nacional, apenas 12,4% são públicas.

 Em 2021 foram disponibilizadas mais de 22,6 milhões de vagas em cursos de graduação. Deste total, apenas 3,6% para as IES públicas. Com base nos dados apresentados pelo INEP, fica claro que, atualmente, o pagamento de mensalidades se torna um fator limitante do acesso e da conclusão da educação superior pela população brasileira.

Contudo, apesar do predomínio do setor privado na educação superior, o crescimento desta etapa da educação brasileira ocorre, de certa maneira, em decorrência dos investimentos feitos pelos governos estaduais, municipais e federal. Principalmente, pela via de transferência dos recursos públicos para a iniciativa privada que, nos últimos anos, deram-se por mediação de algumas políticas públicas de acesso à educação superior. Entre estas, destacam-se as iniciativas do governo Lula da Silva: a) Programa Universidade para todos (ProUni)[[24]](#footnote-24); b) o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES)[[25]](#footnote-25); c) Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)[[26]](#footnote-26).

Ademais com relação ao acesso à educação superior, os dados do INEP indicam que o Tecnólogo foi o grau acadêmico com maior número de ingressos em 2021 em comparação com 2020. Das mais de 8,9 milhões de matrículas na educação superior, graduação, no Brasil, 29,7% foram para os cursos tecnológicos, 54,8% para os cursos de bacharelado e 15,4% para os cursos de licenciatura.

No que cerne ao financiamento da educação superior, de acordo com a LDBEN, em seu Art. 55, cabe a União garantir, anualmente, em seu Orçamento Geral, recursos suficientes para manutenção e desenvolvimento das instituições de educação superior por ela mantidas. Em um contexto de disputas em torno do fundo público, o financiamento da educação superior, inseridos nessa realidade, não se encontra isento de ataques e cortes. De acordo com o Centro de Estudos Estratégicos da Câmara dos Deputados ( CEDES) (2019, p. 51):

Dentre os principais recursos vinculados à educação, aqueles destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE) representam a principal fonte de recursos das Ifes. Originalmente resultante da vinculação de 18% da receita líquida de imposto, essa fonte, por força da EC nº 95/2016 corresponderá, até 2036, ao valor apurado em 2017 corrigido pelo IPCA, a ser aplicado em educação como um todo nas ações classificadas como de MDE. Os recursos ordinários, fontes de livre utilização, têm complementado, quando da elaboração dos orçamentos, eventuais reduções nas destinações dos recursos vinculados à MDE alocados no ensino superior. Em 2017, as fontes ordinárias e destinadas à MDE representaram 76,6% dos recursos utilizados.

A respeito do financiamento da educação, em geral, e da educação superior, em particular, merece destaque o constante cortes de verbas realizado pelo governo neofascista de Jair Bolsonaro. Apesar do crescimento na arrecadação, fruto dos altos índices de inflação, a política de cortes e bloqueios de verbas destinados as IES públicas se intensificam. Reforçando a falta de compromisso do atual governo com a qualidade dos serviços públicos prestados à população, a educação e a ciência e tecnologia em nosso país.

A implantação/crescimento do ensino remoto e do Ensino à Distância (EaD) na educação, em geral, e na educação superior, em particular, foi tema recorrente durante a pandemia. Entretanto, na educação superior, mesmo antes da pandemia, a EaD já se estabelecia como uma realidade. De acordo com dados do INEP, no censo da educação superior de 2021, o ingresso na modalidade a distância teve um aumento significativo enquanto na modalidade presencial o que se constatou foi uma diminuição no número de ingressos. Entre 2011 e 2021, as matrículas de cursos de graduação a distância aumentaram 274,3%, enquanto na modalidade presencial não houve crescimento, observou-se uma queda de 8,3%. (INEP, 2021, p. 22)

Com vigência entre 2014-2024 o Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 13.005/2014, que determina diretrizes, metas e estratégias para a educação nacional, apresenta três metas direcionadas a educação superior brasileira. A primeira delas, Meta 12, dispõe a respeito da ampliação nas taxas de matrículas. A seguinte, Meta 13, aborda a melhoria nos indicadores de qualidade da educação superior e a ampliação no corpo docente da proporção de mestres e doutores. A última, Meta 14, trata da ampliação no número de matrículas na pós-graduação strictu sensu.

Finalizamos este panorama da educação superior evidenciando, com base nos dados apresentados, o predomínio da atuação dos empresários do ensino e o crescimento da educação-mercadoria nesta etapa da educação brasileira, principalmente, associada a democratização de seu acesso. Estas frações da burguesia brasileira, como apresentamos e temos reforçado ao longo deste capítulo, desde a transição democrática têm se organizado para garantir, mediados pela educação, o atendimento de seus interesses, em particular, e do capital, em geral.

**2.3 Concepções de empreendedorismo no bojo da ideologia neoliberal**

2.3.1. A perspectiva dos organismos supranacionais

Como vimos em diferentes momentos neste capítulo, uma das marcas do aprofundamento das políticas neoliberais na educação e a adoção das agendas dos organismos supranacionais, que no caso do Brasil, dar-se-á inicialmente na década de 1990. No que diz respeito ao empreendedorismo, identificamos ao longo de nossa pesquisa várias menções nas agendas dos organismos supranacionais. Isto posto, nesta seção apresentaremos, sem pretensão de esgotarmos o tema, como a partir dos anos 2000, todo um ideário ligado ao empreendedorismo o qual se torna protagonista nas agendas dos organismos supranacionais.

Para melhor compreendermos como este conjunto orgânico, comprometido com a reprodução da ideologia neoliberal, tem influenciado o desenvolvimento de políticas públicas, em geral, e da área da educação, em particular, nos países da periferia do sistema capitalista, recorreremos inicialmente, entre a farta produção documental produzida nos últimos anos, a algumas orientações presentes nos Relatórios do Banco Mundial e da Organização da Nações Unidas (ONU) publicados a partir doas anos 2000.

A escolha por este caminho de exposição, em hipótese alguma, deve significar que entendemos o movimento de difusão e orientação da ideologia neoliberal de forma linear e imposta. Ao contrário, as orientações externas só fazem sentido internamente por contar com uma complexa rede de instituições e intelectuais envolvidos no seu ajustamento e disseminação.

Posto isso, partiremos do início do século XXI, com o Relatório do desenvolvimento mundial elaborado pelo Banco Mundial denominado “Luta contra a pobreza”. Ao longo do documento, tomando como referência as ideologias do “mercado” e “capital humano”, defende-se a ideia de que a pobreza tem relação direta com o desenvolvimento econômico e a importância da atuação dos mercados junto aos Estados na superação da pobreza.

Para que se alcance tal feito, o Banco Mundial recomenda que se estipulem ações no âmbito nacional e internacional assentadas sobre uma estratégia para a redução da pobreza global composta por três frentes de atuação: “promover oportunidades, facilitar a autonomia e aumentar a segurança” (BANCO MUNDIAL, 2001, p. 6).

Apesar de não encontrarmos no documento menção direta a ideologia do empreendedorismo e a defesa de uma formação empreendedora, entendemos que o Relatório defende duas ideias determinantes para nos ajudar a compreender o *status* que a ideologia do empreendedorismo assume na atualidade. A primeira é a noção de que a superação da pobreza não se dará apenas pelo aumento da renda. Desta forma, faz-se necessário considerar outros aspectos. Como destacado no seguinte trecho do documento,

A estratégia apresentada neste relatório reconhece que a pobreza é mais que renda ou desenvolvimento humano inadequado; é também vulnerabilidade e falta de voz, poder e representação. Esta visão multidimensional da pobreza aumenta a complexidade das estratégias de redução da pobreza, porque é preciso levar em conta outros aspectos, como os fatores sociais e as forças culturais. (BANCO MUNDIAL, 2001, p. 12)

Neste contexto, reforça-se o papel da educação na vida dos sujeitos para a superação da pobreza. Do ponto de vista do Banco Mundial o conceito de capital humano, torna-se uma variável indispensável para compreendermos o crescimento econômico e, consequentemente, a redução das desigualdades. Entendendo-se capital humano como: “a noção de que a renda pessoal está diretamente relacionada a tributos individuais que determinam em primeiríssima instância, a produtividade do trabalho” (MEDEIROS, 2003, p. 286). Estes atributos seriam passíveis de alteração pelo efeito das decisões racionais tomadas pelos indivíduos. Pode-se elencar entre estes atributos a qualificação decorrente da educação formal ou de outra fonte qualquer do conhecimento.

Diante do exposto, o capital humano acumulado pelos sujeitos passa a adquirir relevância na aferição da vulnerabilidade das famílias a pobreza, porque, “as famílias com limitado grau de educação tendem a estar mais sujeitas a flutuações de renda e a ser menos capazes de administrar o risco” (BANCO MUNDIAL, 2001, p. 20). Desta forma, caberia não só ao Estado, mas sobretudo, aos sujeitos buscarem níveis mais elevados de educação para que pudessem almejar melhores condições de vida

A segunda ideia presente no texto é a apresentação do mercado como motor principal de qualquer iniciativa para a superação da pobreza. Com base nesta noção, defende-se que os governos locais implementem contrarreformas que favoreçam e assegurem a atuação do mercado em suas economias, favorecendo a participação privada inclusive na educação, mesmo que estas incluam custos a determinados grupos da sociedade.

Mercados em bom funcionamento são importantes para gerar crescimento e expandir oportunidades para os pobres [...] contudo, o desenvolvimento de mercados e das instituições que os apoiam é um processo difícil e demorado. Às vezes, as reformas no sentido de desenvolver os mercados fracassam rotundamente. Quando bem-sucedidas, elas frequentemente impõem custos a grupos específicos da sociedade. (BANCO MUNDIAL, 2001, p. 61)

Os membros do Banco Mundial são claros ao expressar que não existe garantias de que as contrarreformas trarão benefícios aos mais pobres, ao contrário, estes podem ser afetados, entre outras coisas, por não deterem o capital humano necessários para se adaptar as mudanças propostas em prol de um suposto desenvolvimento econômico. “Os prejudicados também podem incluir os trabalhadores sem especialização, sem mobilidade e sem acesso a novas oportunidades do mercado, por carecerem de capital humano, acesso à terra e crédito ou infraestrutura de conexão com áreas remotas.” (BANCO MUNDIAL, 2001, p.67).

 Todo este ideário propagado pelo Banco Mundial reaparece no Relatório para o Secretário Geral para as Nações Unidas intitulado: “Desencadeando o empreendedorismo: o poder das empresas a serviços dos pobres”, produzido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) da ONU no ano de 2004. Assim como o Relatório antecessor, defende-se a adoção de uma série de políticas públicas direcionadas aos governos, o setor privado e as organizações não-governamentais (ONGs) com o objetivo de eliminar a pobreza e favorecer o desenvolvimento (PNUD, 2004).

 Para alcançar o objetivo proposto pelo Relatório, apresenta-se o setor privado como elemento fundamental. A resposta para a melhoria de vida dos pobres estaria nas práticas e conhecimentos provenientes do setor privado. Ao reforçar a noção de eficiência do setor privado, defende-se a privatização dos serviços básicos à população (saúde, água potável, educação etc.) com vistas a oferecer serviços mais baratos, sobretudo por meio de terceirizações, e garantir o acesso de todos. Aos governos locais caberia definir as “regras do jogo”, via um conjunto de contrarreformas para garantir o ambiente propicio e juridicamente seguro para o setor privado desenvolver as suas atividades (PNUD, 2004). A ideia é que o Estado e o setor privado compartilhem a responsabilidade pelos serviços básicos a população, abrindo com isso também a possibilidade das parcerias público-privadas.

 Um ponto importante levantado pelo Relatório, ao apresentar quem são os empreendedores, é a defesa de um setor privado caracterizada por uma forma ampla e flexível, acumulação flexível (HARVEY, 2008), abrangendo desde multinacionais até pequenos empreendedores.

Nós compartilhamos a visão de que ambientes empresariais orientados para o mercado abrangem diversas formas de empresas privadas, que coexistem em relações simbióticas. O ecossistema geralmente inclui corporações multinacionais, grandes empresas nacionais, micro, pequenas e médias empresas, com atores formais e informais. Portanto, envolve tanto os pequenos agricultores quanto as multinacionais. (PNUD, 2004, p. 9)

Contudo, ao contrário das transnacionais demais empresas existe um pedágio a ser pago pelo empreendedor, a fim de ser reconhecido como integrante do setor privado e poder vender a sua força de trabalho: o empreendedor deve renunciar a seus direitos sociais e a um salário fixo, tornando-se o que Antunes (2018, p. 39) denominou de “burguês-de-si-próprio e o proletariado-de-si-mesmo”. Somente desta forma, reconhecido como integrante do setor privado, o empreendedor poderá contribuir para a atenuação da pobreza e o crescimento econômico. A contribuição dos empreendedores locais se daria, principalmente, com a geração de emprego e renda (PNUD, 2004). Inclusive para eles próprios, pois, segundo o referido Relatório, em países em desenvolvimento o microempreendedorismo é uma forma comum de emprego (ibid).

É digno de destaque o trecho no qual é anunciado o segmento do setor privado mais promissor ao desenvolvimento do empreendedorismo, qual seja, as pequenas e médias empresas com alto potencial de crescimento e inovação, “esse segmento dinâmico é tipicamente a incubadora do empreendedorismo e da inovação, dirigindo o crescimento econômico, criando empregos e fomentando a competitividade, a inovação e a produtividade” (PNUD, 2004, p. 9).

Ainda de acordo com o Relatório do PNUD é preciso que se preencham algumas premissas para que o empreendedorismo possa contribuir para a superação dos problemas econômicos e sociais, são elas, um ambiente de negócios nivelado; acesso a financiamento; e conhecimentos e habilidades.

A vantagem competitiva de uma empresa em comparação a outras do mesmo ramo de atuação estaria em sua capacidade produzir e implementar inovações em tecnologias e processos, ou seja, empreender. O que só se torna possível com investimentos em capital humano. Tornando o nível educacional dos funcionários um motor determinante para o crescimento e sobrevivência das empresas. Isto é, a educação é vista tão somente como fator econômico.

O nível educacional é importante, e as habilidades dos empregados precisam ser continuamente melhoradas por meio de treinamentos no ambiente de trabalho, que aumentam a produtividade empresarial e sua capacidade de absorver novas tecnologias. Na Costa Rica, Ilhas Maurício e Singapura, o setor privado tem se beneficiado de um círculo virtuoso de educação formal, reforçado pela aprendizagem e treinamento dentro das empresas. A Costa Rica tem a maior exportação de software per capita da América Latina, fazendo com que o país seja um eixo tecnológico na região, graças a seus investimentos no ensino fundamental (produzindo um dos mais altos índices de alfabetização) e no ensino técnico. (ibid)

De modo geral, o relatório defende que seria o investimento em capital humano e a capacidade de reter estes recursos uma importante variável que explicaria a diferença no desenvolvimento econômico de diferentes nações. Como expresso na passagem a seguir,

[...] Muitos países em desenvolvimento sofrem de baixos níveis de investimentos em capital humano, o que é agravado pela emigração de profissionais altamente qualificados. A fuga de cérebros ocorrida desde 1990 tem sido estimada em 15% para América Central, 6% para África, 5% para Ásia e 3% para a América do Sul. [...] Essa persistente fuga de cérebros retira dos países em desenvolvimento o know how de milhares de talentos de sua população, reduzindo o estoque de capital humano qualificado existente, erodindo a base tributária doméstica, e pressionando a classe média educada, que é um fator de estabilidade na maioria das sociedades. (ibid)

 Relaciona-se a “migração de cérebros” à falta de condições favoráveis ao empreendedorismo em seus países de origem. Na busca por um ambiente mais empreendedor, os sujeitos tenderiam a se deslocar para países em que possam iniciar e ampliar seus negócios, mesmo que está mudança esteja associada a alguns riscos (ibid). Caberia ao empreendedor a responsabilidade por ampliar o seu capital humano, determinante para o seu sucesso ou fracasso, frente a um ambiente social favorável a prática do empreendedorismo.

 Estas ideias são importantes para justificar o fomento das empresas juniores no âmbito das universidades.

2.3.2.O ponto de vista de intelectuais orgânicos do capital no plano do Estado Integral

Em 2019, a Global Entrepreneurship Monitor*[[27]](#footnote-27)* (GEM) estimou que aproximadamente 53,5 milhões de brasileiros, entre 18 e 65 anos, estavam envolvidos em alguma atividade empreendedora. É importante destacar que, no terceiro trimestre de 2022, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), constatou a triste marca de 9,5 milhões de desempregados. Esta realidade se tornou terreno fértil para a difusão do empreendedorismo em consonância com as agendas dos organismos supranacionais para garantir a reprodução da estrutura social.

A todo o momento os trabalhadores são chamados a se mover frente a um cenário de total adversidade para reprodução de sua existência. Contudo, diferente da década de 1980 onde o bom senso apontava para a solução coletiva dos problemas, para o caminhar com a coletividade, a partir de 1990 a solução, vendida aos trabalhadores, passa pela individualidade. Torna-se evidente que o objetivo propagado pelos defensores da panáceia do empreendedorismo, qual seja, torna-se o próprio patrão esconde o objetivo real do avanço do empreendedorismo na sociedade, qual seja, disciplinamento de uma força de trabalho para qual o desemprego tornou-se condição normal (FONTES, 2017).

Neste contexto, a educação em particular assume um papel de destaque na (con)formação do sujeito empreendedor e o empreendedorismo incorpora-se ao rol de disciplinas das várias etapas da educação brasileira. A perspectiva observada nos vários discursos a respeito da educação empreendedora, procura considerá-la mola propulsora do desenvolvimento econômico, sobretudo, buscando superar altas taxas de desemprego, a má distribuição de renda, a desigualdade social e a violência (DIAS, 2019). Não por acaso, a formação para o empreendedorismo encontra-se contemplada na contrarreforma do ensino médio e no currículo de vários cursos de graduação, como veremos no próximo capítulo. O objetivo desta seção é identificar algumas iniciativas responsáveis pela inserção da formação para o empreendedorismo no Brasil.

Iniciaremos com o programa “Jovem empreendedor: primeiros passos” idealizado pelo Serviço Brasileiro de apoio às Micros e Pequenas (Sebrae). O programa materializado em parceria com a rede estadual de educação de Minas Gerais, em 2008, é uma das primeiras iniciativas de introdução da formação para o empreendedorismo na educação básica brasileira (SOUZA, 2012, p. 81).

O público-alvo do programa não se voltou aos discentes da rede pública de Minas Gerais, ao contrário, o foco do programa foram os docentes. Atualmente, o programa encontra-se aberto para os docentes do ensino fundamental de todo o país, tanto da rede pública quanto da rede privada. Com carga horária média de 20 horas, a formação poderá ser realizada em dois formatos, presencial ou EaD. No que diz respeito a emenda da formação, o eixo central gira em torno da promoção do comportamento empreendedor. Caberá ao professor criar um ambiente favorável ao desenvolvimento das competências empreendedoras, estas em consonância com as recomendações dos organismos supranacionais, quais sejam: a) competência pessoal: aprender a ser; b) competência social: aprender a conviver; c) competência produtiva: aprender a fazer; d) competência cognitiva: aprender a conhecer (SEBRAE, 2017, p. 23).

No que se refere a inserção do empreendedorismo na educação, em geral, e na educação superior, em particular, um dos intelectuais que mais atuou na organização, defesa e disseminação de um modelo de formação para o empreendedorismo foi Fernando Dolabela.

Fernando Dolabela é consultor e palestrante internacional, co-fundador do World *Entrepreneurship* Fórum, (França) e do *Empreendesur*, (América Latina), autor de 15 livros, entre eles o maior *best seller* na área, “O segredo de Luísa”, com mais de 300.000 mil cópias vendidas. É autor dos maiores programas de educação empreendedora para a Educação Básica (a partir de 4 anos) e universitária. O seu livro “Quero construir minha história” é pioneiro na abordagem dos pais que desejam que os filhos sejam empreendedores.

 O autor foi professor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), onde implantou em 1992 a primeira disciplina de empreendedorismo no departamento de Ciência da computação. Da experiencia na UFMG saíram 25 empresas já nos primeiros semestres de oferta da disciplina. Também exerceu a função de consultor da CNI-IEL Nacional, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, e da Agência de Educação para o Desenvolvimento.

Atualmente, Dolabela é um colaborador ativo do Instituto Milleniun e do Instituto Empreender Endeavor, além de exercer a função de presidente da Starta, empresa voltada ao empreendedorismo e inovação. Ao longo de sua atuação desenvolveu os programas de ensino: oficina empreendedora e pedagogia empreendedora.

Para fins desta pesquisa e tendo em vista os objetivos desta seção, nos deteremos na obra intitulada: “oficina do empreendedor”, do ano de 2008. De acordo com Dolabela (2008), a oficina do empreendedor, foi desenvolvida no ano de 1993 e até o ano de publicação do livro, já contava com 5000 professores capacitados para trabalhar com a sua proposta. Além de estar inserida em aproximadamente 400 estabelecimento, no Brasil e no exterior, da educação básica e superior.

Segundo Dolabela (2008) o empreendedor é aquele preparado para inovar. É o sujeito capaz de transformar conhecimento em riqueza. Partindo da premissa que qualquer um pode empreender, o autor defende um modelo de formação para o empreendedorismo que pode e deve ser apreendida tanto dentro como fora do ambiente escolar. Ademais, alega-se que a grande inovação associada ao modelo de formação para o empreendedorismo proposto pelo autor está no fato de poder se aplicado a qualquer área de formação, rompendo com isso a exclusividade da área de Administração em oferecer a disciplina. Ainda de acordo com o autor, a forma mais básica que a sua proposta pode assumir para facilitar a sua difusão e inserção é a de disciplina nos planos de cursos da graduação e no currículo do ensino médio. Cabe salientar que a proposta tem forte vinculação com as Instituições de Educação Superior (IES), apesar de sua inserção também ser defendida e recomendada para a educação básica.

Em sintonia com as recomendações dos organismos supranacionais, o intelectual cosmopolita e orgânico do capital também defende um modelo de educação, diretamente vinculado ao crescimento econômico. Para o autor, o suposto desenvolvimento social e econômico se encontra diretamente relacionado com a figura do empreendedor. “O empreendedor cria e aloca valores para indivíduos e a sociedade, ou seja, é responsável pela inovação e crescimento econômico.” (DOLABELA, 2008, p. 25)

Neste sentido, a tarefa da formação para o empreendedorismo é capacitar dois tipos de sujeitos, o dono de um negócio ou o empregado-empreendedor (ibid, p. 12). Este último tipo de trabalhador que sofre a “síndrome do empregado”.

O portador [da síndrome] depende de alguém que crie um trabalho para ele. É um profissional que, mesmo tendo domínio de uma tecnologia, não está preparado para inovar. Ele geralmente diz ao seu chefe (quase sempre necessita de supervisão): ‘pode pedir o que quiser, porque eu domino a tecnologia.’ Todavia, sem o *know-why,* despreparado para interpretar o mercado e identificar oportunidades, ele talvez ainda não tenha compreendido que mais importante do que saber fazer é ciar o que fazer, é conhecer a cadeia produtiva, os meandros do negócio. Sem a capacidade de interpretar o mercado e conhecer o setor em que pretende atuar, não poderá identificar e aproveitar oportunidades. (DOLABELA, 2008, p. 13)

 Dolabela caracteriza o portador da “síndrome do empregado” como um sujeito sem autonomia, que necessita a todo momento ser orientado no desenvolvimento de suas funções. É, segundo o autor, incapaz de identificar oportunidades e de realizar tarefas para além de suas atribuições e formação.

O portador da síndrome não entende que mais importante do que saber operar um processo ou um sistema é saber transformar conhecimento em produto ou serviço. Para tanto ele deve apreender a lidar com conteúdos não abordados na escola, monopolizada por temas acadêmicos: entender o mundo que existe além da porta da rua, aprender a lidar com a sua complexidade socioeconômica, e entender a sua dependência dos fatores políticos. Ele deve saber transformar necessidade em especificações técnicas. Em síntese, transformar conhecimento em riqueza. (ibid)

Coerentemente com a perspectiva liberal clássica, o trabalho seria um ser indolente, na medida em que preza pela estabilidade e preservação dos direitos arduamente conquistados ao longo dos anos de lutas e embates. É projetado como um sujeito desinteressado, desatualizado e infeliz porque vive a espera da aposentadoria. Nessa concepção distorcida da realidade, o trabalhador, de modo geral, se diferencia dos poetas, atores, artistas, profissionais liberais, empreendedores e tantos outros que amam o que fazem e, por esta razão, jamais pensam em aposentar-se (DOLABELA, 2008, p. 15).

 Seguindo, o autor ainda alega que frente as profundas mudanças ocorridas no mundo do trabalho, os sujeitos devem se (con)formar, caso queiram garantir a sua entrada, permanência e alcançar o sucesso no trabalho. Em outras palavras, devem apreender a empreender (ibid). O novo tipo de trabalhador a que o autor se refere é o mesmo defendido pelos organismos supranacionais estudados até aqui, o sujeito imerso em uma ideologia que naturaliza um mundo do trabalho cada vez mais precarizado e desprovido de direitos. Um sujeito disposto a produzir cada vez mais e a correr riscos, mesmo diante das situações mais adversas. Um sujeito convicto de ser o único responsável perante os seus sucessos ou fracassos.

No que diz respeito ao “dono de um negócio”, o caminho percorrido seria o da criação de uma pequena empresa ou do seu próprio posto de trabalho. Como vimos anteriormente o que diferencia estes dois tipos de empreendedores, entre outras coisas, seria os anos de escolaridade.

No modelo de formação proposto por Dolabela, o papel do professor em sala de aula, assim como visto já apresentamos nesta seção, é de um colaborador. Ele tem como tarefa principal, “criar o ambiente para que os discentes estejam estimulados a gerar novos conhecimentos” (DOLABELA, 2008, p. 19). Ainda de acordo com o autor, os pré-requisitos para que um professor possa ministrar o empreendedorismo na sala de aula, são os seguintes:

O primeiro é estar disposto a enfrentar o desafio de introduzir o novo conteúdo e novos processos didáticos e a superar os obstáculos que se apresentam a quem quer inovar. O segundo é ter disponibilidade e a vontade de estabelecer vínculos com o mercado, com as empresas e empreendedores, com o ambiente onde os conhecimentos que domina são transformados em riqueza. (ibid)

Contudo, não significa que o professor tenha um papel de menor importância na concepção de Dolabela (2008). Pelo contrário, o professor tem uma função estratégica na proposta. É ele o responsável por introduzir a disciplina e articular com diferentes setores da sociedade, “poderes públicos, associações de classe, órgão de comunicação, bancos, financiadores, ou seja, todos aqueles que podem e devem apoiar a criação de novos negócios” (DOLABELA, 2008. p. 21).

A conexão universidade-empresa tão defendida pelo autor ao longo do texto, encontra na figura do professor, o seu principal articulador. Sabendo que as concepções de mundo estão sempre em disputa, inclusive na educação, o autor faz questão preparar os professores para os embates, “ao introduzir esta disciplina você estará inovando e talvez desperte reações contrárias. Isso deve servir de estímulo para sua motivação”. (DOLABELA, 2008, p. 22)

 Partindo para a formação para o empreendedorismo proposta por Dolabela (2008), pode-se dizer que a mesma apresenta as seguintes características: a) o processo de ensino aprendizado é centrada na autoaprendizagem do discente (DOLABELA, 2008, p. 141); b) o mundo empresarial é apresentado como fonte essencial de conhecimento e aprendizagem (ibid, p.143); c) os conteúdos propostos estão relacionados com as fases de criação de uma empresa, são eles: criação, desenvolvimento e consolidação (DOLABELA, 2008, p. 144); d) a disseminação do empreendedorismo é vista mais como processo de formação de atitudes e características e menos como uma forma de transmissão de conhecimentos (ibid, p. 147); e) ênfase no aprender a aprender (DOLABELA, 2008, p. 153; f) professor como organizador, facilitador do processo de ensino e aprendizagem (DOLABELA, 2008, p. 149).

 Para além da relevância histórica das propostas de formação para o empreendedorismo apresentadas nesta seção, estas também, destacam-se, entre outras coisas, pela defesa de um processo de ensino e aprendizagem ancorado no aprendizado de competências. Aprendizado este, que como vimos ao longo deste capítulo, também, figurava entre as agendas dos organismos supranacionais. Porém, o que está implícito na formação para o empreendedorismo quando se trata do aprendizado de competências?

 Para responder a esta indagação, recorremos a Duarte (2000; 2001) que em defesa da psicologia vigotskiana faz duras críticas as tentativas de relacionar a produção intelectual de Vygotsky com as propostas educacionais amparadas no lema “aprender a aprender”. Para Duarte (2000), todo este ideário representado pelo lema “aprender a aprender” está relacionado com o avanço do pensamento neoliberal e de seu aliado o pós-modernismo. De acordo com o autor, as propostas pedagógicas ancoradas no “aprender a aprender” não são novas na educação brasileira e se materializaram em outros momentos da história da educação brasileira, a exemplo da Escola Nova e do construtivismo (DUARTE, 2001). Na contemporaneidade, a pedagogia das competências está incorporada nas pedagogias do “aprender a aprender”.

 O autor assinala que, as pedagogias do “aprender a aprender” apresentam algumas características em comum, quais sejam: a) as aprendizagens que o sujeito realiza sozinho, são mais importantes que as transmitidas por outros sujeitos. Neste sentido, aprender sozinho seria mais relevante que aprender com o outro (DUARTE, 2000 p. 34); b) é preferível que o sujeito desenvolva um método para a aquisição do conhecimento, em detrimento de aprender conhecimentos descobertos por outros. Assim, torna-se mais importante desenvolver um método científico do que o conhecimento científico já existente (DUARTE, 2000, p. 35); c) a atividade educativa deve ser norteada pelo interesse e necessidades do sujeito. Ou seja, é preciso que o motor do processo de aprendizagem esteja conectado a uma necessidade inerente ao sujeito (DUARTE, 2000, p. 40); d) a educação deve preparar os sujeitos para um mundo em constante mudança. O sujeito que não aprende a se atualizar está fadado a uma eterna defasagem de conhecimento (DUARTE, 2000, p. 41).

 As pedagogias do “aprender a aprender” são uma resposta ao momento atual do capitalismo, no qual frente aos constantes avanços tecnológicos o sujeito é sistematicamente convencido e obrigado a buscar conhecimento para vender a sua força de trabalho, ou seja, não seria atribuição da educação escolar formar sujeitos que sabem algo e sim, formar sujeitos predispostos a aprender qualquer coisa que garanta a sua inserção no mundo do trabalho (DUARTE, 2000, p. 156).

Diante do exposto, percebe-se que a formação para o empreendedorismo contida nas diferentes propostas apresentadas ao longo desta seção, está inserida no rol das pedagogias do “aprender a aprender” e refletem a necessidade do capitalismo contemporâneo de (con)formar os sujeitos adaptável as necessidades do mundo do trabalho e mais suscetíveis as estratégias de convencimento da classe dominante.

Essa compreensão é importante para que possamos analisar o significado da “universidade empreendedora”.

**CAPÍTULO III – A UNIVERSIDADE EMPREENDEDORA: para quê e a quem serve?**

O presente capítulo encontra-se estruturado em três seções. Na primeira, Concepções de formação para o empreendedorismo na ótica empresarial e governamental~~,~~ apresentamos como a formação para o empreendedorismo têm sido recomendada, no âmbito nacional, como estratégia de ascensão social e desenvolvimento econômico, principalmente, para os países da periferia do capitalismo. Na seção seguinte, O papel da Confederação Brasileira de Empresas Juniores, nos dedicamos a revelar as atribuições e o funcionamento da Brasil Júnior. Na terceira, As Empresas Juniores na Universidade Federal Fluminense, analisamos o processo de implantação das empresas juniores na UFF e suas as estratégias de obtenção do consenso em torno da formação de novos empreendedores.

**3.1 Concepções de formação para o empreendedorismo na ótica empresarial e governamental**

Como vimos até aqui, o avanço do empreendedorismo, em geral, e da formação para o empreendedorismo, em particular, têm relação com o profundo processo de mudanças nos planos socioeconômicos, culturais, políticos e educacionais que têm seu início por volta dos anos de 1970. A partir deste momento, em meio as contradições e disputas, o empreendedorismo adquire, objetiva e subjetivamente, um conjunto de significados e sentidos que permite reproduzi-lo por todas as esferas da vida, visando de maneira geral o atendimento aos interesses da classe dominante e de forma especifica os interesses do capital.

Neste contexto, cresce a atuação das frações burguesas na educação, em geral e na educação superior, em particular, e a defesa de um tipo de formação que reúne a simbologia, valores e interesses relacionados a questão do empreendedorismo ganha relevância e se torna consenso entre diferentes frações do estado integral. Em função disso, constata-se que a formação dos sujeitos em todos os níveis e modalidades da educação escolar brasileira vem sendo impregnada, cada vez mais, da ideologia do empreendedorismo, manifestando-se sobretudo na educação superior por mediação das empresas juniores.

No que se refere a última etapa da educação escolar prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394 de dezembro de 1996 (LDBEN), a educação superior, observa-se que com o aprofundamento da reforma universitária em curso desde a ascensão do neoliberalismo no país, o empreendedorismo passou de disciplina específica em alguns cursos de graduação, associados principalmente a área de administração, a conteúdo presente na grade curricular de diferentes cursos de graduação, abarcando não apenas o tripé ensino, pesquisa e extensão, mas também as atividades de cunho administrativo.

Trata-se de um fenômeno que se manifesta em diferentes espaços das Instituições de Educação Superior (IES) públicas e privadas brasileiras. Contudo, sabendo que é atribuída a universidade, entre outras coisas, uma formação profissional em diferentes setores (BRASIL, 1996), qual seria a contribuição da formação para o empreendedorismo na inclusão destes jovens no mundo do trabalho?

Como é sabido, a ideologia é transformada em dominante somente quando torna-se senso comum, forjado pelos meios de comunicação, informação e marketing. Não faltam políticas públicas, relatórios e posicionamentos de instituições e intelectuais singulares e orgânicos do capital defendendo a suposta pertinência da formação para o empreendedorismo em diversas nas diversas etapas da educação brasileira.

Vale salientar que a defesa deste modelo de formação pautada no empreendedorismo e na inovação não é uma exclusividade do Brasil. No contexto internacional, para citar um exemplo a nível de América Latina, em 2016 foi realizada na Colômbia a XXV Cúpula Ibero-Americana de chefes de Estado e Governo, com o tema principal “Juventude, empreendedorismo e educação”. O evento que é realizado a cada dois anos, reuniu os 22 países que integram a Conferência Ibero-Americana, entre eles o Brasil[[28]](#footnote-28). Na abertura da Cúpula o Presidente do país sede, Juan Manoel Santos, já daria o tom da proposta que seria defendida durante todo o encontro ao afirmar que

Queremos jovens com acesso a estudos, e não a quaisquer estudos, mas a uma educação de qualidade que lhes abra as portas do mercado de trabalho. Queremos jovens que possam encontrar empregos dignos e também jovens empreendedores, empresários e inovadores que liderem a nave do futuro. (SEGIB, 2017, p. 14)

 Conduzindo-se para os compromissos firmados pelos países participantes da Cúpula Ibero-Americana, no que tange a educação, chama a atenção a criação, com o apoio da Secretaria Geral Ibero-Americana (SEGIB), do “Observatório Ibero-Americano de Educação” com o objetivo de compartilhar práticas educativas relacionadas ao desenvolvimento de competências associadas ao empreendedorismo, visando a preparação dos jovens para os desafios do século XXI (ibidem, p. 107).

No Brasil, as propostas de formação para o empreendedorismo têm avançado por todas as esferas e níveis da educação escolar, na mesma proporção em que cresce a influência do empresariado brasileiro na educação pública. Para citar um exemplo recente desde avanço da formação para o empreendedorismo, em 2021, o Senado Federal aprovou o Projeto de Lei nº 2.944/2021 proposto pela senadora Kátia Abreu (Partido Progressista-TO) o qual altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº 9394/1996, tornando o ensino do empreendedorismo e inovação obrigatórios nos currículos da educação básica e superior. De acordo com a senadora,

[...] a educação brasileira ainda está centrada em pedagogias e metodologias relativamente dissociadas dos nossos desafios econômicos e sociais, a exigir, portanto, a discussão sobre empreendedorismo e inovação nas escolas e universidades. Nesse contexto, é de se informar que há farta literatura correlacionando empreendedorismo e desenvolvimento econômico, com impactos positivos na geração de emprego e renda. Igualmente, há estudos importantes ligando o empreendedorismo a melhores níveis de produtividade e inovação. (BRASIL, 2021)

O ensino do empreendedorismo, mesmo sem a obrigatoriedade que propõe o projeto da Senadora Kátia Abreu, já permeia os currículos da educação brasileira. Uma referência recente que embasa nossa afirmação é a Resolução nº 3, de 21 de novembro de 2018 do Conselho Nacional de Educação (CNE), que atualiza as diretrizes curriculares para o Ensino Médio. No documento anunciado, a formação para o empreendedorismo alcança status de eixo estruturante dos itinerários formativos presentes na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) da referida etapa da educação básica.

Independentemente de se tratar ainda de um Projeto de Lei, prontamente aprovado no Senado Federal e aguardando o tramite na Câmara do Deputados, a proposta da senadora, reconhecida representante do agronegócio brasileiro, junta-se a outros Projetos de Lei como o apresentado na Câmara Municipal do Rio de Janeiro pelos Vereadores Luciano Vieira (Partido Liberal – RJ) e Marcio Santos (PTB-RJ) que propõe a inclusão da disciplina de empreendedorismo na grade curricular da educação básica nas escolas da rede pública do município do Rio de Janeiro (Projeto de Lei nº 97/2021). Outro exemplo é o Projeto de Lei nº 3.992/2019 apresentado pelo Deputado Juninho do Pneu (União Brasil – RJ) propõe modificar o artigo nº 26 da Lei de Diretrizes e Bases Da Educação Nacional para tornar o empreendedorismo disciplina obrigatória no currículo escolar.

O Projeto de Lei nº 2.944/2021 também se alinha as políticas públicas nacionais, a exemplo o Ministério da Educação (MEC), que desenvolve em parceira com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) o programa educação empreendedora voltado para a formação de para professores da Educação Básica e da Educação Profissional e Tecnológica com o objetivo de trabalhar as competências empreendedoras previstas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Em comum, todos estes exemplos legitimam um modelo de formação para os jovens no qual a educação, neste caso mediada pelo empreendedorismo e a inovação, é apresentada como um dos vetores indispensáveis para o desenvolvimento econômico e, consequentemente, para a superação da pobreza e desigualdades. Com isso, atribui-se a educação, em geral, e a educação superior, em particular, o *status* de mercadorias necessárias ao processo de valorização do capital.

É possível perceber uma sintonia entre as iniciativas relacionadas a formação para o empreendedorismo, apresentadas até aqui, e as agendas dos organismos supranacionais analisadas no segundo capítulo. O que demostra como o desenvolvimento de políticas públicas no contexto nacional em particular têm sido influenciadas, apesar de adquirirem diferentes formas, por uma concepção instrumental e utilitarista que se sustenta na defesa de um vínculo direto entre educação e desenvolvimento. Este fenômeno, ilustrados nos exemplos acima, contudo, não limitados apenas a eles, emerge de uma complexa ação de classe, materializada nos projetos capitaneados por organismos supranacionais, aparelhos hegemônicos, partidos e grupos de intelectuais orgânicos e cosmopolitas. Estes compõem um conjunto orgânico que se move tendo em vista à construção e manutenção de uma concepção que vai ao encontro de seus interesses e que tem na ideologia do neoliberalismo a sua fundamentação.

3.1.1 A promoção da formação para o empreendedorismo na América Latina e no Brasil

 Quando olhamos para um contexto mais regional, a América Latina em particular, encontramos a mesma perspectiva presentes nos relatórios dos organismos supranacionais analisados no capítulo II. Tal afirmação fica evidente ao examinarmos o estudo patrocinado pela Secretaria Geral Ibero-Americana (SEGIB) e realizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) da Organização das Nações Unidas (ONU) em parceria com a Organização Internacional do Trabalho (OIT). A ideia central defendida ao longo do estudo é a de conceber a educação como instrumento de desenvolvimento econômico e ascensão social. Publicado no ano de 2016 e denominado “Promoção do empreendedorismo e da inovação social juvenil na América Latina”, o estudo apresenta como objetivo principal identificar mecanismos existentes e inovadores e torná-los visíveis para os formuladores das políticas de promoção do empreendedorismo e da inovação social juvenil. (PNUD & OIT, 2016, p. 6)

 De acordo com o texto, por causa dos avanços tecnológicos e do desemprego crescente principalmente para a faixa etária entre 15 e 29 anos, torna-se essencial “repensar as metodologias de ensino e formação profissional, e dar ênfase no desenvolvimento, não só nas habilidades técnicas, mas também as socioemocionais.” (PNUD & OIT, 2016, p. 5)

Diante desta realidade, cria-se a seguinte questão: como contribuir para a inserção deste público no mundo do trabalho? A solução indicada pelo estudo passaria pelo setor privado, apresentado na forma de empresas, nos empregos por conta própria, nas empresas sociais e cooperativas (ibidem). Estas, além de garantir a inserção dos jovens empreendedores no mundo do trabalho poderiam gerar empregos para mais trabalhadores nas regiões onde estiverem inseridas (ibidem).

O Relatório, ao analisar as atividades dos jovens empreendedores na América Latina, apresenta preocupação marcante em dividir o trabalho dos sujeitos empreendedores de acordo com os recursos financeiros, sociais, entre outros. Nos interessa para fins deste estudo, destacar o impacto dos diferentes níveis de educação escolar dos sujeitos na atividade empreendedora, qual seja, a capacidade de criação de postos de trabalho. Para o Relatório, o empreendedorismo dos jovens com baixos níveis de educação tendem a se relacionar com uma situação de informalidade, precariedade do mundo do trabalho e autoemprego. Já os jovens com maiores níveis de educação estariam mais inclinados a criação de novos postos de trabalho (ibidem, p. 7).

Ademais, no que diz respeito à educação, apresenta-se no Relatório os princípios presentes nas agendas dos organismos supranacionais e que deveriam ser reproduzidas nas propostas de formação para o empreendedorismo, quais sejam: a) o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, além de cognitivas e técnicas (ibidem, p. 38); b) a vivência de experiências concretas, do aprender fazendo (ibidem, p. 41); c) a figura do orientador (ibidem, p. 40); d) o fomento a inovação (ibidem, p. 10); e) a criação de um ambiente favorável ao empreendedorismo (ibidem, p. 44).

 Deslocando-se agora para um contexto ainda mais específico, em 2018, o Banco Mundial publicou um relatório exclusivo para o Brasil denominado “Competência e emprego: uma agenda para juventude”. Na publicação o Banco Mundial se concentra na qualificação dos trabalhadores brasileiros, especificamente, os jovens. O Relatório resgata a categoria “capital humano” para defender um determinado modelo de formação dos trabalhadores frente as contrarreformas sugeridas para país. Em suma, caberia, também, aos trabalhadores a formação profissional para a inserção nos postos de trabalhos. “Um determinante crítico do potencial de produtividade do trabalho de qualquer país e, em última instância, de seu desenvolvimento econômico, é o seu capital humano –a força de trabalho e suas competências” (BANCO MUNDIAL, 2018, p. 6)

Os membros do Banco Mundial partem da premissa que diante do avanço demográfico vivenciado pelo país nos últimos anos, o desafio que se coloca para o futuro será tornar o mundo do trabalho mais competitivo e eficiente. Para isso, defende-se a combinação do capital, mão de obra e competências em setores centrais da economia, para se reverter o quadro atual de estagnação da produtividade, mudanças tecnológicas e envelhecimento da mão de obra do país (ibidem, p. 7).

 Outrossim, no que diz respeito à produtividade do Brasil, esta será cada vez mais impactada pelos jovens entre 15 e 29 anos. Posto isso, faz- se necessário que o Brasil adote um conjunto de contrarreformas com vistas a promover o desenvolvimento de competências na juventude para integrá-los plenamente na economia. Observa-se que o Relatório preserva o forte viés defendido nas publicações anteriormente analisadas e comentadas no capítulo II, qual seja, a relação entre educação e desenvolvimento econômico.

Se a educação básica e o sistema de desenvolvimento de competências estiverem preparados para atender às demandas dos empregadores, os jovens terão maior chance de acompanhar as mudanças e atendê-las. Assim como o envelhecimento da população, isso transfere o peso da urgência da agenda jovem do objetivo de inclusão social para o da produtividade e do crescimento econômico (BANCO MUNDIAL, 2018, p. 9).

Igualmente, constata-se a ênfase dada por organismos supranacionais ao capital humano, apresentado como a “nova riqueza das nações”. Contudo, evidencia-se que não basta só a nação, neste caso o Brasil, possuir níveis elevados de capital humano torna-se necessário um mundo do trabalho cada vez mais competitivo para que este recurso se transforme em um quesito, em último caso, determinante para o desenvolvimento econômico.

 Por esta razão, espera-se que educação, responda aos altos gastos realizados pelo país e desenvolva competências com intenção de preparar os sujeitos para um mundo trabalho que se apresenta cada vez mais dinâmico frente a inovação e o avanço tecnológico.

Essa importante transformação do mercado de trabalho, que está moldando o futuro do trabalho no país, lança novos desafios à educação e ao sistema de desenvolvimento de competências do Brasil; define novas prioridades para esses sistemas, que devem estar centrados em novas competências, bem como em competência digitais, para dar maior apoio à empregabilidade e à produtividade do trabalho por meio de maior adoção e uso de tecnologia digital. (BANCO MUNDIAL, 2018, p. 9)

E quais seriam as competências necessárias aos jovens brasileiros na direção de garantir sua inserção e posteriormente permanência no mundo do trabalho? Que competências devem ser adquiridas pelos jovens para se tornarem cada vez mais competitivos e produtivos? De acordo com o relatório deve-se priorizar três tipos de competências que podem ser apreendidas durante toda a vida, são elas: cognitivas, técnicas e socioculturais (ibidem). Em resumo, correspondem respectivamente, o que se deve aprender a conhecer; aprender a fazer e aprender a ser e conviver. Para os membros do Banco Mundial, o empreendedorismo e a inovação estariam inseridos nas competências técnicas.

As competências técnicas são o conhecimento e a experiência necessários para realizar uma tarefa. Podem ser bastante específicas e incluir o domínio de temas e de certos materiais ou tecnologias. As competências técnicas muitas vezes são aprendidas depois das cognitivas e socioemocionais em anos posteriores de escolaridade básica, tais como ensino médio, escola técnica ou educação terciária. (ibidem, p. 10)

 Ao analisar o mundo trabalho no Brasil, os membros do Banco Mundial reconhecem que o trabalho informal é uma realidade para os brasileiros mais jovens, essa é a maneira pela qual estes jovens são inseridos no mundo do trabalho. Contudo, expressa-se no relatório que isso não representaria necessariamente um problema, visto que, o trabalho informal pode ser um importante espaço de aprendizagem e desenvolvimento das competências técnicas.

Na medida em que esses períodos de emprego informal proporcionam plataformas em que os jovens podem adquirir experiência de trabalho e competências técnicas, e servem de ‘degraus’ para empregos posteriores, com mais alta remuneração e mais oportunidades, há pouco motivo de preocupação. (ibidem, 2018, p. 23)

 Por isso, desde que os mais jovens tenham acesso à educação e oportunidades de desenvolvimento das competências técnicas, a questão do trabalho informal, para os membros do Banco mundial, não prejudicará o seu acesso ao trabalho formal.

 Como citado anteriormente, a permeabilidade das recomendações oriundas das recomendações dos organismos supranacionais não se dá exclusivamente de forma direta e coercitiva. Ao contrário, torna-se necessária a atuação política e ideológica de uma complexa rede no contexto nacional, composta por partidos, entidades de classe representativas do patronato, intelectuais individuais e coletivos, como a CNI e IEL, cujas análises e publicações vão ao encontro das recomendações dos organismos supranacionais.

3.1.2 A formação para o empreendedorismo na perspectiva empresarial e governamental

 A Confederação Nacional da Industria (CNI), representante da burguesia industrial brasileira, tem atuado, via Instituto Evaldo Lodi (IEL), para a difusão do empreendedorismo em todo o território nacional. Como registrado no relatório de 40 anos de atividade do IEL.

Em 1998, em parceria com o Sebrae, o IEL lançou a Rede de Ensino Universitário de Empreendorismo (Reune), com o objetivo de criar uma cultura empreendedora em universidades de todo o país. Entre 1998 e 2002 foram capacitados 1.071 professores universitários e o empreendedorismo passou a integrar a grade curricular de 76 cursos de 213 instituições de ensino superior em 22 estados brasileiros. Os resultados do programa foram divulgados no III Encontro de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas, realizado em novembro de 2003, em Brasília. O convênio foi concluído em 2005. (IEL, 2009, p. 55)

Ademais, no que diz respeito ao desenvolvimento do empreendedorismo, de acordo com o relatório, entre os anos de 1995-2002 o IEL implantou a disciplina empreendedorismo e programas extracurriculares relacionados a este conteúdo em 26 universidades. Além disso, apoiaram 44 incubadoras de empresas que no período descrito incubaram aproximadamente 322 empresas. Não por acaso, o IEL é reconhecido como uma das instituições que desenvolveu uma profunda visão a respeito do empreendedorismo no país (DOLABELA, 2008, p. 11).

No ano de 2005 a CNI publicou o seu “Mapa estratégico da Industria 2007-2015”, apresentando a visão da indústria sobre o desenvolvimento do setor e do país para os próximos anos. O Mapa reúne “as prioridades estratégicas e as bases necessárias ao desenvolvimento de uma indústria forte, dinâmica e com participação expressiva no comércio internacional” (CNI, 2005, p. 11). Para isso, de acordo com a CNI, a indústria brasileira deve estar preparada para responder a dois desafios, quais sejam, a) a globalização; b) às mudanças de organização da produção.

Na seção que apresenta a visão dos industriais para a educação, encontramos a menção de uma estreita relação entre educação e produtividade. Para os industriais brasileiros,

É imprescindível prover um ambiente de geração e disseminação de conhecimentos em grande escala, fundado no acesso amplo às tecnologias de informação, no desenvolvimento de competências profissionais e humanas adequadas às necessidades do setor produtivo e no fomento ao empreendedorismo e criatividade (CNI, 2005, p. 31)

O fim da educação estaria no fato de prover o desenvolvimento de empresas e de uma economia competitiva. O que só seria possível com uma educação básica de qualidade. E que tipo de educação básica seria esta? Para os industriais significa uma educação básica que garanta o aumento do estoque de capital humano. Este incremento incidiria diretamente na produtividade, qualidade e inovação das empresas (ibid, p. 32).

Ao tratar da educação superior, reafirma-se o posicionamento dos organismos supranacionais, quais sejam, a) reprodução do ideário da Teoria do Capital Humano; b) ênfase no ensino de competências; c) participação do setor privado; d) fomento a inovação.

No que diz respeito a formação para o empreendedorismo, na visão dos industriais, reconhece-se o empreendedorismo como uma habilidade que necessita ser apreendida, para alcanças este proposito se faz necessária a inserção dos sujeitos em “processos educativos capazes de formar profissionais para empreender e inovar” (CNI, 2005, p.34). Constatamos no documento a defesa de uma reciprocidade entre empreendedorismo e a inovação e necessidade de se propagar mediada pela educação uma suposta cultura empreendedora para crianças, jovens e adultos.

Promover a cultura empreendedora na educação significa desenvolver valores para criar a prática de comportamentos individuais na busca de soluções e iniciativas na gestão do próprio negócio, na participação e organização das formas de geração de renda e emprego e na condição de cidadão ativo, como empreendedor social. (CNI, 2005, p. 34)

 O objetivo propagado do empreendedorismo, na perspectiva dos industriais, seria o de garantir o sucesso individual e coletivo. Acontece que o objetivo propagado ancorado em um ideário no qual o fim da educação, encontra-se no incentivo a ascensão social e o desenvolvimento econômico. Esconde, no caso dos industriais, o seu objetivo real, qual seja, transformar o Brasil em uma economia competitiva (RODRIGUES, 2007, p. 12).

A segunda concepção empresarial da formação para o empreendedorismo que iremos nos dedicar nesta seção é a defendida pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). No Brasil, o Sebrae é um dos grandes responsáveis pela organização de desenvolvimento do empreendedorismo, em geral, e da formação para o empreendedorismo, em particular. Atualmente, a instituição desenvolve uma parceria com a ONU em que é a responsável no país pelo programa de formação de empreendedores (Empretec[[29]](#footnote-29)).

O Sebrae é uma entidade civil sem fins lucrativos que tem por objetivo promover a competitividade e o desenvolvimento sustentável dos empreendimentos de micro e pequenas empresas brasileiras. Outrossim, realiza parcerias com instituições públicas e privadas para a oferta de cursos, seminários, consultoria e assistência técnica. Em geral, estas parcerias têm como finalidade principal a propagação do empreendedorismo e ou da formação empreendedora.

A missão do Sebrae é fomentar o empreendedorismo e contribuir para a construção de uma cultura empreendedora no país por meio do desenvolvimento de competências que permitam aos indivíduos mobilizar conhecimento/saberes, atitudes e habilidades/procedimentos para uma ação protagonista e que gere valor - para si e para a sociedade, em diferentes situações – pessoal, profissional ou social. Assim, a instituição distancia-se do ensino fundamentado em conteúdos disciplinares para centrar-se no processo de aprendizagem da pessoa e do profissional, ao mesmo tempo em que propicia a sua atuação consciente e responsável na sociedade como agente de mudança. (SEBRAE, 2020a, p. 5)

 De acordo com o Sebrae, a educação empreendedora é aquela que prepara os sujeitos para sejam capazes de responder às necessidades e às situações presentes, além de prever o que deve fazer para atender às necessidades e às situações futuras (SEBRAE, 2020b, p.104). Para isso, é de inteira reponsabilidade do sujeito diante de uma determinada situação problema decidir quais os conhecimentos e habilidades necessários para resolvê-la.

[...]a Educação Empreendedora visa desenvolver a pessoa como agente de mudança por meio de processos de aprendizagem pessoal e profissional, para que atue consciente e responsavelmente na sociedade. A Educação Empreendedora visa desenvolver competências de naturezas cognitiva, atitudinal e operacional, que permitam aos indivíduos mobilizar conhecimento/saberes, atitudes e habilidades/procedimentos para um desempenho satisfatório em diferentes situações – pessoais, profissionais ou sociais. (ibid)

Perante o exposto, nos interessa, entre o vasto acervo produzido e divulgado pelo Sebrae a respeito do tema, um conjunto de notas técnicas publicadas no ano de 2020, quatro no total, contemplando os seguintes assuntos: Nota 1, as referências nacionais e mundiais para o ensino do empreendedorismo; Nota 2, as competências empreendedoras de acordo com a Comissão Europeia; Nota 3, competências empreendedoras e BNCC; Nota 4, as experiências do sistema Sebrae na utilização das competências empreendedoras. Segundo os Sebrae o objetivo que justifica a publicação das notas é o de orientar e fundamentar a incorporação do empreendedorismo no currículo escolar.

O Sebrae consolidou um conjunto de documentos para contribuir com a discussão no ecossistema de educação sobre a importância de proporcionar aos estudantes e professores ferramentas para o desenvolvimento de competências empreendedoras de maneira transversal no currículo escolar. Com a inserção da dimensão socioemocional na Base Nacional Comum Curricular, dentre as competências a serem trabalhadas nos espaços de aprendizagem, percebe-se que há cada vez mais a necessidade de fundamentação teórica que instrumentalize professores e gestores escolares na tradução de conceitos em práticas diárias junto aos estudantes e corpo docente. Sendo as competências empreendedoras importantes aliadas nesse objetivo. (SEBRAE, 2020c, p. 4)

Em consonância com as agendas propostas pelos organismos supranacionais, e já analisadas neste estudo, porém não limitado a elas, o Sebrae patrocina uma forma de educação, materializada na educação empreendedora, com ênfase no desenvolvimento de competências e baseada no modelo da Comissão Europeia, o *Entrecomp*. De acordo com o Sebrae, o modelo Europeu adotado propõe o aperfeiçoamento de um conjunto de competências tidas como aprendizagens essenciais. Ainda de acordo com o Sebrae, a escolha deste conjunto de competências se justifica por seu potencial de interferir de maneira positiva no futuro dos sujeitos. Não por acaso, a BNCC, fundamentada na perspectiva das pedagogias das competências, torna-se uma referência constantemente citada e defendida ao longo das notas elaboradas pelo Sebrae. Além da ênfase no ensino de competências, a importância atribuída a BNCC pelo Sebrae se dá pela sua importância na orientação e elaboração dos currículos da educação básica de todo o país. Ademais, como já apresentamos ao longo deste estudo, a BNCC institui o empreendedorismo como um de seus itinerários formativos. Com isso, a BNCC amplia o espaço para que o modelo de formação sustentado no empreendedorismo seja difundido por toda a educação básica (SEBRAE, 2020d, p. 6).

 A partir de agora daremos mais ênfase na nota técnica de número 4, por encontramos no documento citato o interessante resumo do modelo de formação para o empreendedorismo voltado para a educação superior proposto pelo Sebrae.

Nessa quarta Nota Técnica serão apresentados como o Sebrae do Rio Grande do Sul e a Faculdade Sebrae estão utilizando o modelo do Entrecomp na formulação de suas estratégias e ações junto ao público, tanto de professores quanto de estudantes, no intuito de demonstrar como essas competências podem ser desenvolvidas no âmbito educacional. (SEBRAE, 2020e, p. 6)

 Logo no início da referida nota técnica, o Sebrae reforça a importância dos professores para o sucesso do seu modelo de formação para o empreendedorismo. Da mesma forma, expõe o conjunto de atributos necessários ao professor e como se dará a sua atuação dentro da proposta. Aos professores compete empreender com a finalidade de educar a empreender.

Professores inovadores, engajados, reconhecidos e próximos dos estudantes têm o poder de gerar impactos positivos e permanentes em todo o sistema educacional. Na busca por promover uma educação realmente transformadora, centrada no aluno e no desenvolvimento de soluções relevantes para a sociedade, eles devem assumir uma postura empreendedora dentro e fora da sala de aula, e por isso temos que pensar em metodologias e ferramentas que possam ser ensinadas e aprendidas pelos educadores, para que estes multipliquem o conhecimento no seu espaço de aprendizagem. (ibid, p. 7)

 Para tal fim, defende-se que os docentes envolvidos com os cursos superiores oferecidos pelo Sebrae detenham formação acadêmica adequada, conhecimento em pesquisa e experiencia em empreender. Ao professor cabe o papel de facilitador da aprendizagem. Contudo, como se daria o trabalho docente na visão do Sebrae? Esta resposta pode ser encontrada em outra publicação do ano de 2020 do Sebrae denominada, “Termo de referência em educação empreendedora”. O documento apresenta “a visão da instituição ao longo desse tempo de estudo, de disseminação e práticas da Educação Empreendedora no nosso país.” (SEBRAE, 2020b, p. 5). Especificamente no que diz respeito ao trabalho docente na formação para o empreendedorismo caberia aos professores envolvidos:

1 Estimular os alunos a contar e a construir histórias empreendedoras motivadas pela própria vida e pelos contextos, para aguçar a atitude de descoberta de oportunidades.

2 Motivar os alunos a perceber e a pensar sobre os problemas do local onde vivem, seu país, a sociedade e o mundo, sensibilizando-os para as divergências e as insatisfações e desafiando-os a criar valor na sua vida cotidiana.

3 Trabalhar em times interdisciplinares, o que amplia o leque de experiências e de percepção de oportunidades e favorece a aprendizagem de como trabalhar com mais eficácia.

4 Provocar/convidar os alunos a se projetarem no futuro como empreendedores, de modo a desenvolver a autoimagem e identidades mais empreendedoras. (ibid, p. 133)

 No que diz respeito a formação em si, observa-se a já mencionada ênfase no desenvolvimento de competências indo ao encontro das recomendações dos organismos supranacionais, “o desenvolvimento e a inclusão dessas competências no trabalho têm sido estudados e defendidos por inúmeras organizações que fomentam o desenvolvimento econômico e social” (SEBRAE, 2020b, p. 16). Ainda no que diz respeito ao empreendedorismo, recomenda-se que além da obrigatoriedade de pelo menos uma disciplina obrigatória relacionada ao tema por semestre que os alunos participem de atividades transversais orientadas por este conteúdo em todas as disciplinas e atividades dos cursos oferecidos.

 Partindo agora para a concepção de formação para o empreendedorismo na ótica governamental, analisaremos a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), porque como já indicamos no início deste capítulo, é a partir da implementação da BNCC que o empreendedorismo torna-se conteúdo obrigatório nos currículos da educação básica brasileira, especificamente, no ensino médio.

Na BNCC o ensino e aprendizagem do empreendedorismo está associado ao desenvolvimento da “[...] criatividade, inovação, organização, planejamento, responsabilidade, liderança, colaboração, visão de futuro, assunção de riscos, resiliência e curiosidade científica, entre outros” (BRASIL, 2018, p. 466). Desta forma, defende-se que a formação para o empreendedorismo seria capaz de aprimorar uma série de competências necessárias não só para uma futura inserção no mercado de trabalho, mas sobretudo, para que o sujeito continue investindo em seu aprimoramento ao longo de toda a sua vida. Alinhando-se assim, a toda uma ideologia imediatista e oportunista que credita no investimento em capital humano a ascensão social dos sujeitos.

 O empreendedorismo desponta como um dos eixos estruturantes dos presentes nos itinerários formativos. Na concepção defendida pela BNCC (ibid, p. 478), os itinerários devem garantir a apropriação de procedimentos cognitivos e o uso de metodologias que favoreçam o protagonismo juvenil. Nesta perspectiva, o empreendedorismo como um dos eixos estruturantes dos itinerários formativos, “supõe a mobilização de conhecimentos de diferentes áreas para a formação de organizações com variadas missões voltadas ao desenvolvimento de produtos ou prestação de serviços inovadores com o uso das tecnologias (ibid, p. 479). Com isso, percebe-se que na concepção defendida pela BNCC o Estado torna-se o fornecedor qualificado da mercadoria-educação.

 Diante de tal concepções a respeito do empreendedorismo e da formação para o empreendedorismo, partiremos agora para as empresas juniores na apresentação e análises presentes na próxima seção.

**3.2 O papel da Confederação Brasileira de Empresas Juniores**

A Confederação Brasileira de Empresas Juniores - Brasil Júnior foi criada no ano de 2003 é a instituição da sociedade civil responsável por representar as empresas juniores em território nacional. Em cada estado brasileiro existe uma Federação de empresas juniores e todas são associadas a Brasil Júnior. Compete a Confederação representar e organizar os interesses das empresas juniores a nível nacional e internacional, junto os setores públicos e privados. A Brasil Júnior é uma pessoa jurídica de direito privado, associação civil, sem fins econômicos, com sede e foro na cidade de Brasília, Distrito Federal.

Tabela 1 – Federação que compõem a Brasil Júnior

|  |  |
| --- | --- |
| Federação | Unidade Federativa |
| FEMTEJ | Mato Grosso |
| ACRE JÚNIOR | Acre |
| GOIAS JÚNIOR | Goias |
| BARE FÚNIOR | Amazonas |
| JUNIORES | Espírito Santo |
| CONCENTRO | Distrito Federal |
| MARANHÃO JÚNIOR | Maranhão |
| FEJEA | Alagoas |
| PARÁ JÚNIOR | Pará |
| FEJEAP | Amapá |
| PB JÚNIOR | Paraíba |
| FEJECE | Ceará |
| PIAUÍ JÚNIOR | Piauí |
| FEJEMG | Minas Gerais |
| RIO JÚNIOR | Rio de Janeiro |
| FEJEMS | Mato Grosso do Sul |
| RN JÚNIOR | Rio Grande do Norte |
| FEJEPAR | Paraná |
| RORAIMA JÚNIOR | Roraima |
| FEJEPE | Pernambuco |
| SERJÚNIOR | Sergipe |
| FEJERO | Rondônia |
| TOJUNIOR | Tocantins |
| FEJERES | Rio Grande do Sul |
| UNIJR-BA | Bahia |
| FEJESC | Santa Catarina |
| FEJESP | São Paulo |

Fonte: Elaborada pelo autor (2022)

A Brasil Júnior é composta por representantes de cada uma das empresas juniores confederadas, para se tornar confederada uma empresa júnior deve pagar uma taxa trimestral a Brasil Júnior. Estes representantes são organizados nas seguintes áreas: a) Assembleia Geral, responsável pela eleição de diretores e pelo controle estatutário; b) Conselho Estratégico, desenvolve e controla o planejamento das ações realizadas pela Brasil Júnior; c) Diretória Executiva, responsável pela execução do planejamento estratégico e consecução dos objetivos, missão e visão da Brasil Júnior (BRASIL JÚNIOR, 2004).

 A estratégia da Brasil Junior para estimular a implantação das empresas juniores e o seu modelo de formação nas IES é o movimento empresa Júnior (MEJ). A tarefa do MEJ é alinhar as ações realizadas pelas empresas juniores, Federações e a Brasil Júnior (BRASIL JÚNIOR, 2015). O propósito que norteia as ações realizadas pelo MEJ é o de tornar o Brasil um país empreendedor, supostamente, mais competitivo, meritocrático e comprometido com uma formação embasada na pedagogia do “aprender a aprender” (ibid, p. 13). A contribuição das empresas juniores na construção deste modelo de país seria incorporar a cultura empreendedora IES públicas e privadas. Para a Brasil Junior, o empreendedorismo representa um grande avanço na construção de um novo Brasil, acelerando o crescimento econômico, diminuindo as desigualdades e os anseios socioeconômicos.

Para avançar em sua proposta de construção de um “Brasil empreendedor” a Brasil Junior conta com parceiros “mantenedores” que durante o ano realizam pagamentos para a Confederação. Entre as empresas mantenedoras estão a Ambev, Pirelli, Raizen, Sicoob, Kraft Heinz, Falconi e Bradesco. No ano de 2020, a Brasil Júnior arrecadou um total de R$892.557,35, deste total, apenas R$65.861,95 relacionados os pagamentos dos seus confederados.

 A Brasil Júnior também é a responsável por elaborar e publicar o Ranking das Universidades Empreendedoras. Lançado em 2016, o Ranking está, atualmente, em sua 3ª edição (2016/2017/2019). O documento é patrocinado pelo Bradesco e tem entre os seus apoiadores, a Associação Nacional das Universidades Particulares, a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial, a Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação industrial, a Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos inovadores, a Movile (empresa especialista em finanças, gestão, cultura e inovação), entre outras. Para a Brasil Júnior as Universidades Empreendedores são aquelas em que a comunidade acadêmica está inserida em um ambiente que desenvolve a sociedade por meio de práticas inovadoras. O Ranking classifica as Universidades, mais empreendedoras ou menos empreendedoras, de acordo com seguintes fatores: extensão, inovação, cultura empreendedora, internalização, infraestrutura e capital financeiro.

 Diante do exposto, a Brasil Junior e suas federações se apresentam como importantes aparelhos hegemônicos, no seio das universidades, com a função de massificar e de capilarizar a ideologia do empreendedorismo.

**3.3 As Empresas Juniores na Universidade Federal Fluminense**

Quem frequenta as Instituições de Educação Superior (IES) brasileiras muitas das vezes desconhece a existência das empresas juniores. Quando descobrem, é comum não se interessarem imediatamente, por isso, levam algum tempo para perceber o que está contido na iniciativa e a real amplitude que a proposta de formação para o empreendedorismo das empresas juniores alcançou nos últimos anos. Atualmente, existem aproximadamente 1332 empresas juniores estabelecidas em 254 IES e espalhadas por todo o Brasil. No ano de 2020 as empresas juniores movimentaram cerca de 49 milhões de reais. Um número expressivo se considerarmos que empresas são formadas e geridas por discentes e que, na maioria das vezes, realizam suas atividades em pequenas salas cedidas pela coordenação do curso de graduação em que estão matriculados. Entretanto, os valores movimentados pelas empresas juniores se tornam ainda mais expressivos, uma vez que, representam o direcionamento das funções realizadas pelas IES públicas para o atendimento de interesses privados. Todo o conhecimento e inovação produzido por estes discentes no e pelo trabalho são inseridos em um dinâmica que visa aproximação com o setor empresarial.

 Anualmente, passam pela formação oferecida pelas empresas juniores no interior das IES, aproximadamente 20 mil discentes. Contudo, faz-se necessário salientar que estas empresas representam apenas uma das formas no interior das IES, especificamente as públicas, dos discentes avançarem em sua formação para o empreendedorismo, isto porque, como veremos mais adiante, os cursos de graduação com empresas juniores, em sua maioria, já contam com a disciplina de empreendedorismo nas grades dos cursos. Por isso, pode-se afirmar que as vivências proporcionadas nas disciplinas de empreendedorismo fornecem toda ideologia que acaba por culminar na implantação de uma empresa júnior em um determinado momento no curso de graduação.

 Nesse contexto, as empresas juniores se apresentam como importantes aparelhos hegemônicos responsáveis pela capilarização da ideologia da responsabilidade social.

3.3.1 A institucionalização do empreendedorismo na Universidade Federal Fluminense

 Como dissemos anteriormente, as empresas juniores representam apenas uma das diversas iniciativas disponíveis nas IES públicas brasileiras com o objetivo oferecer aos sujeitos uma formação para o empreendedorismo alinhada com as recomendações dos organismos supranacionais para os países da periferia do sistema capitalista. Voltando-se especificamente para a Universidade Federal Fluminense (UFF), percebemos que as empresas juniores se inserem em um conjunto de atividades direcionadas à formação e disseminação do empreendedorismo. Este conjunto, que atravessa os cursos de graduação e pós-graduação, é composto por disciplinas obrigatórias e eletivas, atividades de extensão, incubadoras de empresa, entre outras iniciativas. Em comum, estas iniciativas apresentam como princípio fundamental a ideia de promoção da interação entre governo, universidade e empresa, a chamada hélice tríplice.

À vista do exposto, para avançarmos no entendimento de como se dá o avanço da cooperação universidade empresa em geral e a questão do empreendedorismo em particular no interior da UFF precisamos visitar uma série de documentos institucionais, os quais traremos a luz a partir de agora.

Iniciaremos nosso percurso pelo Estatuto e Regimento Geral da Universidade Federal Fluminense. O documento foi publicado no Diário Oficial da União no ano de 1983, ou seja, cinco anos antes da fundação da primeira empresa júnior brasileira, contudo, já ali encontramos o germe para o desenvolvimento de iniciativas nos mesmos moldes das empresas juniores e das incubadoras de empresas, qual seja, a possibilidade de interação entre universidade e o setor empresarial. Conforme encontramos expresso no artigo 2º que apresenta as finalidades atribuídas à UFF. Especificamente no inciso V que faz menção direta a esta aproximação entre a universidade e o setor empresarial, “cooperar com as entidades públicas e privadas na realização de trabalhos de pesquisa e serviços técnico-profissionais, visando ao desenvolvimento fluminense.” (UFF, 1983, p. 3)

Verificamos que o princípio estatutário, sob as mediações político-ideológicas que emergiram nos mais recente, revela-se no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFF, aprovado em 2018 e com vigência até o ano de 2022. Percebemos que a interação entre universidade e o setor empresarial encontra no fomento ao empreendedorismo e inovação seu lócus privilegiado. Não por acaso, o documento relaciona entre os princípios básicos da pesquisa e do ensino de pós-graduação, o desenvolvimento de políticas de empreendedorismo e inovação e a formação de profissionais com visão gerencial e empreendedora, que possam intervir de modo criativo e inovador em sua área de atuação (UFF, 2018a, p.37). Outrossim, não nos surpreende que o PDI inclua entre suas ações estratégicas para consolidação de sua política de inovação, a perspectiva de incubação e graduação de ao menos 30 empresas na universidade, além da expansão da Agência de Inovação da Universidade Federal Fluminense (AGIR) (UFF, 2018, p. 18). Importante destacar que apesar das ações da AGIR estarem direcionadas para a incubação de empresas, a agência também desenvolve ações relacionadas com as empresas juniores, como veremos ainda nesta seção.

 Assim como o Estatuto e o Regimento Geral da Universidade Federal Fluminense o PDI, também não se refere diretamente as empresas juniores, porém, ao tratar da relação entre a universidade e a sociedade, mais uma vez faz a defesa da aproximação entre o setor empresarial e a universidade, que é a essência das empresas juniores e das incubadoras de empresas.

A interação com a sociedade é um fator determinante para o sucesso de projetos de pesquisa comprometidos com o crescimento da nação. Assim, será incentivada a criação de parcerias com setores públicos e privados, com organizações sociais e com classes trabalhadoras de forma a aproximar a pesquisa de questões-chave dos vários seguimentos da sociedade. Isso implica no incentivo à formalização de parcerias e interação com grandes e pequenas empresas, estatais e privadas de vários setores, organizações e movimentos sociais, de forma a contribuir com o desenvolvimento social, tecnológico e econômico. Em outras palavras, fortalecer a interação de projetos de pesquisa com ações extensionistas. No que concerne ao papel da interação da pós-graduação com a sociedade, os cursos de pós-graduação profissionais têm muita importância e a pesquisa que agregue a participação de programas acadêmicos e profissionais será incentivada. (UFF, 2018, p. 39)

 Ao tratar o empreendedorismo e a inovação, o PDI reforça a necessidade de interação entre a universidade e o setor empresarial, como forma de retorno da universidade para a sociedade. Só assim, ela estaria cumprindo a sua função social, qual seja,

O ensino superior precisa estar inserido em qualquer plano de crescimento econômico e social do Brasil com a concepção sustentável e inovadora. Portanto, a Universidade Federal Fluminense deve adotar a inovação no contexto de ideias e invenções, não só visando a exploração econômica dos conhecimentos científicos gerados pelas suas inúmeras linhas de pesquisas, mas criando novos modelos de negócio, novos processos e métodos organizacionais. (UFF, 2018, p. 42)

Algo semelhante é reapresentado na Resolução nº 189/2020 que trata política de inovação da universidade frente ao novo marco legal da ciência, tecnologia e inovação materializado no Decreto nº 9.283 de 7 de fevereiro de 2018. Todo o documento é organizado tomando como referência uma IES impactada pela tendência dominante na educação e, consequentemente, na educação superior, de atendimento aos anseios do setor privado. Tal afirmação, fica clara ao analisarmos os objetivos propostos para a política de inovação da UFF, como explicito no Art.2º, inciso I:

Induzir e ampliar o compartilhamento de saberes e experiências com a sociedade por meio de parcerias tecnológicas, licenciamentos e transferência de tecnologia, compartilhamento de infraestrutura, serviços tecnológicos e demais arranjos institucionais previstos na legislação vigente. (UFF, 2020)

A novidade presente na Resolução é a menção das formas de como se dará a aproximação e cooperação entre universidade e setor empresarial, entre estas a que nos interessa para fins deste estudo é a referência a respeito das empresas juniores. Frente a uma suposta necessidade de se difundir e incentivar o desenvolvimento de uma cultura empreendedora no seio da universidade, estipula-se que o fomento ao empreendedorismo em diferentes espaços da universidade se dará por meio da atuação das Pró-reitorias e da AGIR, essa em especial, que possui entre suas atribuições: “incentivar as empresas juniores da UFF a desenvolverem atividades de inovação e acompanhá-las em conjunto com as Pró-Reitorias envolvidas com essas empresas.” (ibidem)

 Na prática, a Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PROPPI) e a AGIR atuam de forma pontual com a questão das empresas juniores. Seu foco está na questão das incubadoras de empresa. Inclusive as empresas juniores que tivemos a oportunidade de visitar *in loco*, LEVE Consultoria e Gestão de projetos e IN Júnior – Empresa Júnior de Computação da UFF, relataram desconhecer tal atribuição tanto da PROPPI quanto da AGIR no interior da universidade. Atualmente, é na Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal Fluminense (PROEX), que todos os tramites referentes ao funcionamento das empresas juniores estão concentrados.

3.3.2 O funcionamento das empresas juniores nas IES

Como apresentamos anteriormente, na UFF as empresas juniores estão associadas a PROEX. Essa Pró-Reitoria[[30]](#footnote-30), é composta por quatro coordenações, entre elas encontra-se a Coordenação de Intercambio e Convênios de Extensão (CICE-EX) que é a responsável pelas empresas juniores no seio da universidade. De acordo com a coordenação da PROEX, a vinculação se dá pela estreita relação entre extensão e empresa júnior. Sendo assim, as empresas júniores no âmbito de suas atividades, atenderão ao expresso no capítulo IV art. 55 do Estatuto e Regimento Geral da Universidade Federal Fluminense, podendo oferecer à comunidade: “pareceres ou consultas, realização de estudos, elaboração e orientação de projetos e participação de matérias científica, técnica, educacional, artística, cultural e assistencial.” (UFF, 1983, p.33)

Atualmente, caso um grupo de discente tenha o interesse de instaurar uma empresa júnior na UFF deverá adotar os seguintes procedimentos: a) elaborar a proposta de criação e apresentá-la ao colegiado do curso, junto com a proposta, deverão indicar a diretoria executiva de empresa júnior, o estatuto e o professor responsável que poderá ser um docente ou servidor da vinculado a instituição; b) elaborar o plano acadêmico, a minuta do estatuto e o plano de anuência; c) solicitar aprovação do colegiado[[31]](#footnote-31) antes da homologação do diretor da unidade, a quem caberá disponibilizar um espaço para o funcionamento da empresa júnior; d) após está etapa, apresentar o livro ata com registro de eleição da diretoria, aprovação do registro (CNPJ) e termo de voluntariado dos discentes participantes; e) após juntar toda essa documentação, ela segue para a Proex que encaminha para a CICE-EX para a emissão do termo de reconhecimento.

A gestão das empresas juniores é feita unicamente e exclusivamente por discentes associados ao curso de graduação da própria IES, estando vetada a participação direta de outras pessoas no processo decisório. Entretanto, caberá a empresa júnior anualmente elaborar relatórios e prestações de contas que serão apresentadas ao colegiado do curso, ao professor orientador e o diretor da unidade a que estão associadas.

Como relatamos no início desta seção, uma questão que deve ser considerada ao pensarmos na implantação destas empresas nas IES públicas brasileiras é a influência da disciplina de empreendedorismo e a atuação dos docentes como pontapé inicial para a constituição das empresas júniores e encaminhamento futuro dos discentes para estas atividades. Para citar alguns exemplos, nos cursos de Produção Cultural, Turismo e Hotelaria[[32]](#footnote-32) e Ciência da Computação[[33]](#footnote-33) a disciplina empreendedorismo está inserida na matriz curricular dos respectivos cursos.

No que diz respeito aos docentes, cabe destacar que os estes não têm poder de decisão nas empresas juniores, contudo, são sempre consultados a respeito dos trabalhos desenvolvidos pelos discentes. Ainda sobre os docentes merece destaque a sua atuação para garantir as condições matérias necessárias com vistas ao funcionamento das empresas juniores nas IES públicas. Esta atuação se dá, entre outras coisas, na elaboração de projetos para editais como o publicado anualmente pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro (FAPERJ). Por meio destes, as empresas juniores conseguem recursos para adequar e melhorar a sua estrutura para o desenvolvimento de suas atividades.

Em 2022, a UFF possuía 24 empresas juniores espalhadas por todos os seus campus e unidades, organizadas da seguinte forma: 08 localizadas no Campus Praia Vermelha; 04 no Campus Gragoatá; 04 no Campus Macaé; 03 no Campus Volta Redonda; 01 no Instituto de Artes e Comunicação Social; 01 na Faculdade de Farmácia; 01 no Campus Valonguinho; 01 no Campus de Campos de Goytacazes e 01 no Campus Rio das Ostras.

Tabela 2 - Empresas juniores da Universidade Federal Fluminense

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Empresa Junior | Curso | Campus/Unidade |
| 33produções | Produção Cultural | Inst. de artes e Comunicação Social |
| Argos | Relações Internacionais | Gragoatá |
| Agrha | Engenharias | Praia Vermelha |
| Focus consultoria | Multidisciplinar | Rio das Ostras |
| Horizonte soluções | Geofisica | Praia Vermelha |
| Injunior | Ciência da Computação | Praia Vermelha |
| Meta consultoria | Engenharias | Praia Vermelha |
| Opção consultoria | Economia | Gragoatá |
| P&q engenharia | Engenharia Química | Praia Vermelha |
| Pacto consultoria | Gestão de Negócios | Valonguinho |
| Pérgamo consultoria | Farmácia | Faculdade Farmácia |
| Polo consultoria | Multidisciplinar | Macaé |
| Pulso consultoria | Multidisciplinar | Volta redonda |
| Leve consultoria | Turismo e Hotelaria | Gragoatá |
| Ímpeto | Direito | Volta Redonda |
| Destra consultoria jurídica | Direito | Macaé |
| Merx consultoria | Ciências Contáveis | Macaé |
| Constatar consultoria | Administração | Macaé |
| Lotús marketing | Multidisciplinar | Volta Redonda |
| Estratégia jr. Consultoria | Multidisciplinar | Campos dos Goytacazes |
| Smart tel jr. | Engenharia de Telecomunicações | Praia Vermelha |
| Env consultoria | Ciências Biológicas | Gragoatá |
| Papo design | Comunicação Social/Marketing | Praia Vermelha |
| Tesla jr | Engenharia Elétrica | Praia Vermelha |

Fonte: Elaborada pelo autor (2022)

 Até 2022, as empresas juniores de todo o Brasil já movimentaram em torno de R$62.000.000,00, levando em consideração que as atividades são de responsabilidade exclusiva dos discentes, a maioria das empresas juniores estão muito distante dos números alcançados e da estrutura física da maior empresa júnior do país, a Fluxo Consultoria da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Tomando como base o mesmo ano, a Fluxo Consultoria movimentou, aproximadamente R$ 3.665.499,35, realizando trabalhos nas áreas de Engenharia de Controle e Automação, Eletrônica, Computação, Civil, Elétrica, Mecânica, Metalúrgica, Materiais, Produção, Química, Ambiental e Alimentos.

 Fonte: Brasil Júnior, 2022[[34]](#footnote-34)

Figura 1 - Empresas juniores com maiores arrecadações.

 Ao contrário, percebe-se que a maioria das empresas juniores movimentam valores muito menores no desenvolvimento de suas atividades, como exemplo, apresentamos o caso da empresa júnior do curso de Turismo e Hotelaria da UFF, Leve Consultoria, que movimentou até o momento, para este ano R$ 30.787,44. Em geral, a maioria das empresas juniores não arrecadam nada ou se arrecadam os valores ficam muito abaixo das metas estipuladas pela Brasil Júnior e acompanhadas pelas Federações estaduais. Para se ter uma ideia, até o momento, 420 empresas juniores alcançaram as metas estipuladas, enquanto 1103 empresas juniores estão longe das metas estipuladas ou zeradas[[35]](#footnote-35).



Figura 2 - Metas Leve Consultoria UFF

Fonte: Elaborado pelo autor (2022

A respeito das metas a que estas empresas juniores estão expostas, constatou-se que cabe a Brasil Júnior a sua elaboração e as Federações estatuais o acompanhamento e cobrança do alcance destas metas. Também é função destas organizações realizar pontes entre o setor privado e as empresas juniores, além da troca de serviços entre as próprias empresas juniores. Além disso, a cada triênio a Brasil Junior cria o planejamento estratégico das empresas juniores, esse documento serve de guia para que as empresas juniores organizem suas estratégias para o alcance das metas estipuladas para o período.

 Apesar de não poder remunerar os discentes envolvidos em suas atividades, pois todos são membros voluntários, as empresas juniores pagam taxas trimestrais direcionadas a Brasil Júnior e suas Federações que são calculadas com base na arrecadação do ano anterior.

 Emerge daí a nossa primeira constatação a respeito das empresas juniores, qual seja: a Brasil Júnior e as Federações estaduais estão prioritariamente comprometidas com arrecadação. A formação para o empreendedorismo proposta é uma consequência e não um fim para o desenvolvimento destas atividades no interior das IES. Não por acaso, os discentes são incentivados a utilizar os recursos arrecadados em estratégias para o aumento da produtividade na prestação de serviços e desenvolvimento de novos produtos.

deve-se sempre reinvestir em equipamentos de alto desempenho e na organização espacial. Isto permite a expansão do número de pessoas que poderão passar pela empresa, bem como amplia a capacidade de realização de projetos. Quanto mais investimento em aprendizado, conhecimento e estrutura, maiores serão os retornos de escala. (BRASIL JUNIOR, 2004, p.14)

 Nesta perspectiva o que se observa é que para as empresas juniores a educação e o conhecimento produzido pelos discentes no desenvolvimento de suas atividades nestas empresas não passam de uma mercadoria que precisa circular no mercado, ou seja, uma mercadoria-educação (RODRIGUES, 2007, p.9).

3.3.3 Os discentes trabalhadores e as empresas juniores

 Embora os membros das empresas juniores sejam denominados empresários juniores, acreditamos que a denominação que melhor representa estes jovens é a de discentes trabalhadores. Isto porque, estes jovens só trabalham nestas empresas por estarem devidamente matriculados em seus respectivos cursos de graduação. Atendendo a este requisito, estes jovens ainda devem passar por processos seletivos, nos moldes dos realizados pelo setor empresarial, para que possam participar das atividades realizadas por estas empresas.

 Estes discentes trabalhadores são expostos a condições de trabalho muitas das vezes inadequadas. Em geral, trabalham em pequenas salas com recursos materiais limitados. Não recebem, formalmente, qualquer tipo de remuneração e dedicam em média entre 6h a 20h semanais ao funcionamento destas empresas. Muitas das vezes, para garantir algum tipo de remuneração, estes trabalhadores discentes são escalados para exercer alguma função extra dentro das atividades realizadas pela empresa. Exemplo, uma empresa júnior da área de desenvolvimento de software não pode remunerar seus membros, contudo, estes podem exercer

funções de programadores ou gerente de tecnologia da informação para a prestação de um determinado serviço e com isso, fazer jus a remuneração estabelecida pela função. Ou seja, para que consigam algum tipo de remuneração, estes discentes trabalhadores devem estar dispostos a realizar no mínimo uma dupla jornada de trabalho.

Ao longo do tempo que permanecem nestas empresas, em média 1 ano, os discentes trabalhadores estarão associados a pelo menos uma das diferentes diretorias que compõem as empresas juniores, quais sejam, diretoria, conselho administrativo, marketing, recursos humanos, projetos, financeiro e qualidade (BRASIL JÚNIOR, 2004). No que diz respeito a suas áreas de formação, estes discentes trabalhadores tem pouco contato com os conhecimentos específicos da formação. O foco das atividades realizadas dentro das empresas juniores está no desenvolvimento de atividades relacionadas a gestão empresarial.

3.3.4 As empresas juniores e o seu modelo de formação

Como exposto anteriormente, nas IES, as empresas juniores, são apresentadas como um laboratório para desenvolver os discentes trabalhadores profissional e academicamente. Estas empresas são vinculadas às Federações de Empresas Júnior que, por sua vez, associam-se à Brasil Júnior, que as representam em níveis nacional e internacional. É da Brasil júnior que vem as recomendações a respeito da formação para o empreendedorismo que, a nível regional é coordenada e acompanhada pelas Federações.

Por meio do seu planejamento estratégico, com vigência de três anos, a Brasil júnior estipula as diretrizes de sua proposta de formação, qual seja, inserir o discente trabalhador em um processo de vivência empresarial. Este processo se daria da seguinte maneira: a) os discentes trabalhadores realizam atividades com baixo custo voltadas ao poder público e a iniciativa privada; b) por meio destas atividades, os discentes trabalhadores ganham experiência técnica e empresarial, que os torna profissionais mais bem capacitados e com visão de mercado (BRASIL JÚNIOR, 2015, p. 12); c) após formados, os discentes trabalhadores poderiam atuar como empreendedores em suas áreas de formação, em negócios próprios, grandes empresas ou em organizações não governamentais (ibid). Em resumo a formação proposta pode ser resumida no seguinte quadro,

Figura 3- Modelo de formação das empresas juniores

Fonte: Brasil Júnior, 2015

Apresenta-se aos discentes trabalhadores uma concepção de formação para o empreendedorismo em sintonia com a já apresentada ao longo deste estudo, por diferentes organismos supranacionais, aparelhos hegemônicos e intelectuais do empreendedorismo. O foco é o desenvolvimento de uma suposta competência empreendedora que pode ser resumida em: “capacidade de assumir riscos calculados, o inconformismo, visão para oportunidade, pensamento inovador, entre outras.” (BRASIL JÚNIOR, 2015, p. 8).

Igualmente, o conceito de empreendedor defendido pelas empresas juniores também está em consonância com o apresentado ao longo deste estudo, qual seja, “indivíduo que, por meio de aprofundada competência em gestão e elevado senso de responsabilidade, é capaz de gerar resultados de grande impacto e abrangência na sociedade”. (ibidem, p.7).

No que diz respeito a metodologia, percebe-se a prevalência de uma abordagem centrada na pedagogia do “aprender a aprender”.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Produzir uma dissertação durante a pandemia não foi tarefa fácil. Procuramos ao longo de nossa pesquisa captar como é realizada a formação para o empreendedorismo dos discentes trabalhadores vinculados as empresas juniores no seio das Instituições de Educação Superior, em especial, a Universidade Federal Fluminense. Para isso, iniciamos nosso trabalho buscando a fundamentação teórica necessária para a compreensão de nosso objeto de estudo. Em seguida, nos dedicamos a compilar toda a documentação produzida e associada as empresas juniores e em especial ao seu modelo de formação. Somado a isto, realizamos encontros on-line com os discentes trabalhadores associados as empresas juniores da Universidade Federal Fluminense e a Federação de empresas juniores do Rio de Janeiro. Contudo, a concepção de empresas júnior e o modelo de formação que emergia dos documentos, oficiais e oficiosos, e dos encontros on-line realizados apresentava-se muito superficial e várias dúvidas ainda pairavam a respeito do modelo de formação para o empreendedorismo. Não tínhamos dúvidas, precisávamos aguardar o fim das medidas de isolamento social para acompanhar o funcionamento das empresas juniores *in loco*.

Com o abrandamento da pandemia e retorno das atividades presencias, conseguimos, finalmente, visitar e acompanhar *in loco* o real funcionamento das empresas juniores e, o que mais me interessava, como funcionava a formação dos discentes trabalhadores no seio destas empresas. Enfim, conseguimos, nos aproximar do real funcionamento de uma empresa júnior e, o que mais nos interessava, de que forma os discentes trabalhadores eram formados e a que tipo de formação eram submetidos. Contudo, não conseguimos responder a todas as perguntas que surgiram ao longo de nossa investigação. Entre as perguntas que poderiam originar novas pesquisas, destacamos: quem são os principais interessados e/ou beneficiados com a formação proposta pelas empresas juniores?

Munidos do materialismo histórico dialético e de suas categorias de análise, buscamos aprofundar o nosso conhecimento a respeito das transformações políticas, sociais e econômicas iniciadas na década de 1970 e os seus desdobramentos no Brasil, em geral, e na educação brasileira, em particular.

No que se refere a educação superior, constatamos a continuidade e aprofundamento das contrarreformas iniciadas na década de 1990. Atualmente, as universidades brasileiras que têm sofrido com inúmeros cortes nos seus orçamentos, tornando a democratização da educação superior, pública e gratuita, cada vez mais distante da classe trabalhadora. Para se ter uma ideia da gravidade do problema, em 2011 o valor disponível para as despesas discricionárias das universidades públicas era de 12 bilhões, no ano de 2020 o valor disponível para este tipo de despesa foi de 5,7 bilhões, um corte superior a 50%.

Além disso, no período referente aos anos de 2019 e 2020, constatou-se a diminuição no número de matrículas na educação superior, primeiro desde o ano de 1990 do século passado. Entendemos que a diminuição no número de matrículas está relacionada aos efeitos da pandemia, em especial: a) a situação econômica do país que empurra milhares de trabalhadores e trabalhadoras para a pobreza extrema; b) a dificuldade material para se acompanhar as aulas no modelo remoto. Como consequência, muitos jovens têm sido obrigados a rever/adiar sua trajetória acadêmica para se dedicar exclusivamente ao trabalho. Neste caso, especificamente, os mais pobres e oriundos das classes trabalhadoras. Conciliar estudo e trabalho não é fácil e mesmo os alunos contemplados com algum tipo de auxílio de assistência estudantil ou bolsa acadêmica, não consegue se manter na universidade pelo baixo valor dos incentivos. Um aluno de graduação contemplado com algum desses incentivos, recebe atualmente, algo em torno de R$400,00.

Nessa conjuntura, em que se aprofunda o desemprego e o trabalho precário, cresce no seio das universidades públicas brasileiras o número de empresas juniores e, consequentemente, amplia-se o número de discentes participantes da formação oferecida por estas empresas. A Brasil Júnior é a responsável por organizar e produzir todo o material da capacitação realizada pelas empresas juniores. Uma formação ancorada nas pedagogias do aprender a aprender, que só acontece com a venda da força de trabalho dos discentes trabalhadores, seja prestando um serviço ou desenvolvendo um produto. Como evidenciamos ao longo desta pesquisa, na concepção da Brasil Júnior o fim da educação superior é fornecer a mercadoria-educação.

As empresas juniores e, consequentemente, os discentes trabalhadores dispõem de uma rede de apoio muito limitada da Brasil Júnior e as suas Federações, apesar de toda estrutura presente nas IES, em especial na UFF, para o acompanhamento destas atividades. Como a arrecadação da Brasil Júnior e de suas Federações está associada a arrecadação das empresas juniores, todo o apoio oferecido aos discentes trabalhadores tem como fim o alcance das metas estipuladas. Por isso, percebe-se que todas as iniciativas realizadas pela Brasil Júnior e suas Federações, quais sejam, organização de eventos, palestras, vídeos educativos, premiações, entre outras coisas, passam pela construção de um consenso que, em última instância, têm no aumento do número de empresas juniores nas IES e no cumprimento de metas estipuladas os seus objetivos principais. Quanto mais imerso o discente trabalhador estiver nesta ideologia, maior será a arrecadação da Brasil Júnior e das Federações.

Apesar disso, muitos discentes trabalhadores vislumbram as empresas júniores como opção viável frente a falta de oportunidade para atuar em sua área de formação. Mesmo as atividades das empresas juniores não sendo remuneradas, os horários flexíveis, a possibilidade de recebimento de alguma ajuda de custo e a oportunidade de colocar os conhecimentos adquiridos na graduação em prática, acabam sendo um diferencial para atrair os discentes para estas empresas.

Quanto a contribuição da formação para o empreendedorismo na inclusão dos discentes no mundo do trabalho, de acordo com a Brasil Júnior, esta se daria principalmente pela criação de um negócio próprio ou desenvolvimento de algum produto ou serviço inovador. Para a parcela oriunda da classe trabalhadora participante destas empresas juniores, isso significa, entre outras coisas, expor-se a condições cada vez mais precárias de trabalho.

Aprendemos com Antonio Gramsci (2017) que ideias e opiniões não nascem espontaneamente nos cérebros de cada indivíduo, ao contrário, estão sempre associadas a um centro de formação, de persuasão. Estas ideias e opiniões surgem de grupos de homens ou até mesmo uma individualidade. Ao longo de nossa pesquisa, conseguimos confirmar que o avanço do empreendedorismo na educação, em geral, e na educação superior em particular é consequências da atuação que tem nos organismos supranacionais, aparelhos hegemônicos, intelectuais orgânicos e cosmopolitas que ao longo dos últimos anos vem disseminando e defendendo de forma muito organizada esta ideologia.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS**

ANTUNES, Ricardo. **O PRIVILÉGIO DA SERVIDÃO: o novo proletário de serviços na era digital.** 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2018. (e-Book)

\_\_\_\_\_\_. **Coronavírus: O trabalho sob fogo cruzado.** 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2020. E-book.

ARRUDA, Carlos; BURCHART, Ana & DUTRA, Michele. (2016) **Sebrae – Estudos Teóricos Referenciais sobre Educação Empreendedora, Relatório da Pesquisa Bibliográfica sobre Empreendedorismo e Educação Empreendedora**. Disponível em http://cer.sebrae.com.br/wp-content/uploads/2015/12/EE-0115-16\_Pesquisa-FDC-FINAL.pdf. Acessado em: 29 de jul. 2022.

BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre o desenvolvimento mundial.** Washington: Banco Mundial, 2000-2001. Disponível em: https://documents1.worldbank.org/curated/fr/927161468164645652/pdf/226840PORTUGUE1za20001200101PUBLIC1.pdf . Acesso em: 30 de junho de 2022.

\_\_\_\_\_\_.**Competências e Empregos: Uma agenda para a Juventude.** Síntese de constatações, conclusões e recomendações de políticas, Washington DC, 2018. Disponível em: http://www.worldbank.org/; Acesso em: 30 de junho de 2022.

BOLSONARO, Jair Messias. **O caminho da prosperidade: proposta de plano de governo.** Brasil, 2018. Disponível em: https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR

/BR/2022802018/280000614517/proposta\_1534284632231.pdf Acesso em: 20 de fevereiro de 2023.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/constituicao/constituicao.htm . Acesso em 02 de nov. 2022.

\_\_\_\_\_\_. Lei nº 9.394, de 20.12.96. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Disponível em:https://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/leis/l9394.htm. Acesso em 02 de nov. 2022.

\_\_\_\_\_\_. Lei nº 13.005, de 25.06.14**. Aprova o Plano Nacional de Educação** – PNE. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13005-25-junho-2014-778970-publicacaooriginal-144468-pl.html. Acesso em 02 de nov. 2022.

\_\_\_\_\_\_. Presidência da República, Secretaria de assuntos estratégicos, Subsecretaria de ações estratégicas. **Produtivismo includente: empreendedorismo vanguardista**. Brasília, 2015.

\_\_\_\_\_\_. Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. **Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (2016-2022)**. Brasília: MCTIC, 2016a.

\_\_\_\_\_\_.**Lei das Empresas Juniores.** Lei número 13267, 06 de abril de 2016b.

\_\_\_\_\_\_. Ministério da Educação (MEC). Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\_EI\_EF\_110518\_versao

final\_site.pdf. Acesso em: 30 de junho de 2022.

\_\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 3**, de 21 de novembro de 2018. Atualiza as diretrizes curriculares para o Ensino Médio. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/docman/novembro-2018-pdf/102481-rceb003-18/file#:~:text=%C2%A7%202%C2%BA%20As%20institui%C3%A7%C3%B5es%20e,de%20seu%20sistema%20de%20ensino. Acesso em: 30 de junho de 2022.

\_\_\_\_\_\_. Senado Federal. **Projeto de Lei nº 2.944**, de 24 de agosto de 2021. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir os temas do empreendedorismo e da inovação nos currículos da educação básica e superior. Brasília, DF: Senado Federal, 2021. Disponível em: https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=9007089&ts=1640120746807&disposition=inline. Acesso em: 30 de junho de 2022.

BRASIL JUNIOR. **DNA Júnior.** Brasil Júnior: Confederação Brasileira de Empresas Juniores, 2004. Disponível em: https://ufsj.edu.br/portal-repositorio/File/agrobio/DNA\_Junior\_EJ18.p df Acesso em: 30 de junho de 2022

\_\_\_\_\_\_. **DNA Junior: Conhecendo o MEJ.** Livro I. Brasil Júnior: Confederação Brasileira de Empresas Juniores, 2015.

\_\_\_\_\_\_. **Índice de Universidades Empreendedoras 2019**. Disponível em: https://universidadesempreendedoras.org/wp-content/uploads/2019/10/ranking-2019.pdf. Acesso em: 29 de jul. 2022.

\_\_\_\_\_\_. **A universidade como porta de entrada para o mercado de trabalho. Publicada** em: 20/10/2020. Disponível em: https://brasiljunior.org.br/conteudos/universidades-como-porta-de-entrada-para-o-mercado-de-trabalho. Acesso em: 10 de out. 2022.

CARCANHOLO, Marcelo Dias; MEDEIROS, João Leonardo. O feitiço do tempo: a crise financeira de 2007/2008 nas telas do cinema. Marx e Marxismo, v.2, p. 287-315, 2014.

CEDES. **Financiamento da educação superior no Brasil: impasses e perspectivas.** Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2019. (e-book)

CHAUI, Marilena. **O que é ideologia.** 1 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2017 (e-book).

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDUSTRIA (CNI). **Mapa estratégico da Industria: 2007-2015.** Brasília: CNI/DIREX, 2005.

CRUZ, Adriana. USP participa de estudo internacional da OCDE sobre empreendedorismo e inovação. **Jornal da USP** online. Publicada em 22/02/2021. Disponível em: https://jornal.usp.br/institucional/usp-participa-de-estudo-internacional-da-ocde-sobre-empreendedorismo-e-inovacao/ Acesso em 02 de ago.2022.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educação e contradição: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo.** 7º ed. São Paulo: Cortez, 2000.

DIAS, Graziany Penna. **Empreendedorismo, educação e sociabilidade: a radicalização do indivíduo como sócio majoritário de si.** Juiz de Fora: 2019. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, Minas Gerais, 2019.

DOS SANTOS, Theotonio. **Teoria da dependência: Balanço e perspectivas.** 1. ed. Florianópolis, SC: Insular Livros, 2020. (Coleção Obras Escolhidas de Theotonio Dos Santos, v.1). E-Book (não paginado).

DUARTE, Newton. **Vigotski e o “aprender a aprender”: crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana.** Campinas: Autores Associados, 2000.

\_\_\_\_\_\_. As pedagogias do “aprender a aprender” e algumas ilusões da assim chamada sociedade do conhecimento. **Revista Brasileira de Educação**, set/out/nov/dez, nº 18, 2001. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbedu/a/KtKJTDHPd99JqYSGpQfD5pj/ ?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 02 de nov. 2022.

DOLABELA, Fernando. **Oficina do empreendedor.** Rio de Janeiro: Sextante, 2008.

DREIFUSS, René Armand. 1964: A CONQUISTA DO ESTADO. Ação política, poder e olpe de classe. 3ºed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1981.

DUQUE, Felipe da Silva. **Educação para o empreendedorismo: limites e contradições** Rio de Janeiro: 2021. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021

EAGLETON, Terry. **Ideologia.** 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017 (e-book).

ENGELS, Friedrich. **Dialética da natureza**. Boitempo Editorial. 2020. (e-book)

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

\_\_\_\_\_\_.**A fragmentação do processo constituinte.** DF: Câmara dos Deputados – Centro de Documentação e Informação, 1987a.

\_\_\_\_\_\_. **Educação e Constituição.** DF: Câmara dos Deputados – Centro de Documentação e Informação, 1987b.

\_\_\_\_\_\_. **Florestan Fernandes na Constituinte: Leituras para a reforma política**. São Paulo: Editora Perseu Abramo Expressão Popular, 2014.

\_\_\_\_\_\_. **A Revolução Burguesa no Brasil: ensaios de interpretação sociológica.** 6ºed. São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história.** 2. ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

\_\_\_\_\_\_. Capitalismo, crises e conjuntura. **Serv. Soc. Soc., São Paulo**, n. 130, p. 409-425, set./dez. 2017a.

\_\_\_\_\_\_. Capitalismo em tempos de Uberização: do emprego ao trabalho. **Marx e Marxismo**, v. 5, p. 45-67, 2017b Disponível em: https://www.niepmarx.blog.br/revistadoniep/index.php/MM/article/view/220 Acesso em: Acesso em 02 de out. 2022

FROSINI, Fábio. Ideologia. In: \_\_\_\_\_\_; LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (Orgs.). **Dicionário gramsciano (1926-1937).** - 1. ed. – São Paulo: Boitempo, 2017, p. 785-790.

GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR - GEM. **Empreendedorismo no Brasil: relatório executivo 2019.** GEM/IBPQ/SEBRAE, 2019. 30 p. Disponível em: https://cer.sebrae.com.br/wp-content/uploads/2021/03/Relatorio-Executivo-empreendedorismo-no-Brasil-2019.pdf. Acesso em 02 de nov. 2022.

GRAMSCI, Antônio. (1891-1937). **Caderno do cárcere**, volume 1. Edição e tradução Carlos Nelson Coutinho. Coedição Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 6 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

\_\_\_\_\_\_.**Caderno do cárcere**, volume 2. Edição e tradução Carlos Nelson Coutinho. Coedição Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 7 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

\_\_\_\_\_\_.**Caderno do cárcere, volume 3.** Edição e tradução Carlos Nelson Coutinho. Coedição Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 8 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

\_\_\_\_\_\_. **CARTAS DO CÁRCERE.**  1ª ed. Lebooks Editora, 2021. (e-book)

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural.** 17º Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

\_\_\_\_\_\_. **O Neoliberalismo: Histórias e Implicações.** 2ºed. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914 – 1991.** Tradução de Marcos Santarita. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Trimestre móvel de julho – setembro. 2022.** Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?t=destaques. Acesso em 02 de nov. 2022.

INEP. **Censo da Educação Superior**. Brasília, DF, 2021. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao\_superior/censo\_superior/documentos/2020/Apresentacao\_Censo\_da\_Educacao\_Superior\_2021.pdf . Acesso em: 02 nov. 2022.

INSTITUTO EVALDO LODI (IEL). **Instituto Evaldo Lodi: Relatório de 40 anos de atividade.** Brasília: Instituto Evaldo Lodi, 2009.

KOSIK, Karel **Dialética do concreto.** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1969.

MARINI, Ruy Mauro. A Constituição de 1988. **Revista Insurgência**, Brasília, nº1, v. 2, p. 406-419, 2016.

\_\_\_\_\_\_. Dialética da Dependência. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 9, n. 3, p.325-356, dez. 2017

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista.** 4ª ed. São Paulo: Boitempo editorial, 2005.

\_\_\_\_\_\_. **Grundrisse.** São Paulo: Boitempo, 2011.

\_\_\_\_\_\_. **O capital : crítica da economia política** : Livro I : o processo de produção do capital / Karl Marx ; [tradução de Rubens Enderle]. - São Paulo : Boitempo, 2013. (e-book)

MARX, Karl. **Manifesto Comunista; Teses de abril** / Karl Marx e Friedrich Engels; Vladimir Ilitch Lênin; com textos introdutórios de Tariq Ali. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MASCARO, Alysson Leandro. **Estado e forma política**. São Paulo: Boitempo, 2013. (e-book)

MATTOS, Marcelo Badaró. **Governo Bolsonaro: neofascismo e autocracia burguesa no Brasil.** São Paulo: Usina Editorial, 2020.

MEDEIROS, João Leonardo. **A economia diante do horror econômico: uma crítica ontológica dos surtos de altruísmo da ciência econômica.** Niterói: EdUFF, 2013.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Apresentação da Secretaria de Educação Superior.** Disponível em: http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/livrosesu.pdf . Acesso em: 02 de nov. 2022.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PNUD, **Desencadeando o empreendedorismo**: o poder das empresas a serviço dos pobres. Relatório para o Secretário Geral das Nações Unidas. New York:2004. Disponível em: https://serempreendedor.files.wordpress.com/2008/09/desencadeando-o-empreendedorismo. Pdf. Acesso em: 30 de junho de 2022.

PNUD; OIT. **Promoção do empreendedorismo e da inovação social juvenil na América Latina.** Panamá: 2016. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/documents/publication/wcms\_536479.pdf Acesso em: 30 de junho de 2022.

RODRIGUES, José. **Os empresários e a educação superior.** Campinas: São Paulo: Autores Associados, 2007.

SAVIANI, Dermeval. **A nova Lei da educação: trajetória, limites e perspectivas**. 3ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1997.

\_\_\_\_\_\_. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 34, p. 152-180, jan./abr. 2007.

\_\_\_\_\_\_. A Educação na Constituição Federal de 1988: avanços no texto e sua neutralização no contexto dos 25 anos de vigência. **Revista Brasileira de política e Administração da Educação**, v. 29, n. 2, p. 207-221, mai./ago. 2013.

\_\_\_\_\_\_. O conceito dialético de mediação na pedagogia histórico-crítica em intermediação com a psicologia histórico-cultural. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 7, n. 1, p. 26-43, jun. 2015

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO À MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). **Nota Técnica 01: Competências socioemocionais referencias mundiais e nacionais para a educação empreendedora do Sebrae**, 2020a. Disponível em: https://educacaoempreendedora.sebraers.com.br/conteudos/notas-tecnicas-sobre-educacao-empreendedora/ acesso em: 30 de junho de 2022.

\_\_\_\_\_\_. **Termo de referência em educação empreendedora.** Belo Horizonte: SEBRAE/MG, 2020b.

\_\_\_\_\_\_. **Nota Técnica 02: O modelo Entrecomp**, 2020b. Disponível em: https://educacaoempreendedora.sebraers.com.br/conteudos/notas-tecnicas-sobre-educacao-empreendedora/ acesso em: 30 de junho de 2022.

\_\_\_\_\_\_. **Nota Técnica 03: O modelo Entrecomp e a BNCC**, 2020c. Disponível em: https://educacaoempreendedora.sebraers.com.br/conteudos/notas-tecnicas-sobre-educacao-empreendedora/ acesso em: 30 de junho de 2022.

\_\_\_\_\_\_**. Nota Técnica 04: Experiências do sistema Sebrae na utilização do framework Entrecomp Faculdade Sebrae e Sebrae RS**, 2020d. Disponível em: https://educacaoempreendedora.sebraers.com.br/conteudos/notas-tecnicas-sobre-educacao-empreendedora/ acesso em: 30 de junho de 2022.

\_\_\_\_\_\_. **Fundamentação Metodológica do programa jovem empreendedor: primeiros passos.** São Paulo: SEBRAE/SP, 2017. (e-book)

SECRETARIA GERAL IBERO-AMERICANA. **XXV Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e Governo.** Cartagena: SEGIB, 2017. Disponível em: https://www.segib.org/wp-content/uploads/Recopilatorio-PT-Web-comprimido.pdf Acesso em: 30 de junho de 2022.

SEMERARO, Giovanni. **Gramsci e os novos embates da filosofia da práxis.** Aparecida – São Paulo: Ideias & Letras, 2006.

SILVEIRA, Zuleide Simas da. **Contradições entre: Capital e Trabalho: Concepções de Educação Tecnológica na Reforma do Ensino Médio e Técnico.** Jundiaí: Paco Editorial, 2010.

\_\_\_\_\_\_. **CONCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA NA REFORMA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: finalidades, continuidades e rupturas (1995-2010) – Estudo comparado Brasil e Portugal.** Rio de Janeiro: 2011. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Educação, 2011.

\_\_\_\_\_\_. Os rumos da educação em questão: da hegemonia às avessas à crise de hegemonia. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 12, n. 1 , p. 325-336, ago. 2020. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/Revista

germinal/article/view/34757. 02 de ago. de 2022.

SOUZA, Silvana Aparecida. A introdução do empreendedorismo na educação brasileira: primeiras aproximações. **Educação & Linguagem (on-line)**, v.15, p. 77-94, 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. **Estatuto e Regimento Geral.** Niterói: UFF, 1983. Disponível em: http://www.noticias.uff.br/arquivos/estatuto/estatuto-regimento-uff.pdf acesso em: 30 de junho de 2022.

\_\_\_\_\_\_. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2018-2022: O amanhã da UFF, como será?** Niterói: UFF, 2018. Disponível em: http://pdi.sites.uff.br/wp-content/uploads/sites/196/2018/06/PDI\_2018-2022\_aprovado-CUV\_30-05-2018.pdf acesso em: 30 de junho de 2022.

\_\_\_\_\_\_. **Resolução nº 189/2020.** Dispõe sobre a Política de Inovação prevista na Lei nº 10.973/2004, na Lei nº 13.243/2016 e no Decreto nº 9.283/2018. Disponível em: https://agir.uff.br/wp-content/uploads/sites/351/2021/01/197-20-RETIFICADO.pdf acesso em: 30 de junho de 2022.

WILLIANS, Raymond. (1921-1988) **Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade.** Tradução de Sandra Guardini Vasconcelos. São Paulo: Boitempo, 2007.

XAVIER, Renan; COSTA, Daiane. Com 1,2 mil empresas juniores, Brasil é líder mundial no segmento. Negócios gerenciados por universitários devem movimentar R$ 11 milhões este ano. **Jornal O Globo**, Brasília e Rio de Janeiro**,** de 07/08/2016, publicada às 05:15h. Disponível em: https://oglobo.globo.com/economia/com-12-mil-empresas-juniores-brasil-lider-mundial-no-segmento-19869385 . Acesso em: 02 de ago. de 2022.

1. Mészáros (2020) nos ensina que após um extenso período marcado por crises cíclicas (expansão/recessão), o sistema capitalista, desde os anos de 1970, encontra-se imerso em uma crise crônica e permanente que amplia suas características destrutivas, tornando a busca pela superação da sociedade capitalista vital para o futuro da humanidade. [↑](#footnote-ref-1)
2. O grupo Globo, em parceria com outras instituições, realizou no mês de novembro/2021 um evento on-line denominado menos30fast para fomentar a educação empreendedora e a inovação com a oferta de mais de 70 cursos de capacitação. [↑](#footnote-ref-2)
3. Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Educação. [↑](#footnote-ref-3)
4. O Santander Universidades é um programa da divisão global do grupo Santander com atuação na educação superior de diversos países, com a oferta de bolsas de estudos, intercâmbios, prêmios de pesquisa, inovação, empreendedorismo e conta corrente com diversos benefícios. [↑](#footnote-ref-4)
5. Participam do projeto de investigação instituições da Argentina, do Brasil, do Chile, da Colômbia, do México e do Uruguai, totalizando 24 universidades. São em número de 4 as brasileiras: Universidade de São Paulo (USP), a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp) e Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Disponível em: https://jornal.usp.br/institucional/usp-participa-de-estudo-internacional-da-ocde-sobre-empreendedorismo-e-inovacao/ Acesso em: 10 de out 2021 [↑](#footnote-ref-5)
6. A Confederação é formada por Federações de Empresas Juniores, implantadas em cada estado brasileiro, a exemplo da Federação de Empresas Juniores do estado Rio de Janeiro. Disponível em http://www.riojunior.com.br/index.php/o-caldeirao/. Acesso em: 10 de out 2021 [↑](#footnote-ref-6)
7. Encontro anual em que os empresários juniores têm a possibilidade de assistir palestras, workshops e cases, além de participar de rodas de discussão e minicursos. [↑](#footnote-ref-7)
8. Programa de suporte as empresas juniores que utiliza ex-membros como mentores. [↑](#footnote-ref-8)
9. Plataforma organizada para divulgar vagas de empregos e estágios para membros e ex-membros de empresas juniores. [↑](#footnote-ref-9)
10. Encontro realizado entre os líderes das empresas juniores e federações. [↑](#footnote-ref-10)
11. Selo atribuído as empresas juniores que seguem os padrões jurídicos e contábeis de funcionamento estabelecidos pela legislação. [↑](#footnote-ref-11)
12. Realização e publicação anual de ranking das universidades empreendedoras brasileiras. [↑](#footnote-ref-12)
13. Como veremos ao longo do terceiro capítulo, a LEVE – Consultoria e Gestão de Projetos se autointitula uma associação civil sem fins lucrativos, constituída exclusivamente por alunos da Faculdade de Turismo e Hotelaria (FTH) da UFF, com a finalidade de desenvolver projetos e prestar serviços de qualidade a fim de estimular o aprendizado e o espírito empreendedor através da interdisciplinaridade, desempenhando suas atividades de forma ampla nos setores de eventos e viagens. [↑](#footnote-ref-13)
14. Também autointitulada sem fins lucrativos, a IN Júnior- Empresa de Computação da UFF tem como fito fomentar o crescimento do empreendedorismo no Brasil, oferecendo serviços de desenvolvimento de software com preços acessíveis e de qualidade. Segundo o site da referida empresa, todo lucro obtido é aplicado na formação profissional dos alunos matriculados no Instituto de Computação da UFF, particularmente daqueles que estão inseridos na IN Júnior. [↑](#footnote-ref-14)
15. De acordo com Gramsci (2017, p. 61) a crise de hegemonia da classe dirigente, que ocorre ou porque a classe dirigente fracassou em algum grande empreendimento político para o qual pediu ou impôs pela força o consenso das grandes massas (como a guerra), ou porque amplas massas (sobretudo de camponeses e de pequenos-burgueses intelectuais) passaram subitamente da passividade política para uma certa atividade e apresentam reivindicações que, em seu conjunto desorganizado, constituem uma revolução. [↑](#footnote-ref-15)
16. FIORI, José Luis. Globalização, hegemonia e império. In: TAVARES, Maria da Conceição; FIORI, José Luis (Orgs.). **Poder e dinheiro: uma economia política da globalização**. Petrópolis: Vozes, 1997. [↑](#footnote-ref-16)
17. Cabe destacar que Fernandes não atribui exclusivamente a dominação externa a situação de dependência e subdesenvolvimento do Brasil. O cerne da questão está na relação dialética e contraditória dos centros hegemônicos capitalistas com as economias capitalistas dependentes. [↑](#footnote-ref-17)
18. Em plena pandemia o bilionário brasileiro Jorge Paulo Lemann, com a compra do grupo Cogna pelo grupo Eleva Educação, cria o maior grupo de educação básica do mundo, com aproximadamente 120 mil alunos. [↑](#footnote-ref-18)
19. Um bom exemplo foi a Ford encerrou suas atividades no Brasil, mesmo com o 5º lugar em vendas no país no ano de 2020. Disponível em: https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/01/11/ford-fecha-fabricas-e-encerra-producao-no-brasil-em-2021.ghtml. Acesso em: 15/06/2021. 10:00:00. [↑](#footnote-ref-19)
20. Proposta de Governo de Jair Messias Bolsonaro durante a campanha eleitoral. Disponível em: https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/10/11/jair-bolsonaro-as-promessas-do-candidato-do-psl-a-presidencia.ghtml Acesso em: 06 de nov. 2021. [↑](#footnote-ref-20)
21. O empreendedor, para ele, é o agente de mudança econômica por excelência. [↑](#footnote-ref-21)
22. O processo de democratização virá com a expansão das universidades federais e a ampliação da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica. [↑](#footnote-ref-22)
23. Destituído do cargo via processo de impeachment após 1 ano de governo [↑](#footnote-ref-23)
24. Programa criado pela Lei n. 11.096/2005, oferece bolsa de estudo integrais e parciais em cursos de educação superior em universidades privadas. [↑](#footnote-ref-24)
25. Programa criado pela Lei n. 10.260/2001, visa o financiamento de alunos carentes em instituições de educação superior privadas. [↑](#footnote-ref-25)
26. Programa instituído pelo Decreto n. 6.096/2007, visa garantir as condições necessárias para que as universidades federais ampliem o acesso a educação superior. [↑](#footnote-ref-26)
27. Pesquisa internacional, realizada anualmente, que mede a evolução do empreendedorismo em dezena de países. [↑](#footnote-ref-27)
28. São integrantes da Cúpula Ibero-Americana os seguintes países: Brasil, Andorra, Bolívia, Colômbia, Cuba, República Dominicana, El Salvador, Guatemala, México, Panamá, Peru, Uruguai, Argentina, Costa Rica, Chile, Equador, Espanha, Honduras, Nicarágua, Paraguai, Portugal e Venezuela. [↑](#footnote-ref-28)
29. Programa implantado no Brasil em 1993 fruto da parceria entre o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) e a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) do Ministério das Relações Exteriores. [↑](#footnote-ref-29)
30. No período em que esta pesquisa foi realizada a PROEX é Coordenada pelo professor Leonardo Marco Muls, graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Minas Gerais (1992), mestre em Economia da Indústria e da Tecnologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1995) e doutor em Economia da Indústria e da Tecnologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2004). Atualmente é Professor Associado III da Universidade Federal Fluminense (UFF). Tem experiência de pesquisa na área de Desenvolvimento Econômico Local, Economia Regional e Urbana e Economia do Trabalho. [↑](#footnote-ref-30)
31. O Colegiado de um Curso é uma instância acadêmica com funções pedagógicas e administrativa. É constituído por professores do quadro efetivo, representantes dos estudantes em número correspondente a 1/5 (um quinto) dos membros do colegiado, garantida a participação de pelo menos um representante do Diretório Acadêmico (conforme Estatuto/Regulamento Geral-UFF). Sua composição deve ser renovada a cada 02 (dois) anos. Os membros titulares e suplentes do colegiado são os professores do quadro efetivo, escolhidos entre os próprios professores diretamente na reunião do colegiado. De acordo com o professor Leonardo Marco Muls recomenda-se que os discentes pertencentes as empresas juniores tenham um representante no Colegiado do curso. [↑](#footnote-ref-31)
32. Resolução nº 13, de 24 de novembro de 2006. [↑](#footnote-ref-32)
33. Resolução nº 5, de 16 de novembro de 2016. [↑](#footnote-ref-33)
34. Dados disponíveis em: https://portal.brasiljunior.org.br/painel-ejs Acesso em: 30 de junho de 2022. [↑](#footnote-ref-34)
35. Dados disponíveis em: https://portal.brasiljunior.org.br/painel-instancias Acesso em: 30 de junho de 2022. [↑](#footnote-ref-35)